Ano IV — nº 35 — Cr$ 15,00

Dezembro de 1978

coojornal

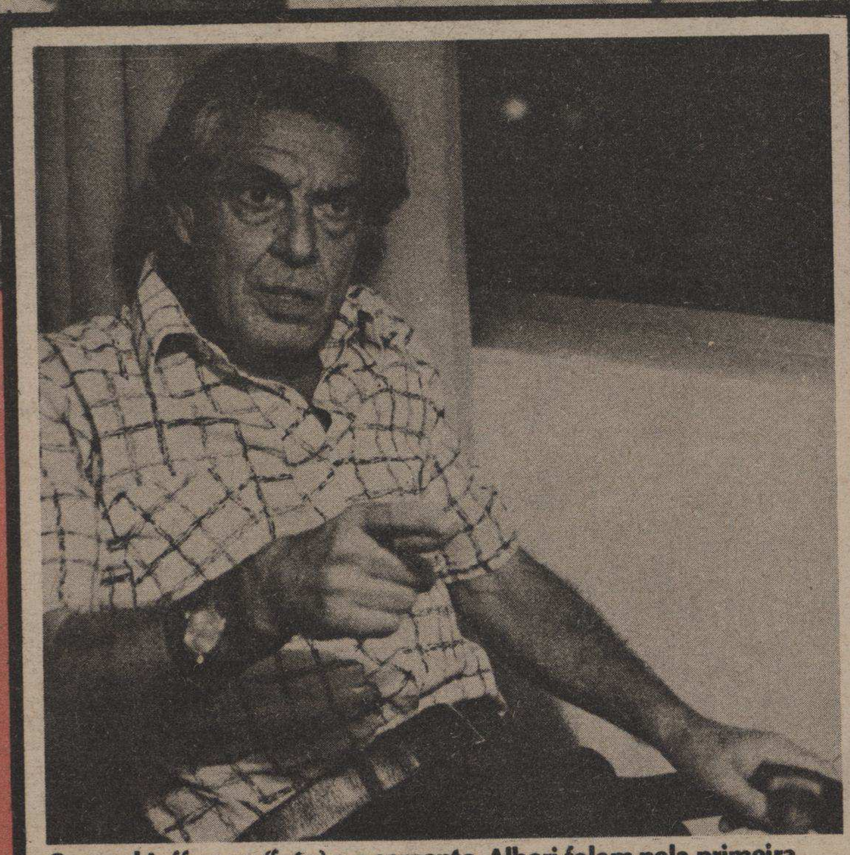
ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

ÊSTE HOMEM QUIS INCENDIAR O PAÍS

Reportagem de
AYRTON OLIVA e
SERGIO ROSS
Fotos de
GERALDO MORI e
ASSIS HOFFMAN

Quem estivesse habituado a ver o ex-Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório em uniforme jamais o reconheceria nos trajes humildes de roceiro, semi-andrajoso e sujo. Com êsse disfarce, perseguido pelo Exército, o chefe das guerrilhas irrompidas no Sul mandara um recado para o prefeito da localidade paranaense de Leônidas Marques, em quem supunha existir um inflamado brizolista. O prefeito rumou ao seu encontro acompanhado de outras pessoas mas, desde logo [illegible] dera ciência do fato às armadas. Cercado, o ex-co[illegible] entou sacar sua arma. Foi der[illegible] entretanto, por uma simples

Reportagem da revista Manchete, primeira semana de abril de 65



Coronel Jefferson (foto) e o sargento Alberi falam pela primeira vez à imprensa

DEPOIMENTO EXCLUSIVO DE JEFFERSON OSÓRIO:

"O PLANO ERA DE BRIZOLA. FOMOS TRAÍDOS"

CARTAS

Os eqüinos estão valorizados ultimamente

E como sempre, a farsa se repete. Gentilmente o Sr. Ernesto Geisel nos concedeu a honra de podermos votar neste 15 de novembro; mas não sem antes ter tomado as devidas providências para ludibriar a boa vontade do povo.

Entre os vários panfletos publicados pela Arena, uns eram profundamente irritantes. Como irritantes foram as palavras latidas no cinema Avenida, no comício de encerramento da Arena em Porto Alegre.

"O que o MDB fez?", rouquejava um deles, e logo depois respondia: "Nada". E passou a noite assim.

Outra coisa que eles se aproveitaram foi o pronunciamento de Prestes, incitando o povo a votar no MDB. Pois lembrei- me de que em 1946 o capitão Trifino Correa foi ter com Alberto Pasqualini, e pediu que ele apoiasse o PC. Como resposta, Pasqualini disse que só daria o apoio a Prestes se ele esclarecesse e dissesse em palavras claras o que era o Comunismo. Trifino disse, então, que se assim fosse feito, o PC iria acabar — e se retirou, furibundo. Ato contínuo, Prestes pediu ao povo que votasse no PTB, e por trás ordenou que os comunistas apoiassem Walter Jobim, que, realmente, venceu por 20 mil votos — o mesmo número de votos que receberam os deputados comunistas.

Quanto aos panfletinhos ridículos que a Arena publicou, destaca-se um em que é feita uma comparação da situação em 63 com a atual. Digamos que seja verdade o que dizia ali. Mas, e os 40 bilhõezinhos de dólares de dívida externa, que cresce sem nosso controle, de acordo com as taxas americanas?

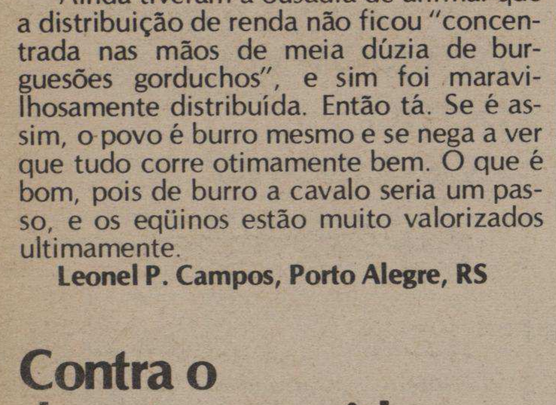
Ainda tiveram a ousadia de afirmar que a distribuição de renda não ficou "concentrada nas mãos de meia dúzia de burguesões gorduchos", e sim foi maravilhosamente distribuída. Então tá. Se é assim, o povo é burro mesmo e se nega a ver que tudo corre otimamente bem. O que é bom, pois de burro a cavalo seria um passo, e os eqüinos estão muito valorizados ultimamente.

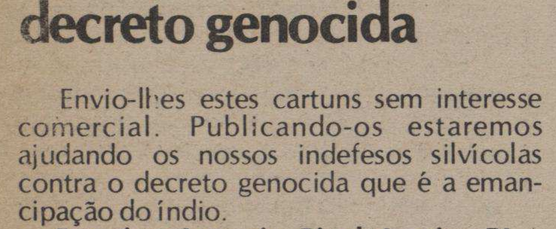
Leonel P. Campos, Porto Alegre, RS

Contra o decreto genocida

Envio-lhes estes cartuns sem interesse comercial. Publicando-os estaremos ajudando os nossos indefesos silvícolas contra o decreto genocida que é a emancipação do índio.

Francisco Sampaio, Rio de Janeiro, RJ





★ MURAL ★

LATIFÚNDIO

TERRA
TERROR

PROPRIEDADE

a
terra
é
de
quem
a
trapalha

COTIDIANO

bater o cartão
saudar o patrão
prensar o botão
bater o patrão
saudar o botão
prensar o cartão
bater o botão
saudar o cartão
prensar o patrão

GREVE

opera
espera
separa
repara
apara
para
pára

MÚSICA SACRA

dó
lá
r

GOVERNO

poder
podre
podre

ORDEM E PROGRESSO

ORDEM
P
R
O
G
R
ESSO

1964

BREU

PRENSA

1964
1965
1966
1967
1968
1969
1970
1971
1972
1973
1974
1975
1976
1977
1978

BROMA

aBeRtura

DITADURA

democracia , más
liberdade , porém
abertura , todavia
aumento , contudo
anistia , entretanto

basta , senão

DITADURA (2)

povo mole
em dita dura
tanto bate
até que fura

HISTÓRIA

abertura
ditadura
abertura
ditadura
abertura
ditadura

que loucura

TEMPO

passado
pressente
futuro

HERCULANO VILAS-BOAS

Os índios e seu inimigo número um

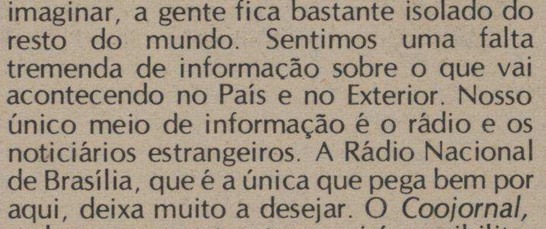
Meu marido e eu estamos iniciando um trabalho na área de Educação Indígena, entre os índios Suruí, do Parque Indígena Aripuanã. Aqui, como vocês podem imaginar, a gente fica bastante isolado do resto do mundo. Sentimos uma falta tremenda de informação sobre o que vai acontecendo no País e no Exterior. Nosso único meio de informação é o rádio e os noticiários estrangeiros. A Rádio Nacional de Brasília, que é a única que pega bem por aqui, deixa muito a desejar. O *Coojornal*, embora com certo atraso, virá possibilitar que mesmo de longe participemos das discussões das questões nacionais que interessam a todos os que, em todos os cantos do País, se batem hoje pelas liberdades democráticas e por melhores condições de vida para o nosso povo.

Nós nos engajamos na Causa Indígena. Porque são os mais sofridos e oprimidos. Há que se lutar por uma consciência nacional em prol das minorias indígenas, neste momento seriamente ameaçadas pelo criminoso projeto de emancipação, proposto pelo Sr. Rangel Reis, sem dúvida o inimigo número um dos indígenas brasileiros que sobreviveram ao massacre e à expoliação a que foram sujeitos ao longo de nossa história.

Espero que a luta pela Liberdade de Imprensa, por um Jornalismo autêntico e independente — tão corajosamente encetada por vocês — ganhe força, se intensifique e, por que não dizer, acabe por derrotar o obscurantismo do regime autoritário, que já dá mostras de seu anacronismo.

Nesta oportunidade, reitero meus cumprimentos à luta levada por *Coojornal* e seus companheiros de outros jornais, sempre com lucidez e firmeza contra a censura, o arbítrio e a prepotência, servindo assim à causa da libertação nacional.

Lori Altmann, Cacoal, RO



"Está claro: me impediram de conhecer a verdade"

Através do rádio, sou bombardeada a cada 10 minutos pelo "paraíso" que me alardeia a propaganda eleitoral da Arena. *Coojornal* na mão, percorro com avidez a entrevista com Jane e Colombo, sobre o seqüestro do Caravelle da Cruzeiro, publicada no nº 33.

Absurdamente impressionante é a constatação de que, oito anos depois, surpreendemo-nos com seres humanos normais, sujeitos a crises passionais, estalos de emoção, por trás do rótulo "atos de vandalismo — próprios de comedores de criancinhas" imposto pela imprensa comprometida, autoridades constituídas e sociedade.

E fica cada vez mais claro o quanto me foi negada a possibilidade de conhecer a verdade. A mim, jovem estudante universitária, que de contato direto com a repressão tenho apenas algumas tentativas frustradas de passeatas, a partir da defesa de interesses muitas vezes alheios às necessidades pessoais.

Que me esclareçam, então, as ditas autoridades competentes: qual deveria ser a reação coerente perante violências cometidas contra meus pais, meus amigos, meu meio, enfim, que não a irrefreável vontade de responder na mesma e única moeda disponível, independente de posição política? Baseado em que se atribui a uma ideologia contrária aos princípios do regime a iniciativa de salvar de atrocidades aqueles que nos são caros, usando quaisquer meios?

Como pode, então, agir um ser humano, por mais leigo, descomprometido e imune a convicções "esdrúxulas" que seja, ante a descoberta dc que é feito àqueles que expõem seus pensamentos?

Que me indiquem as vias legais, oficiais para lutar contra isso! Existem?

Sandra Oestmann, Salvador, BA

Um poema para o ano da criança

Peço publicar no *Coojornal*, como homenagem ao Ano Internacional da Criança, o poema que segue. O título é "Criança Letal".

Criança do mundo./—Submundo!/Criança suja./Criança rota./Maltrapilha./— Sem família./Procura uma rima/pra rimar contigo./— Amigo?/Quem é teu amigo?/O mundo?/— Inimigo!/Criança triste/não rima/com riso não./— Rima com ção!/Criança vã,/onde a esperança?/— Desesperança!/Criança só/que rima com (dó)/(e não é musical)/— Piedade só!/Que rima/pra rimar tua vida/sem canto,/sofrida?/— Desencanto!/Devias rimar/com flor e amor/e tua rima/é só dor!/Criança da rua/(e o teu nome?/— Fome!)/A rua é tua?!/— Não!/O que é teu?/— Nada!/Tua rima é nada,/criança amada?!/— Desamada!/Por que vives,/então,/criança louca?!/Tua sorte é pouca!/Tua sorte é morte!/E tua rima final,/criança, perdão,/é letal.

Marília Cabral de Lemos, Porto Alegre, RS

"Incontrolável sensação de mal-estar ou enjôo"

Qualquer observação no rol de governadores e senadores nomeados gera um vazio que só poderíamos definir como mal-estar.

Mesmo procurando uma reação fria e racional, em função do que já se era de esperar, é incontrolável e certamente natural aquela sensação que, em primeira aproximação, caracterizamos como mal-estar ou enjôo.

Já conhecíamos a figura da herança no sistema econômico, mas sua ampliação à área política é novidade. Talvez deva ser computada a interferência da imaginação criadora ou prestígio dos estereótipos fantasiados de executivos modernos, que com suas gravatas de largos laços, ditados pela moda de publicações especializada e badalativas, são mais operadores eficientes do que homens com visão conceitual das coisas.

Aliás, a rigor, nem a competência é o forte desses escalões, responsáveis também pela queda da credibilidade de uma administração marcada por deficiências que vão esgotando a coletividade, desde às reconhecidas e mais elementares, como as comunicações telefônicas, que cobram como empresa e prestam serviço como favor, até a proliferação de gênios arrependidos que não conseguem segurar o custo de vida.

Que escala de valores é essa onde a escolha é coisa de família? Institucionaliza-se o expediente de procurar as boas graças dos que detêm alguma fatia de poder para conseguir posições. Cria-se assim um segundo time incapaz de reformar ou de atitudes maiores compatíveis com a dignidade das grandes soluções. Pontificam os freqüentadores de gabinetes com memória para citar nomes de autoridades e as novidades na ordem do dia.

E o pior é que as alternativas para o autoritarismo, carro-chefe dessas distorções, que seriam os partidos, ainda continuam se dando ao luxo do caciquismo.

(*continua na pág. 4*)

CARTAS

("Incontrolável..."/cont.)

Após 14 anos ainda não aprenderam que sua representatividade é diretamente proporcional à função de um absoluto cumprimento dos procedimentos democráticos. A pretensão de dividir áreas de influência entre lideranças discutíveis tem que ficar no folclore político do passado. Os novos dias que virão exigem padrões não comprometidos com qualquer pretexto para insinuações, de forma que o respeito junto à opinião pública forneça o respaldo necessário para não se aceitar mais tutelas.

Alexandre César P. de Carvalho, Rio de Janeiro, RJ

"Também promovo boicote às multinacionais"

Chamou-me a atenção a carta que se refere à multinacional Coca-Cola, publicada na edição de novembro deste jornal. O leitor refere que a Coca-Cola já corrompeu pessoas em pelo menos 37 países. E, como ele, eu também promovo, a minha maneira, um boicote a estas multinacionais. Não compro produtos importados ou fabricados por estes grupos, a menos que tais produtos sejam estritamente necessários, como às vezes acontece. Afinal, estes grupos são nocivos, seja quanto à remessa ilegal de lucros, seja quanto a ajudas em corrupções.

A *febre suína* também pode ter explicações aí. Ou não? Será verdade que esses focos são nada mais nada menos do que desculpas para ir-se eliminando as matrizes e os filhos dos porcos para obrigarem os produtores a "elevar o nível dos animais e o padrão técnico das pocilgas", sem contar um rumor que anda solto, de que está-se construindo um frigorífico de descomunal proporção no Sergipe? Quem será que está levando a bola nesta história?

José Ferreira da Silva, Santa Maria, RS

"Em três anos, o vigor do Cooperativismo"

Parabéns ao *Coojornal*. Em três anos vem provando a força, grandeza e vigor que o Cooperativismo proporciona. É com muita satisfação que venho renovar minha assinatura e presentear um colega de trabalho com outra.

Este jornal tem sido de grande contribuição a todos os leitores e, principalmente, àqueles que se formaram nestes 14 amargos anos de silêncio relativo. Como também são de grande contribuição as constantes reportagens das lutas sociais do passado e presente do País, principalmente as do Rio Grande do Sul.

Amigos, como disse o leitor Anécio na Edição 34, parabéns pela coragem e muito mais...

A. Souza, São Paulo, SP

"Leitura séria e corajosa"

Em minha última estada em Porto Alegre caiu em minhas mãos um exemplar do *Coojornal*. Li-o inicialmente com curiosidade e depois cuidadosamente, pois em nossos dias é difícil encontrarmos jornais sem medo da verdade, ou que sejam sinceros e honestos, sem que estejam sob o domínio e controle de grupos econômicos. Além disso, o *Coojornal* proporcionou-me uma leitura informativa séria e corajosa.

Ademar Fernando Gunsch Gruber, Itapiranga, SC

CALA FACT SHEET

ONE IN A SERIES PRODUCED BY

Contemporary Archive on Latin America

1.CAMBRIDGE TERRACE.LONDON NW1 4JL.TELEPHONE: 01-487 5277

CooJornal: This monthly publication of a journalists' cooperative in Porto Alegre, now in its second year, has enjoyed a growing reputation for its commentary and analysis on social, political and economic issues.
CALA: 1977 (Jun,Jul,Spt)
rr

Estado de São Paulo, O: Generally regarded as Brazil's leading daily, and tending to reflect business opinion in Brazil's leading industrial city,

"Olha aí, na Inglaterra"

O *Contemporary Archive on Latin America — CALA* — é uma entidade séria, de pesquisa, que abastece de informações os centros de estudos sobre a América Latina que existem na Inglaterra. Só agora me chegou às mãos o seu boletim de outubro de 1977, que dá uma relação das publicações e periódicos brasileiros que compõem parte do acervo de seu arquivo.

Para gáudio nosso, gaúchos e brasileiros, vejam o que diz sobre o nosso *Coojornal:* "Esta publicação mensal de uma cooperativa de jornalistas de Porto Alegre, agora em seu segundo ano, ganha cada vez mais importância pelos seus comentários e análises sobre assuntos políticos, econômicos e sociais".

Parabéns, digo eu.

Arnaldo Costa, Santa Maria, RS

Amante do justo e do verdadeiro

Num momento em que passamos por tantas atribulações em todos os setores, é importante que surja um documento como o *Coojornal,* que abre as suas portas com máscula coragem para mostrar tudo aquilo que há de errado e que precisa ser colocado nos seus devidos lugares.

Por ser amante das coisas justas e verdadeiras, é com grande prazer que me torno assinante e divulgador desse excepcional órgão da Imprensa gaúcha.

José Roberto Mauro, Limeira, SP

"Em bom e claro português, é uma pouca vergonha"

Mais de 900 suicídios na Guiana. Os Estados Unidos são as páginas amarelas da religião, onde todos encontram praticamente tudo.

A defesa da liberdade religiosa, uma das grandes conquistas da humanidade, é levada às últimas conseqüências pelos tribunais norte-americanos. País religioso por excelência, os Estados Unidos paqueram tanto as religiões que elas estão isentas de impostos e gozam privilégios que estão descambando para a libertinagem total.

Paulo Francis escreveu que "qualquer intrujão bem-falante, reunindo milhares de adeptos, estabelece 'religião', adota o título de 'reverendo', consegue o *status* de isento de impostos e usa o voto de seus fiéis contra qualquer deputado, senador ou governador que pretenda investigá-los".

Impunes porque os políticos não querem se meter naquilo que lhes é mais caro, os votos (e não os princípios, infelizmente), as novas "religiões" vão partindo para a ignorância, chegando ao ponto de se organizar a Igreja da Vida Universal, uma verdadeira gozação.

Palavra de honra, se não tivesse lido na revista *Psicologia Hoje* de agosto de 78, não acreditaria. Sob o título "A Igreja que mais cresce no mundo", o "irmão" Keith L'Hommedieu descreve a Igreja da Vida Universal, como "a única no mundo sem doutrina religiosa tradicional". Organizada mundialmente, "Com 7 milhões de ministros ordenados, de todas as religiões" (sic), o "reverendo" Kirby Hensley começou a igreja na sua garagem, ordenando ministros por apenas um dólar, por correspondência, preço que já inflacionou para 5 dólares. Nos anos 60 essa figura rara viajou por todo o país ordenando pastores em massa, milhares de cada vez. Com isso eles se tornaram isentos do dever de prestar serviço militar e livraram a cara da perigosa Guerra do Vietnã.

Isso, em bom português, é uma pouca vergonha. Onde já se viu driblar tão cinicamente o imposto de renda (cada um pode dar até 50% de sua renda para a"Igreja" e obter dedução) e organizar uma Igreja sem programa definido, sem revelação, sem coisa nenhuma?

E há sempre dois componentes essenciais nestas igrejas de araque: sexo e dinheiro. O reverendo Jones, da Guiana, responsável por essa tristeza sem medida que foi a morte de centenas de seres humanos, mantinha relações sexuais com moças e rapazes. E o dinheiro corria solto.

Não será fácil a tarefa de estabelecer parâmetros pelos quais se possa aferir o que é religião séria e o que não é. Mas tem que haver uma solução. Religião vem de religar, tornar a unir o homem com o seu Criador, Puro e Perfeito. Toda religião tem que pregar o amor, a fraternidade, o bem, o respeito. Pelo fruto se conhece a árvore. Nenhuma religião tem o direito de pregar a morte, a tortura, o desrespeito ao homem. Uma humanidade que atingiu já tal nível de desenvolvimento tecnológico não pode se dar ao luxo de retornar à mais imbecil barbárie que os Jones da vida se metem a praticar.

Às autoridades fica este ônus da difícil tarefa. Como impedir o desenvolvimento dessas seitas sem desrespeitar direitos humanos?

Pastor Roberto Vicente Themudo Lessa, São Paulo, SP

"Não se deve misturar política com religião"

Pois a Igreja voltou a manifestar-se, pedindo aos cristãos que votassem nos candidatos que não apoiaram a lei do divórcio, procurando, assim, desacreditar as correntes que colaboraram para esse fim. Sempre fui contra a idéia de misturar política com religião, pois tais objetivos são contraditórios dentro de suas metas, mas o que considero ainda mais contraditório é que a Igreja Católica procura pregar uma certa conscientização dos eleitores, principalmente daqueles filiados a sua doutrina, para que apóiem candidatos que possam vir a colaborar para o surgimento de uma sociedade genuinamente humana e fraterna.

Ora, supõe-se que a Igreja não esteja do lado do regime, ou melhor, é certo que ela não está, bem como a grande maioria do povo também tem demonstrado isso. Logo, estaria a Igreja simplesmente ao lado do povo, ao lado da democracia. Porém, sabe-se que todo o partidário de ideais democráticos rejeita taxativamente qualquer espécie de radicalismos, e a Igreja é extremamente radical dentro de seus preceitos, não podendo, assim, identificar-se jamais com uma democracia total. Primeiro porque uma verdadeira democracia comporta certas liberdades decorrentes de um processo histórico natural, culminando com uma cada vez mais adiantada evolução do homem com relação ao meio. Segundo, por que não seria a Igreja a governar.

Evidencia-se uma certa vontade por parte da Igreja de afastar-se do concurso espiritual, para penetrar nos meios materiais e políticos, concorrendo com possibilidades mais concretas do que aquelas que ficariam estritamente dentro do seu campo impalpável.

Na "Cartilha do Eleitor", citam os líderes religiosos trechos bíblicos de comparação, pelos quais não se pode confundir política com religião ou vice-versa, embora o homem religioso não possa separar sua fé do seu compromisso político. Parece-me que os "dogmas" não são tão fundamentais e indiscutíveis assim, eis que a Igreja torna pública a vontade de optar por determinadas idéias políticas. É evidente a sua indireta opção e participação partidária, já que uma finalidade não pode anular a outra. E Dom Ivo já disse: "Não basta ser antidivorcista para ser um bom candidato, eis que o bem comum conclui muitas outras exigências no campo social e político".

Ainda não sei até que ponto tal manifesto, a "Cartilha do Eleitor", terá influído nas eleições. Agora, sabe-se que, se tal influência fosse decisiva, estaríamos regredindo politicamente, a exemplo de inúmeros acontecimentos outrora registrados, em favor de uma instituição já quase falida, e com difícil recuperação dentro de uma sociedade que evoluiu.

J. P. Ceccatto, Santana do Livramento, RS

Governo auxiliou o Candidato S. A.

Há alguns dias tomei conhecimento da edição do *Coojornal* com a reportagem sobre o Candidato S.A., isto é, o Sr. Cláudio Strassburger. Gostei, e só notei que faltou algo interessante: contar que a Cedic, órgão estatal, da Secretaria de Indústria e Comércio, participou ativamente da campanha a deputado do Strassburger, organizando viagens de estudos a Rio Grande, Cachoeirinha e Gravataí, onde estão sendo construídas empresas que, com o auxílio do Governo, constroem suas fábricas em terras da mesma Cedic.

Este detalhe não podia ter faltado na reportagem. As viagens são totalmente pagas pela Cedic: ônibus, hotel, almoços, jantares. E tudo sendo faturado a favor do Strassburger.

Carmen Regina B. Nunes, Santana do Livramento, RS

Ninguém vai perder as estribeiras!

A cada mês que passa, tenho me preocupado um pouco mais com o bom senso existente atualmente nos que editam esse jornal.

Em cada edição, tenho sentido o arrefecimento do ímpeto inicial, ao mesmo tempo em que mais e mais páginas são dedicadas à publicidade.

Esta carta resultou da impressão que tive, no último número (33, de outubro), de que o *Coojornal* estava se prestando à promoção de um candidato da Arena, que tem sido denunciado como corrupto por toda a Imprensa nacional.

Os jornalistas irão dizer: "Isto é técnica de jornalismo".

Se, na busca de transformar uma cooperativa em empresa de grande sucesso comercial, a atual direção do *Coojornal* perder as estribeiras, perderemos nós, os leitores, uma maravilhosa fonte de informações fidedigna.

Dr. Carlos Avelino F. Brasil, Porto Alegre, RS

"Um mundo melhor, mais justo"

Pela presente, queremos agradecer a colaboração prestada à Feira da Criança, através da impressão dos cartuns, feitos pelo *Coojornal*.

Gostaríamos de salientar que gestos como este significam muito para nossa comunidade e é a partir de atitudes como esta que faremos um mundo melhor, mais justo, onde as crianças possam ter um atendimento cada vez melhor.

Muito obrigada.

Eclea Guazzelli, Porto Alegre, RS

"Sempre que possível mais governo que oposição"

O coronel Rubem Ludwig, assessor de Imprensa da Presidência da República, declarou logo depois das eleições que "a imprensa ajudou o MDB". Certamente, o coronel Ludwig não se referia ao Rio Grande do Sul. Para dar uma idéia do que aconteceu no Sul, reproduzimos uma nota publicada no último número do jornal *Comunicação,* do Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre:

"Nos primeiros dias de novembro, ao lado dos costumeiros avisos da Censura (recebidos pelo telefone, é claro) surgiu no mural do Departamento de Jornalismo da Rádio Gaúcha uma ordem de serviço, não assinada mas procedente da direção, estabelecendo os critérios de edição para os noticiosos da emissora. A ordem de serviço da Gaúcha recomenda aos jornalistas do departamento que "no máximo, as notícias de oposição podem empatar com as favoráveis ao governo". Com uma ressalva: "Sempre que possível, mais governo do que oposição".

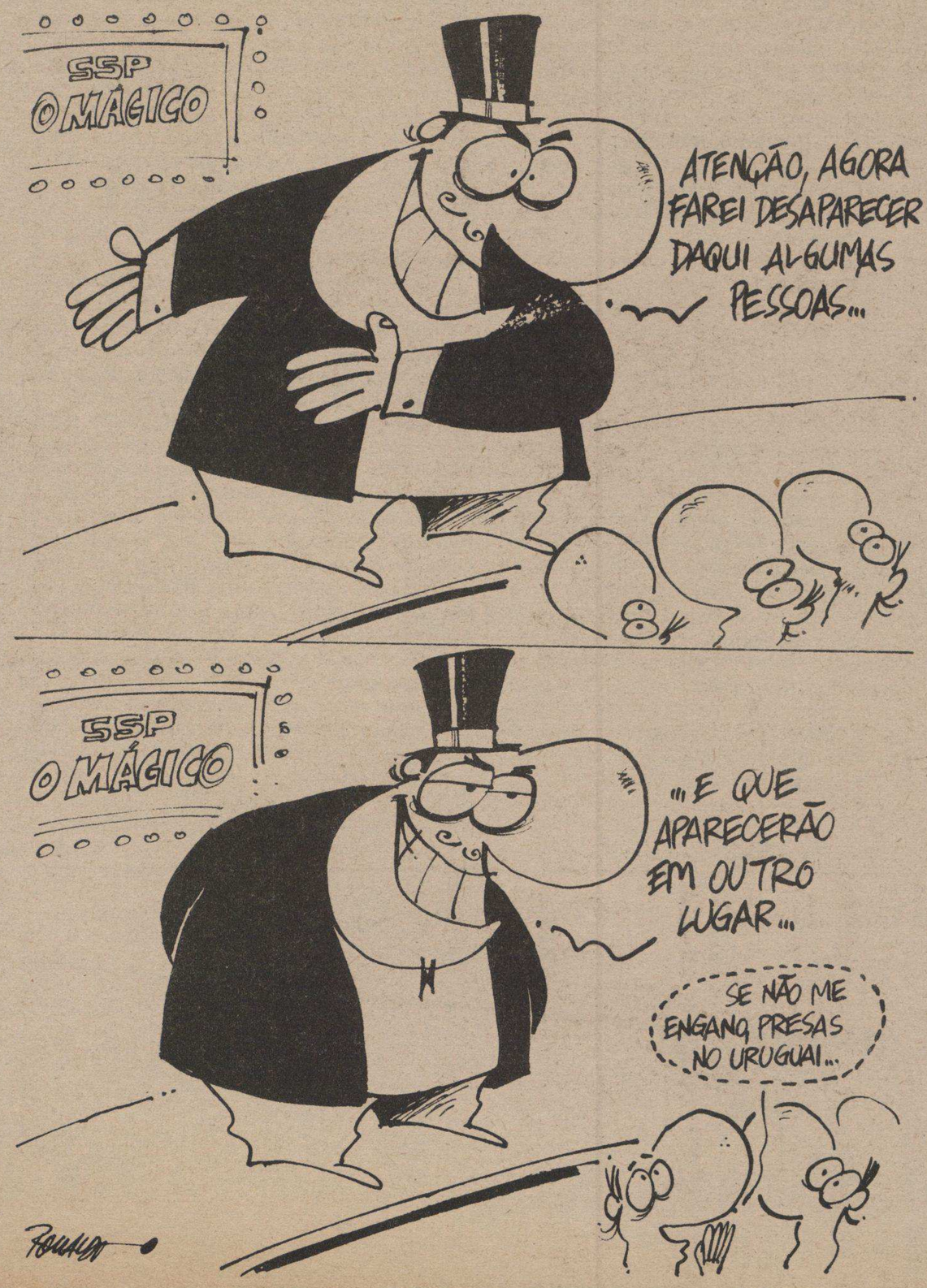
Para ninguém alegar desconhecimento, a Gaúcha esclarece os critérios do que seja pró ou contra. Notícias de oposição são "as notícias do MDB criticando ou não o governo; as notícias da Frente, Euler e Magalhães, criticando ou não o governo; as notícias da área econômica, criticando direta ou indiretamente o governo; idem da área estudantil, militar, sindical, enfim, todas as críticas diretas ou indiretas ao governo". Informações favoráveis ao governo são "as notícias administrativas da Presidência, ministérios e outros órgãos governamentais; os pronunciamentos políticos do Presidente, ministros, deputados, senadores, dirigentes de outros órgãos e líderes arenistas em favor do governo; eventuais pronunciamentos das áreas de oposição em favor do governo, desde que em nenhum momento, ofereçam críticas ao governo; esclarecimentos administrativos dos governos estaduais e municipais, mas somam-se neste critério os pronunciamentos políticos de governadores e prefeitos a favor do governo".

As quatro edições diárias do Correspondente Maisonnave, o mais ouvido e mais importante noticioso da emissora, merecem uma referência especial: "As notícias de oposição nunca poderão ser as primeiras ou as últimas (no caso as três últimas) do noticiário". Para a Grande Edição da Manhã (uma hora e meia de duração) e Grande Edição da Noite (uma hora) valem os mesmos critérios, com um lembrete: "A cada notícia de crítica ao governo deve corresponder na seqüência do noticiário igual número de linhas e mais metade a favor do governo". Além disso, "as notícias de oposição não poderão abrir o noticiário ou abrir qualquer das baterias".

Os cassados pela Revolução de 64, coitados, voltaram a ser cassados pelos proprietários da emissora: "A autoria da notícia de oposição nunca poderá ser de cassado residente no país ou no exterior. Inclui-se Brizola". E mais: "De forma obrigatória, o Correspondente Maisonnave, em todas as edições, deve conter uma notícia do Palácio Piratini e uma da Prefeitura". Finalmente: "Cobrir todas as entrevistas ou audiências do sr. Amaral de Souza. Nos noticiários deve merecer sempre uma posição de destaque".

NR: *A Rádio Gaúcha pertence à Rede Brasil Sul de Comunicações, maior empresa de comunicações do Sul do país, proprietária de outras cinco emissoras, da TV de maior audiência no estado, (vinculada à Rede Globo) e o jornal de maior circulação, Zero Hora. E o sr. Amaral de Souza é, desde abril, o futuro governador do Rio Grande do Sul.*

E. Bones



Todos correm para salvar o "hospital dos pobres". Mas ele continua em crise

As campanhas em favor da Santa Casa não alcançam a causa dos seus problemas: a má administração

Ajude a salvar a Santa Casa. É um apelo público que se repete pelo menos uma vez por ano no Rio Grande do Sul. Jornais, rádios e TV engajam-se imediatamente nas campanhas para coleta de doações. Os apelos mais dramáticos e piegas chegam à opinião pública. Mas é tudo inócuo, vicioso, porque não se vai ao fundo da questão.

A impressão deixada no ar pelo barulho de cada campanha — de que a culpa é do governo do Inamps que não paga as suas contas — é no mínimo falsa. A verdade, onde nunca se chega, é que a Santa Casa de Misericórdia — um grande complexo hospitalar plantado no centro de Porto Alegre — sofre de crônicos problemas de ordem administrativa. Problemas que a caridade cristã e a preocupação da população com o "hospital dos pobres", por maior que sejam, não podem resolver.

PIOR SITUAÇÃO

A campanha pública que se repetiu no mês passado, deu resultados aparentes: como em anos anteriores, em poucos dias as doações da comunidade chegaram a dois milhões de cruzeiros — e a crise saiu do noticiário.

Mas estes dois milhões de nada servem, e logo, logo a crise vai voltar. O balanço deste ano deve fechar com um déficit de Cr$ 40 milhões, evidenciando que a Santa Casa está na pior situação financeira desde a sua fundação em 1803. O salário dos 1.900 funcionários está atrasado dois meses e os médicos que recebem do Inamps através da Santa Casa estão há mais de um ano sem ver o dinheiro.

Nem as verbas prometidas antes das eleições de 15 de novembro (Cr$ 40 milhões do Governo Federal e Cr$ 5 milhões do Estadual) resolverão o problema, mesmo que sejam promessas cumpridas. Com uma despesa estimada em Cr$ 180 milhões para o ano que vem contra uma receita prevista de Cr$ 108 milhões, a crise que surgirá em 79 será certamente bem maior.

Além das doações e das verbas que recebe do Inamps e do Funrural, a Santa Casa poderia contar com uma receita adicional através dos aluguéis das dezenas de casas e apartamentos que possui. Mas aí também se agravam seus problemas administrativos: seus 106 imóveis não chegam a render Cr$ 150 mil por mês, mesmo que alguns deles estejam alugados a empresas e outros situados em ótimas zonas urbanas de Porto Alegre. Há apartamentos alugados por Cr$ 180,00 mensais...

"Nem mesmo um mago conseguiria equilibrar a receita da Santa Casa", disse o médico Pedro Luiz Costa, há 30 anos trabalhando lá. E citou como exemplo a maternidade sob sua responsabilidade, com 120 leitos, que deu um prejuízo de Cr$ 3 milhões no ano passado só quanto ao pagamento de pessoal.

E não são só os pobres que se valem da Santa Casa: ela tem 1.600 leitos e apenas 37% de seus pacientes são indigentes. Universidades, laboratórios particulares, entidades oficiais ou privadas se valem de seus cinco hospitais (um deles, o São Francisco, nem atende indigentes) muitas vezes num regime de quase exploração. Vejamos.

A Santa Casa possui e *sustenta* 42 enfermarias, mas somente cinco estão sob seu controle; as demais são dirigidas pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do RS e pela Fundação Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre.

Só a UFRGS tem a sua disposição 7% leitos e pagou este ano apenas Cr$ 460 mil para utilizar um verdadeiro hospital-escola e equipamentos sofisticados. A Católica tem um convênio que lhe garante a utilização de 300 leitos pela módica quantia de Cr$ 200 mil por ano. E a Faculdade de Medicina da PUC — que possui seu próprio hospital — utiliza graciosamente as enfermarias 1 e 16 (doenças infectocontagiosas) e 6 (dermatologia).

Esta é a Santa Casa, entidade que "pertence aos pobres", segundo o estatuto de fundação, e que é dirigida por uma *irmandade,* que atualmente congrega perto de mil pessoas, entre médicos e famílias da sociedade gaúcha. Na prática, a direção está com o Provedor e com a mesa Administrativa, escolhida por ele.

Gert Secco Eichenberg, de 67 anos, há 12 anos provedor, ex-proprietário de uma seguradora falida há 11 anos, explica que "de quando em quando é preciso apertar os cintos e fechar um ano sem grandes prejuízos". E não admite falhas na administração, "pois todo mundo aqui trabalha mais por amor do que por outra coisa. O meu cargo mesmo não é remunerado".

Na verdade, inclusive na área médica, hoje sob a responsabilidade de Antônio Milhen, surgem pequenos problemas administrativos e que acabam trazendo prejuízos financeiros.

Por exemplo. A maioria das anestesias é feita por uma empresa particular, o Serviço Cirúrgico de Anestesia, que mantém um grupo específico para a Santa Casa. As anestesias normalmente acabam sendo feitas por estagiários de Medicina, que recebem *da Santa Casa* um salário mínimo mensal. Depois são contratados residentes, que trabalham um a dois dias por semana e recebem três salários mínimos *da Santa Casa* e um salário mínimo da empresa. E a Santa Casa ainda paga Cr$ 8 mil a vários supervisores para que controlem o serviço e permaneçam atentos a possíveis problemas que possam surgir durante as anestesias feitas por estudantes...

Algumas enfermarias, por orientação de seus coordenadores, possuem pequenos laboratórios próprios, devido principalmente ao mau serviço do Laboratório Marques Pereira — que, em troca do atendimento a indigentes, explora este serviço na Santa Casa sem qualquer despesa adicional.

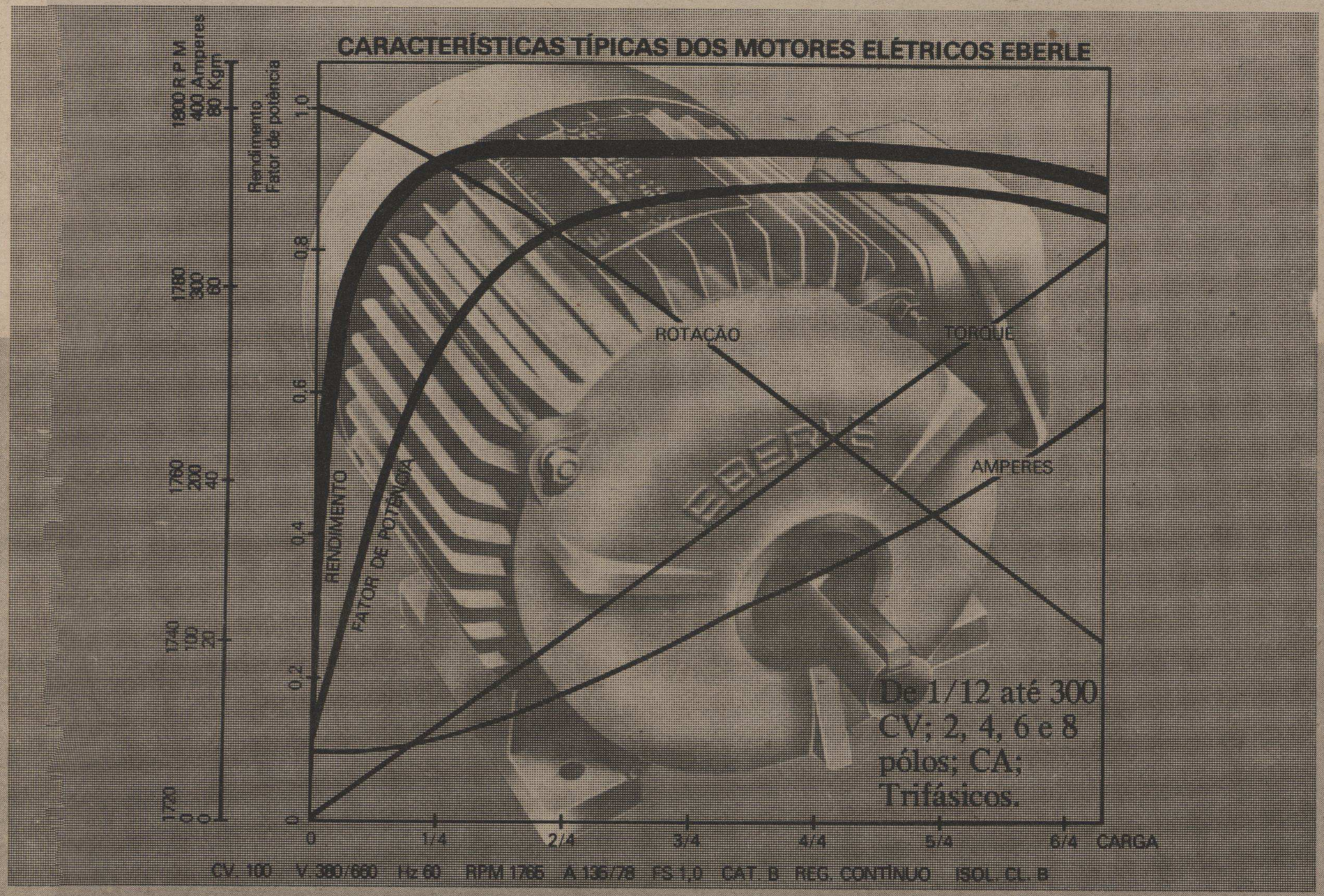
Mas, assim como na farmácia da Santa Casa, que não dispõe da maioria dos remédios receitados, neste laboratório os indigentes só são atendidos em determinadas horas e os exames costumam levar dias para serem feitos. Com isso, o paciente acaba ficando desnecessariamente hospitalizado vários dias, só para esperar resultados dos exames.

São pequenos detalhes, aqui e ali, de coordenação, administração e até fiscalização, que acabam formando o prejuízo maior, de milhões de cruzeiros, no fim do ano. Além disso há coisas que não se consegue saber. Por exemplo: Por que o Hospital Santo Antônio (para crianças) e que também é da Santa Casa tem balanço separado e não o divulga?

Talvez por isso a Associação Gaúcha de Médicos Residentes esteja a pedir, agora, uma auditoria na Santa Casa. Parece que é a única maneira de se chegar às causas da crise. Pois como lembra o diretor da enfermaria 42, Jorge Pereira Lima, que como todos os seus colegas prefere não falar sobre o assunto — "mexer na Santa Casa é a mesma coisa que mexer num abelheiro, além de ser um assunto muito sério e penoso".

Elaine Lerner

Razões e conseqüências da qualidade Eberle.



Para atingir a posição de melhor motor nacional, a Ebele precisou desenvolver importantes aspectos construtivos:

— Construção rigorosa dentro das normas e especificações da ABNT e IEC, inclusive com dimensões de acordo com os padrões exigidos no Mercado Comum Europeu.

— Torque de partida elevado, excedendo os limites mínimos normalizados.

— Escorregamento: inferior a 5%.

— Produto "rendimento x fator de potência" elevado.

— Blindagem: o único motor nacional com a classificação IP55 (Totalmente blindado contra líquidos e poeiras).

— Precisão: balanceamento dos componentes girantes entre 10 e 20 μ.

— Sobreaquecimento: Δt inferior a 80° para a classe de isolação B.

— Baixo nível de ruído assegurado pelo controle de qualidade utilizando equipamento BRÜEL e KJAER.

Como conseqüência destes índices, os motores Eberle apresentam um desempenho superior.

Têm maior vida útil, menores custos de manutenção e consomem muito menos energia elétrica. Isto significa lucro.

Sem quebras ou interrupções.

A prova da veracidade destes dados são os dois anos de garantia sobre todos os motores Eberle.

A Eberle construiu e testou.

Você utiliza e comprova.

O CORAÇÃO DOS MELHORES EQUIPAMENTOS

EBERLE

2 anos de garantia

MATRIZ: Rua Sinimbu, 1670
CEP 95.100 - Caxias do Sul - RS
End. Teleg. EBERLE
Fone: (054) 221-2511
Telex n.º 0542-155 MAEB-BR
PORTO ALEGRE - CURITIBA
SÃO PAULO - RIO DE JANEIRO
BELO HORIZONTE - SALVADOR
RECIFE

"Figueiredo está prevendo problemas graves para o seu Governo"

O *Coojornal* comemorou o seu terceiro aniversário promovendo duas noites de debate sobre "O Jornalismo e a Redemocratização do País". Na primeira noite, 27 de novembro, houve um painel com profissionais da imprensa gaúcha (Roberto Appel, da sucursal do *Estado de São Paulo,* Pilla Vares, secretário de redação de *Zero Hora,* Joseph Zukauskas, chefe da sucursal do *Jornal do Brasil* e Elmar Bones editor do *Coojornal*).

Para a segunda noite, dia 30, veio Carlos Castello Branco, o principal cronista político do País e presidente do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal. Com o plenarinho da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul superlotado, Castello Branco, depois de uma rápida explanação sobre liberdade de imprensa, participou de um debate de quase três horas sobre Jornalismo no Brasil e, principalmente, sobre o momento político. Presentes estudantes, jornalistas e políticos, entre eles o senador eleito pelo MDB gaúcho, Pedro Simon e o secretário Mario Ramos, que concorreu ao senado pela Arena na última eleição.

Eis algumas opiniões emitidas por Castello durante o debate:

P — *Como vê a possibilidade de um recuo no atual processo de abertura política?*

R — Olha, o General Geisel fez uma coisa inédita em termos de Revolução de 64. Ele excluiu os políticos do processo de decisões, mas excluiu também os militares. Ele não foi prisioneiro do Alto Comando como foram Castello, Costa e Silva e Médici. O perigo é que Figueiredo, que não tem a autoridade e o temperamento de Geisel, volte a ser prisioneiro. Ele diagnostica problemas graves para seu Governo, isso eu sei. Estive com ele e perguntei: O Sr. espera problemas graves da área militar? Ele respondeu: Espero. Algo assim como Aragarças e outros? Ele respondeu: "Não, mais graves. Só não serão mais graves porque estou preparado".

P — *Por que ele parou de falar, depois de tanto papo?*

R — Porque já tinha falado demais, eu acho.

P — *E as eleições, quem ganhou?*

R — O mais importante nestas eleições é o seu caráter plebiscitário, contra ou a favor do Governo. Por esse ângulo o resultado mostrou que a maioria da Nação está na oposição, contra o regime.

P — *E os novos partidos?*

R — Acho que a oposição vai ter o bom senso de não se dividir agora.

P — *Mas e o partido do Magalhães Pinto?*

R — Magalhães Pinto não tem condições de organizar um partido. Não tem mais liderança.

P — *O Jânio está sendo relançado. Será que ele pode voltar?*

R — Se o Jânio se lançasse candidato a deputado por São Paulo sairia eleito. A Revolução deixou um vazio de liderança que não foi preenchido ainda, sobretudo nas áreas mais próximas a ela. Lacerda morreu, Magalhães envelheceu, só resta o Jânio. Além disso é bom lembrar que a linha política de Castello, Geisel e afins é o janismo sem Jânio. Se ele sair para uma campanha popular se elege.

P — *O que ele precisaria fazer para bater Montoro?*

R — Eu perguntaria: o que Montoro precisaria fazer para enfrentar Jânio? Montoro, eu convivo há 30 anos com ele, não é um líder popular, um homem que arrebate as massas.

P — *Mas e como é que ele teve quase 5 milhões de votos?*

R — O Orestes Quércia teve mais votos do que ele e é um pobre rapaz.

P — *O senhor nunca foi censurado?*

R — Não, escrevo mesmo com liberdade.

P — *Nem pela empresa?*

R — Nem pela empresa. Por duas vezes, em momentos que vi que estava causando problemas à empresa, pedi demissão. Mas não foi aceito o pedido. Eles me disseram: "O Governo não aceita que a sua coluna acabe."

P — *Por que motivo?*

R — Creio que é para demonstrar que há uma margem de liberdade de imprensa. Minha coluna é lida muito pelo corpo diplomático, o pessoal das embaixadas de outros países a lêem muito. Esse pessoal também não tem acesso a informações junto ao Governo, então lê alguma coisa na minha coluna. De modo que a extinção da coluna teria uma repercussão muito grande.

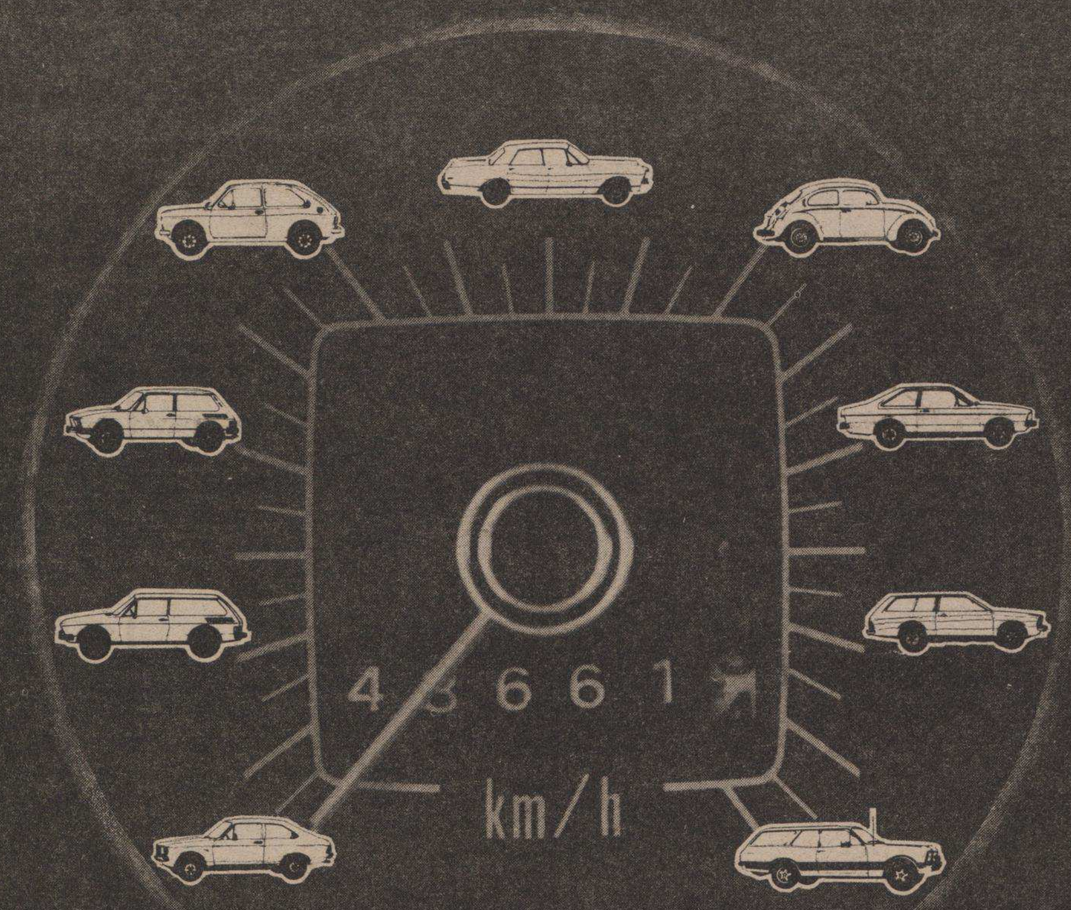
P — *Por que a sua coluna não é publicada em jornais do Rio Grande do Sul?*

R — Já foi oferecida e houve até interesse. Mas o III Exército vetou. Aqui e no Recife, só que lá o IV Exército proibiu e depois liberou e aqui eu não sei como é que ficou. Sei que a idéia morreu.

Pedro Flores

Castello falando em Porto Alegre

ACELERE SEU FINANCIAMENTO.



Você chega muito mais rápido ao seu automóvel zero quilômetro utilizando-se das vantagens do Crédito Direto ao Consumidor Maisonnave. As taxas são convenientes e a liberação imediata. Acelere seu financiamento: procure-o junto ao Banco Maisonnave.

Maisonnave

Porto Alegre (RS): Sete de Setembro, 760 · Fone: 24-3566

Escala

ALUGUE UM CARRO DA AUTO LOCADORA GAÚCHA. A VIDA É CURTA E ISSO É MUITO BOM.

Nos sábados e domingos fica assim de gente na Auto Locadora Gaúcha: todo mundo alugando carro pra sair por aí. Faça isso também.

Só não esqueça de que na segunda a vida continua.

E para que ela continue boa, você às vezes precisa alugar um carro no meio da semana. Quer ver?

Ou o seu carro foi para a oficina e você fica a pé.

Ou você tem que viajar e não quer gastar o seu carro.

Ou sua mulher precisa dar umas voltas de carro e você empresta o seu, o que fazer? E vai por aí.

Razões não faltam pra que você fique na mão uma ou outra vez.

Nessas horas, lembre-se de que a vida é curta. E que é preciso aproveitá-la, como diz o sujeito aquele na televisão. E alugue um carro da Auto Locadora Gaúcha.

É mais barato do que você pensa e é muito bom.

AUTO LOCADORA GAÚCHA

O carro que você quiser, na hora que você quiser. Sempre.
Loja 1: Conceição, 364 - fones (PABX) 21-3333, 21-5555 e 24-5166 - Horário: 7 às 22h, inclusive domingos e feriados. Loja 2: Av. América, 211 - fones 22-4510 e 22-2121 Horário: 7 às 22h, inclusive domingos e feriados. Loja Aeroporto: fones 42-4510 e 42-5363 Horário: Atendimento até à chegada do último vôo.

Mágoas de um ditador aposentado (depois de 38 anos no Poder)

Nenhum dos grandes caudilhos latino-americanos se compara a Velasco Ibarra, que fomos encontrar num tranqüilo apartamento em Buenos Aires, onde vive desde que foi derrubado (pela quarta vez) do Governo do Equador

Paulo de Albuquerque

Velasco Ibarra: "Os militares me traíram"

Com 38 anos de Governo em cinco períodos presidenciais, alguns precipitadamente concluídos com metralhamento do seu palácio, dom José Maria de Velasco Ibarra é detentor da mais longa e tumultuada carreira de condutor de massas que a América Latina jamais presenciou. É uma experiência de Poder que caudilhos notórios como Perón ou Vargas nunca conseguiram rivalizar.

Ex-homem forte do Equador, Velasco Ibarra, hoje com 85 anos, um pouco surdo mas perfeitamente lúcido, ainda vocifera e agita os braços desordenadamente ao relembrar passagens de sua vida. Como quando se refere aos militares, que o *aposentaram* em 1971: "Sempre foram meus inimigos, sempre me atraiçoaram".

No sossego de sua sala de visitas na *calle Bulnes,* no Centro de Buenos Aires, Velasco Ibarra é um dos derradeiros líderes populistas que sobrevivem num continente em que os modelos exportadores e as multinacionais desbancaram o populismo — nem sempre dócil como instrumento — trocando-o pelas Forças Armadas e os tecnocratas.

Testa-de-ferro dos latifundiários semicapitalistas até estes perderem definitivamente o controle do Estado, o velho caudilho repele o rótulo populista, embora tenha se tornado célebre no Equador uma de suas frases mais reveladoras:

— Dêem-me uma sacada e eu vencerei!

Ele tenta explicar sua última derrubada como fruto da ambição do general Guilhermo Rodriguez Lara, mas o padre Joseph Comblin, autor do livro *A Ideologia da Segurança Nacional — O Poder Militar na América Latina,* vai direto à questão: "Por causa do petróleo descoberto no Equador, o Exército tomou o Poder e mandou Velasco Ibarra de volta a seu apartamento em Buenos Aires".

Nestes anos 70, os militares deixaram de ocupar o Governo apenas transitoriamente como faziam desde a independência do País para se transformarem em detentores permanentes do Poder. Membro da OPEP, maior exportador mundial de bananas, o Equador (32% de analfabetos, mortalidade infantil de 70 em mil nascimentos, expectativa de vida de 54 anos) passou a ser visto com outros olhos pelas multinacionais e pela burguesia agroindustrial ligada às exportações.

Assim, Velasco Ibarra passou a ser carta fora do baralho na complexa política equatoriana. Um fim sem nobreza para quem, no entendimento do seu compatriota Pablo Cuvi, sociólogo, foi, além de católico liberal, "um caudilho que teve a ilusão de aplicar no Equador o Código Napoleônico, misturando o misticismo de Joana Darc com a audácia do Corso Imortal".

Foi, de qualquer forma, personagem absoluto da cena política de um País que já teve 16 Constituições desde a independência em 1830 e ostenta uma média de dois anos e meio de mandato para cada um de seus presidentes. Nem Ibarra sabe explicar convincentemente isto. Ele rejeita a tese de que tenha servido às oligarquias de Quito e Guaiaquil e ainda se enfurece com a simples menção do termo *classe social:*

— Não podemos pensar em explicar as coisas através de expressões como essa. A vida é mais rica e fecunda. Não havia uma classe específica me apoiando. Todos me apoiavam, todos. O povo sabe escolher seus líderes. É a intuição popular. O povo não usa a sabedoria mas o instinto. O político tem que ser hábil para perscrutar na alma das massas aquilo que elas anseiam. Os políticos que sabem identificar esses desejos são os bem-sucedidos. Eu fiz isso.

— O povo equatoriano é infinitamente intuitivo e leal. E não só ele: os povos mais leais do mundo estão aqui no Sul do Continente. Infelizmente agora existe uma cegueira política no Equador. O País está repleto de dirigentes políticos livrescos, ambiciosos e utópicos. São esses que provocam a doença do militarismo que grassa em toda a América.

Entre os militares, Velasco Ibarra condena o general Guillermo Rodriguez Lara, autor da quarta e definitiva investida do Exército contra ele. Em janeiro de 76 foi a vez de Lara que, forçado a renunciar, deixou o Poder para uma junta militar liderada pelo almirante Alfredo Burbano mais os generais Guilhermo Arcentales e Luis Leoro Franco. A promessa era entregar o Governo aos civis em 78 mas, com a descoberta de petróleo e a transformação do Equador no segundo exportador da América Latina, os militares não se portam mais como provisórios. Velasco Ibarra sabe disso, mas gostaria de voltar a seus País:

— Nunca faria como Perón, que saiu da Espanha para morrer e entregar o Poder a outro... Eu tenho vontade de retornar ao Equador para presidir eleições livres. Minha idade, porém, não me permite participação em nenhum pleito. Não seria honesto e eu pautei minha vida pela honestidade.

Em 1930, quando estudava na Sorbonne, em Paris, teve sua candidatura a deputado lançado por um grupo de amigos em Quito. Voltou eleito e no ano seguinte, com 40 anos, liderava o recém-fundado Partido Velasquista, na luta contra os liberais e conservadores, os dois partidos tradicionais. Aí aproveitou a primeira oportunidade de chegar ao Poder.

— O senhor Martinez Mera tinha sido eleito para presidente, numa vitória conseguida mediante fraude. Eu denunciei o fato como Presidente da Câmara e pedi sua renúncia. A Presidência foi declarada vaga e houve novas eleições. Com a ajuda financeira de amigos de Quito e Guaiaquil, candidatei-me e cheguei à Presidência. Os liberais passaram a me chamar de louco por pregar a liberdade de sufrágio, que favoreceria os conservadores católicos. Diziam, com inveja: Como esse tipo de 40 anos pode ser Presidente? E os católicos me chamavam de louco por pregar idéias liberais!

— Os políticos não gostavam da independência de minhas idéias e fizeram uma greve no congresso. Não quis fechar a Casa e transformar-me em ditador. Convoquei uma Constituinte e o Exército me derrubou. Fui para a Colômbia. Em 1939, o velasquismo me chamou e concorri a novas eleições. Venci. Às quatro da tarde fui aclamado pela multidão e às oito da noite estava preso. Dois dias depois fui devolvido à Colômbia.

Os cinco anos seguintes ele viveu na Colômbia, Argentina e Chile, dividindo o tempo entre o trabalho e articulação de mais uma volta. E encontrou mais um fator favorável: o Governo do conservador Arroyo del Rio havia perdido um território de 400 mil quilômetros quadrados para o Peru, o Oriente. O exército estava mais uma vez descontente.

— Voltei ao Equador nos braços do povo e fui aclamado ditador. Desde o início eu não pensava em ser ditador. Queria uma Constituinte. Havia muita agitação comunista nas ruas. Os comunistas e socialistas tinham apoiado minha volta, mas havia agitação demasiada. Escolhi um ministério com socialistas, liberais, conservadores e até um comunista, Guevara Moreno, para conciliar. Os conservadores ficaram muito assustados com o momento político: temiam perder suas propriedades. O que eu queria é que pagassem o justo salário aos trabalhadores. Nunca pensei em confiscar terras!

— Da Constituinte saiu uma maioria de comunistóides, socialistóides, intelectualóides. Fizeram uma Constituição em que tudo estava descentralizado. Me tiraram todo o Poder! Eu não podia governar. Quando não era mais possível agüentar e receando uma crise maior, fechei o Congresso e acabei com a Constituição. Eu não respeito a vontade popular quando ela conduz ao caos. Meu ministro comunista havia dito: ou isso se compõe ou caímos. Mas poucos dias depois convoquei nova Constituinte em respeito à soberania popular. Em 1947, o Exército metralhou o palácio e eu caí. Isso que eu governava tranqüilamente com a nova Constituição!

— Em quarenta anos, só tive dois bons ministros: o comunista Guevara Moreno e o conservador Ponze Enriques, homem que soube muito bem vigiar os governadores provinciais, as autoridades e os jornalistas que caluniavam meu Governo. Cheguei a prender jornalistas e fechar um jornal, mas por pouco tempo. A justiça equatoriana simplesmente não funciona nestes casos. É falha e tardia. O melhor é prender.

— Em 1955, enfim, consegui concluir um mandato. O povo me chamara para as eleições de 1952 e venci novamente. Outra vez o Exército mostrou ser meu inimigo. Pois imagine que em junho de 1955 os militares convidaram-me para uma homenagem. Fui condecorado e ganhei um diploma que me consagrava "Primeiro Soldado da Pátria". E em agosto tentaram me derrubar novamente! Mas desta vez não conseguiram... E é preciso dizer que eu fui o criador da Força Aérea Equatoriana, que eu comprei um navio de guerra para a Marinha, que nada tinha.,.

— Em meio a outro mandato presidencial, o quarto, o Exército conseguiu me derrubar. Corria o ano de 1961 quando o comandante das Forças Armadas veio me dizer que o presidente era Carlos Arosemena. E ele era meu vice-presidente!!!

De 1961 a 1968, Velasco aguardou ansiosamente o momento do quinto retorno em seu apartamento de Buenos Aires. Na primeira eleição realizada em sete anos, o velho condutor das massas equatorianas volta à Presidência. Nos primeiros oito meses de Governo enfrentou uma crise econômica e perdeu o apoio do partido liberal; em 70, assumiu poderes de ditador; em 71, os Estados Unidos impuseram sanções econômicas ao País, depois que Nixon irritou-se com o apresamento de barcos de pesca norte-americanos em águas equatorianas.

— Iria logo começar a grande farsa militar que perdura até hoje. Mas eu não posso culpar os Estados Unidos, são eles que mantêm o equilíbrio do mundo; sem o Exército deles a Rússia devoraria a Europa em pouco tempo... Rodriguez Lara me atraiçoou e derrubou em 71. Hoje sou, como sempre fui, um homem sem fortuna que depende de uma pensão para sobreviver.

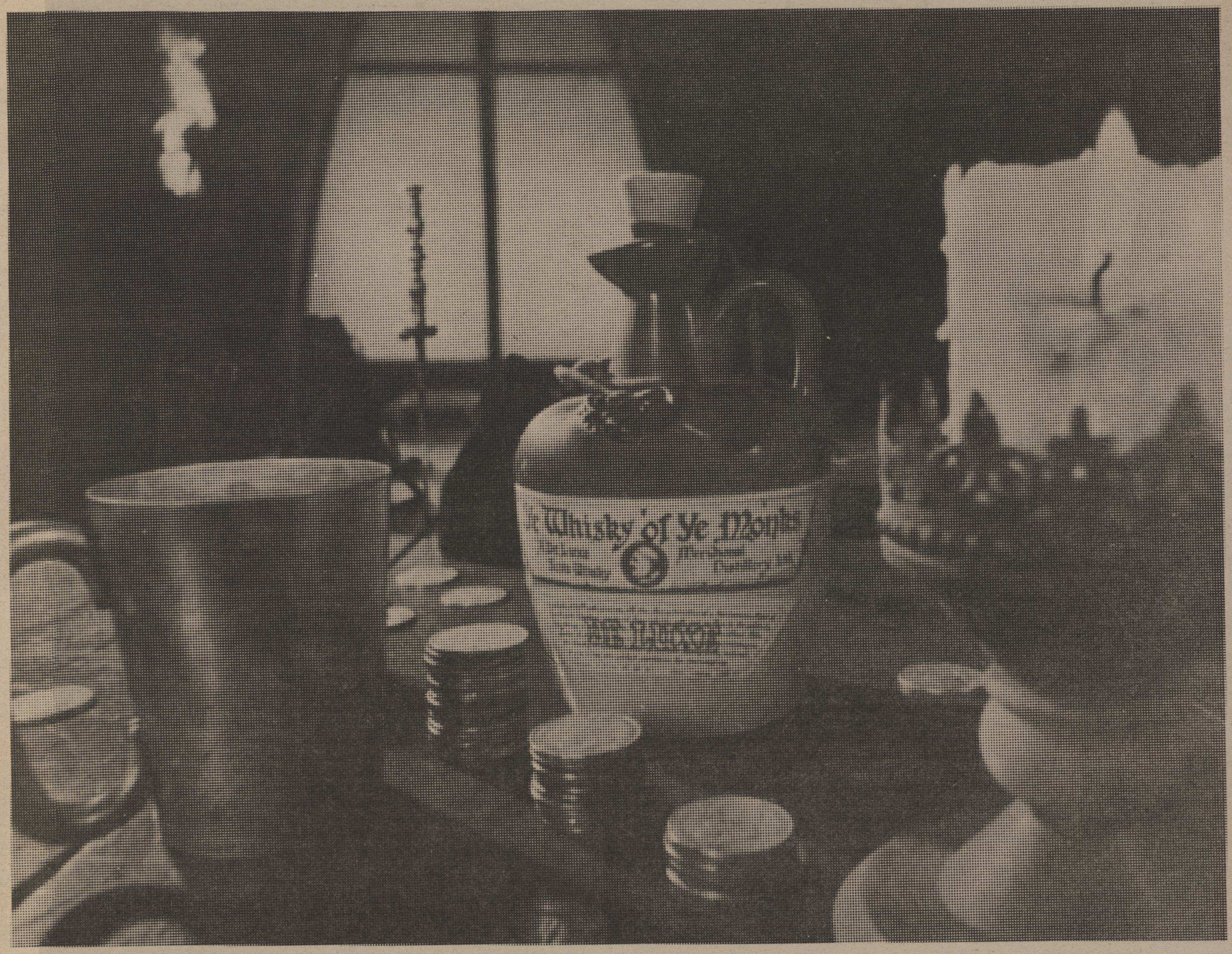
Amargurado em seu desterro, Velasco Ibarra vive seu dia a dia entre leituras, recepção a alguns amigos e passeios matinais pelas ruas de Buenos Aires ao lado de sua esposa argentina, Corina. Hoje ele admira alguns líderes que, segundo sua tese, conseguiram penetrar no sentimento profundo das massas e responder aos seus desejos. Eles são: de Gaulle, Mário Soares, Adolfo Suárez e, até certo ponto, Carter. Respeita Fidel Castro por ser "um homem valente" e recusa comparações ao general Juan Perón, justificando:

— Nunca usei o Poder em benefício próprio como sempre fez Perón.

De Getúlio Vargas guarda uma imagem melhor:

— Não conheço muito a seu respeito. Mas sei que foi um grande homem, um político idealista que se suicidou pressionado pelos militares.

Walter Moraes



Todo escocês é pão-duro, menos na hora de beber Ye Monks!

Ye Monks'

Meridional Distillery

Andradas, 1234 - 6º andar

Fones 24-2760 e 24-2761 - Porto Alegre - 90.000

Não deu para entender: a censura voltou sem explicações

As piadas políticas voltam a ser cortadas do Planeta dos Homens

Jô Soares entra em cena com um disco embaixo do braço e diz para o ator Agildo Ribeiro:

— Olha o disco que meu filho ganhou na escola sobre História do Brasil.

Põe o disco na vitrola e ouve-se a voz do locutor, em *Playback*:

— Depois de 1937, o Brasil teve como presidentes: Getúlio Vargas, que foi substituído pelo General Dutra. Depois, Getúlio Vargas, o general Dutra e Café Filho. Eleito Juscelino Kubitschek, foi substituído por Jânio Quadros e este por Jango Goulart. A seguir os presidente foram o general, o general, o general...

— Ué, o disco está com defeito, diz Agildo.

— Não, diz Jô Soares, a situação é essa mesma.

(CORTE)

Corte na gravação e corte na censura, que por causa desta piada voltou ao Planeta dos Homens, na metade de novembro, depois de quatro meses de abertura (desde julho) que permitiu a TV fazer humor com temas políticos. Agora o programa está novamente sob uma forte censura, feita em Brasília, vetando principalmente os quadros que tenham qualquer alusão ao Governo ou à situação política.

Desanimado, Max Nunes, 56 anos, um dos três redatores principais do programa (os outros são Haroldo Barboza e Afonso Brandão) reclama da falta de critérios definidos:

— Democracia não pode ser como sinal de trânsito, que abre e fecha, diz ele.

Nem ele nem seus colegas entendem bem o que aconteceu. Desde que o programa começou, há quatro anos, eles sempre fizeram quadros com crítica, mas eram sistematicamente vetados. De repente, sem qualquer aviso, eles foram sendo permitidos. E, da mesma forma, voltam a ser cortados. A "abertura" teria sido apenas para fazer uma imagem simpática do Governo antes das eleições? Max Nunes acha que é possível.

— O critério é engraçado, porque a sátira no programa pode ser com qualquer tipo, com médico, engenheiro, professor, etc. Mas nunca com o militar. E isso é uma bobagem porque a sátira não ofende. Pelo contrário, o tipo fica mais simpático quando o povo pode rir dele. O general Figueiredo, por exemplo, gosta de falar a linguagem do povo e satirizá-lo nada mais seria do que repetir o que ele diz.

Um exemplo do excesso de zelo com os temas militares é o que aconteceu com o Gandola, o outro personagem do Jô Soares. Em 1976, depois de algum tempo de vida, o Gandola foi obrigado a mudar de nome. Por quê? Porque gandola é uma espécie de capote usado pelos militares.

— Pra mim, diz Max, Gandola era um colega de ginásio e foi baseado nele que criamos o personagem.

Mas a censura não quis saber. E ainda exigiu: o novo nome do personagem não poderia ter qualquer semelhança de som com o anterior. Não poderia ser, por exemplo, Ventarola ou Sacola. Por isso, então o Gandola virou Bochecha.

INFILTRAÇÕES NO RÁDIO

A vantagem de Max Nunes é que ele já está acostumado. Em mais de 30 anos escrevendo humor para o rádio e para a TV, ele ainda não conheceu liberdade completa para criar as suas piadas e seus personagens.

— No tempo do Estado Novo, não se podia fazer piada com a falta d'água, na época um problema crônico do Rio de Janeiro.

Na Rádio Nacional, ele precisava estar constantemente amenizando os diálogos de um dos quadros de maior sucesso do programa Edifício Balança, Mas Não Cai, o do Primo Rico e o Primo Pobre. Um dos personagens ostentava sua riqueza com cinismo e o outro, sempre pedindo dinheiro embora não trabalhasse. Pois Osvaldo Aranha, ministro do Getúlio declarou que "aquele quadro mostrava uma das maiores infiltrações comunistas no Rádio".

Mas, pelo menos uma lição, Max Nunes guardou desse longo aprendizado. Ele sabe que "cada censor, uma sentença". Portanto, ele sempre tenta remetendo de tempos em tempos quadros vetados. Às vezes um censor corta e, depois, vem outro e libera.

— É preciso separar a censura do censor. Muitas vezes com medo de perder o emprego ou de ser chamado à atenção, o censor consegue ser mais realista do que o rei".

DULCE MARIA NÃO PODE

Na sala do Teatro Fenix, no centro do Rio, alguém vem avisar Max Nunes que "o Gordo chegou". O Gordo é Jô Soares que chega ao teatro. Os 30 quadros do programa são gravados todas as segundas-feiras, das 13 horas à 1 da manhã. Em poucos minutos, ele já está em cena com o personagem Evaristo não-me-comprometa. Ele, neste quadro é um técnico de futebol e afinal a posição dele como técnico: não é atacante, não é centro, não é lateral. "Minha posição", diz Jô, "é a de sentido". Corte. A cena terminou de ser gravada e Jô faz, de brincadeira, posição de sentido e canta um hino cívico. Todos riem. Passará na censura? Melhor aguardar. Antes, a censurta era feita nos textos, mas agora é depois do quadro gravado, o que acarreta não só problemas de custos de produção como de edição do programa que, tendo um ou mais quadros cortados, precisa que eles sejam substituídos imediatamente.

Agora é a vez do Irmão Carmelo. Na hora de dizer o nome da moça que quer casar — Dulce Maria — alguém lembra:

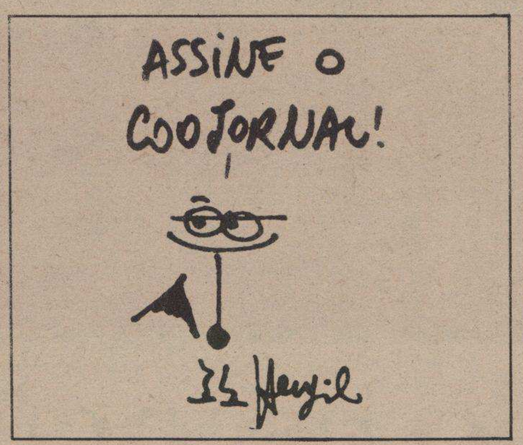
— Cuidado, é o nome da mulher do Figueiredo.

Repete tudo, com o nome da moça trocado para Dirce Maria.

Beatriz Horta

DÉCIO FREITAS
Advogado

Av. Independência, 30 — Bloco B, ap: 1.403
Te. 24-64-86 — Das 15 às 19 horas



COMPRE OS SERVIÇOS DA COOJORNAL

Compre os serviços da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.
A Coojornal é a maior equipe de profissionais-jornalistas de todos os setores de Imprensa. Além disso, tem um dos melhores núcleos industriais do estado para a produção gráfica e jornalística. É uma experiência com mais de quatro anos e quase 30 clientes.

Conte com a Coojornal em:

Serviços editoriais
Planejamento, execução e produção de jornais, revistas e boletins de empresas e entidades de classe.
Edição de revistas, livros, jornais, anais, relatórios e quaisquer outras publicações, especializadas ou não.
Artes, *lay-outs* e produção de capas de livros, revistas, folhetos, prospectos, cartazes, malas-diretas, etc.

Serviços gráficos
Departamento fotográfico, com laboratório próprio e fotógrafos com formação jornalística e publicitária.
Arquivo a cores e P&B e serviço de audiovisuais.

Serviços industriais
Nosso núcleo industrial está operando com modernos equipamentos de fotocomposição e fotolitagem, uma completa unidade preparada para atender a necessidade de fotolitos P&B e seleção de cores.
Produção e impressão *off-set* de material jornalístico e publicitário, em qualquer tiragem, formato e padrões gráficos.

Consulte hoje mesmo a Coojornal sobre preços, prazos e condições.

cooJORNAL
COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
Rua Comendador Coruja, 366/372
Fones: 24.0951 e 21.8984 – Telex (051)1605
90000 — Porto Alegre — RS

Custa caro falar mal da IBM

O jornal Data News, dirigido a empresas e a técnicos em computação, publicou na sua edição de novembro a seguinte nota:

"A WRM — Assistência Técnica e Vendas Ltda., empresa de Belo Horizonte especializada em dar assistência técnica às máquinas de escrever IBM, distribuiu no início do ano uma carta aberta onde fazia graves acusações à IBM do Brasil. A multinacional era acusada de exercer pressão sobre os clientes da WRM, mentir a respeito da qualidade técnica prestada pela empresa mineira, de exercer poder econômico oferecendo reformas gratuitas para esses clientes caso assinassem seus contratos com a IBM e a de sonegar a venda de peças e ferramentas, já que a multinacional é fornecedora exclusiva no país de peças e ferramentas para suas máquinas.

A resposta da IBM foi veemente. Em anúncio publicado no *Data News* (21/6/78) em carta à Revista *Dados e Idéias* (Número 1, agosto/setembro, página 3), disse ter-se surpreendido com os termos da carta aberta 'porque até então não tínhamos conhecimento de qualquer problema entre a WRM e a IBM'.

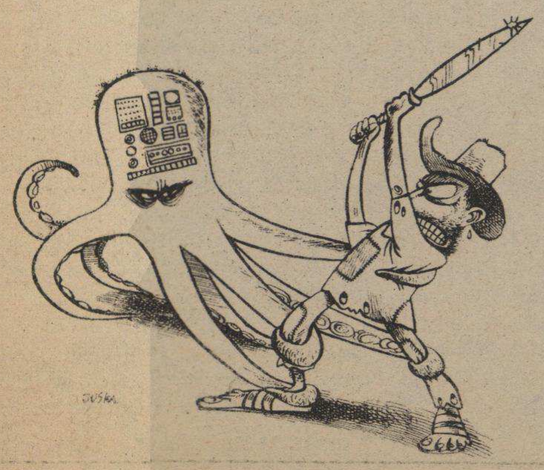
E que 'imediatamente investigou o assunto e as conclusões indicaram que, mesmo admitindo *a possível ocorrência de eventuais erros administrativos* (sic) não havia fundamento para as alegações feitas pela WRM', e que a WRM 'admitiu, por carta à IBM do Brasil, que as alegações contidas na carta aberta não corresponde à verdade'.

Apesar do sr. William Lopes Ferreira, diretor da WRM, não querer fazer qualquer comentário sobre o assunto alegando que 'as relações entre a IBM e a WRM estão *jóias*, não temos mais nada a declarar', uma comparação entre a carta aberta e a resposta da IBM deixam perguntas por responder.

Sabe-se que, logo após a publicação da carta aberta, estiveram na WRM quatro representantes da multinacional. É possível que dessa reunião tenha saído a carta da WRM desmentindo a si própria — carta que a IBM refere-se em suas respostas — em troca de uma possível liberação de peças e ferramentas e que cessasse a pressão que a IBM estava fazendo sobre os clientes da empresa mineira. Sabe-se ainda que, depois dessa reunião, a matriz da IBM, no Rio, fez uma sigilosa sindicância na sua filial em Belo Horizonte que resultou na despedida de dois funcionários do Departamento de Vendas.

Desses acontecimentos, a grande novidade é que a IBM saiu a público para se defender, quando o costume anterior foi sempre de ignorar as acusações a ela dirigidas. E surge uma pergunta interessante, o que teria acontecido se a WRM não tivesse escrito a carta aberta? Por certo, não seria obrigada a se desmentir, mas teria sobrevivido como empresa?"

PS: É bom lembrar que a IBM, neste momento, acusada de poderosas pressões junto ao Governo para entrar no mercado brasileiro de computadores pequenos — reservado para empresas nacionais.



Gôdard em Maputo: "Primeiro deve-se aprender contabilidade e desenho"

Godard: o cinema para pessoas que nunca viram um filme

— No cinema é necessário ver a realidade mas também é preciso explorar o sonho. Tudo acontece entre esses dois planos.

Cigarro entre os dedos, Câmera Super 8 ou um pequeno gravador na mão, indisfarçável timidez, Jean Luc Godard fala para uma platéia de estudantes do Instituto Nacional de Cinema, em Maputo, capital de Moçambique. É a terceira vez que ele vem a Maputo nos últimos meses, preparando terreno para um trabalho que pretende começar em 79.

O mais famoso dos cineastas franceses, o homem que *dinamitou* o cinema *hollywoodiano*, está agora, aos 50 anos, interessado em fazer cinema neste jovem País, onde 90% das pessoas nunca viram um filme.

— Talvez seja possível aprender com elas o que já pode estar perdido em outros lugares.

Nos dois encontros que teve com os alunos do INC, Godard falou quase cinco horas, contando da sua vida, da sua experiência de cineasta, de seus filmes, "que são uns 20 ou 30, não sei bem". Alguns trechos do que ele disse:

— Passei minha infância numa grande família protestante burguesa. Custei muito até me dar conta de que era uma prisão. Só me libertei aos 21 anos, para entrar no mundo do cinema. Um outro mundo, como o do circo, o da aventura. E quando vi, estava metido num novo tipo de prisão: a das idéias, a do material utilizado para trabalhar.

— Comecei muito tarde, fiz meu primeiro filme aos 30 anos. Existe uma coisa estranha no cinema: pessoas com 30 ou 40 anos são chamadas de jovens cineastas. Fora dele, seriam quase velhos. Acho que um jovem cineasta deveria ter começado aos cinco anos.

CONTABILIDADE E DESENHO

— Quando iniciamos, estávamos cercados de pessoas que diziam entender de cinema e viviam falando que isso é permitido, aquilo é proibido. Não havia necessidade de inventar: bastava fazer o contrário do que era feito. Tudo o que fosse proibido. Sempre fiz filmes sobre temas clássicos: policiais, prostitutas, histórias de marido e mulher. Só que tentava me colocar um pouco ao lado do lugar onde as pessoas se colocam normalmente. Penso que o interessante, nos poucos filmes interessantes que fiz, é justamente começarem um pouco antes ou um pouco depois do habitual.

— Se eu fosse dar aulas de cinema, entregaria aos alunos uma câmera fotográfica muito simples. No primeiro e talvez no segundo ano proibiria de tocarem em qualquer outro aparelho, de forma que pudessem se dar conta que, uma vez feita uma foto, devem tirar uma segunda, se quiserem fazer cinema. Pode parecer estranho, mas as primeiras aulas dessa escola seriam de contabilidade e desenho. Antes de tudo, desenho. As crianças sabem desenhar muito bem, mas seus pais e professores não incentivam. O desenho é uma maneira delas se colocarem em contato com a realidade antes da escrita. Ao desenhar com lápis de cor, estão fazendo cinema. Com vários planos conseguimos ter uma idéia dos diversos planos que podemos fazer. E nesse momento a gente pode discutir aquilo que Vertov, o realizador russo, chamava de montagem antes da filmagem.

— A contabilidade é interessante porque nela você tem duas colunas com algarismos. Numa o que ganha, na outra o que perde. Em seguida você vê o total. A montagem é isso: o que a gente ganha e o que perde, imagem final é o total. Quando Mao Tsé Tung dizia que devemos ter número na cabeça — não como os banqueiros, mas como as donas-de-casa — pensava em algo parecido.

— Passei quase 30 anos dizendo que era necessário um pouco de contabilidade e desenho para se fazer um filme. E isso ainda faz muita falta hoje. Duas crianças se tocam e se comunicam imediatamente quando se encontram na rua, mas logo que as fazem falar, ficam separadas. Minha opinião de cineasta: a linguagem separa as pessoas.

A GUERRA DO VIETNÃ

— As imagens — televisão, cinema, fotografia — são tão potentes, que não sabemos em que direção podem ir. Por isso, são logo assumidas pelo Estado. O público norte-americano, por exemplo, via muitas cenas da guerra do Vietnã na televisão. Imagens duras. Mas as coisas só começaram a mudar, quando ela começou a divulgar o número de soldados mortos e quando um policial americano matou um estudante do seu País que participava de uma manifestação contra a guerra. Nesse momento, os americanos começaram a pensar que os vietnamitas eram tão fortes que conseguiram matá-los dentro dos Estados Unidos. Bastou a imagem de um estudante morto, quando todo o dia viam soldados caindo no Vietnã. Aquela morte era a morte deles e fizeram a guerra parar.

— Não gosto de falar de cinema particularmente. Acho que o perigo para um País como Moçambique é que a informação em geral não tenha boa ligação entre si. Em certos momentos seria interessante que dois veículos tratassem do mesmo assunto numa semana. Em 10 minutos de filme ou num único artigo não é possível dizer tudo. Uma tática do imperialismo é fazer a gente acreditar que é necessário dizer tudo de uma vez e passar logo adiante. Assim todo mundo esquece o que foi dito.

GANGSTERS E HOLLYWOOD

Muitos alunos do INC de Moçambique têm um nível de escolaridade mínima. Um deles perguntou a Godard se a falta de cultura não pode comprometer o trabalho dentro do cinema, "porque, normalmente, os realizadores são pessoas muito cultas".

Ele respondeu:

—Não é verdade. Foram pequenos industriais, como Lumière, que criaram o cinema. Gangsters e malandros fizeram Hollywood, pessoas de pouca cultura mas de muita iniciativa. Fora isso, a história do cinema é totalmente desconhecida. Limita-se a dizer que Eisenstein filmou Potenkin *no ano tal. Eu não sei cozinhar, mas sei comer, cozinhar se aprende. As pessoas que dizem saber cinema, fazem acreditar que existe um mistério nisso e que elas são os feiticeiros. Dizem que o aluno, o ignorante que quer aprender feitiçaria, deve se comportar bem.*

No segundo encontro com o pessoal do Instituto Nacional de Cinema, em volta de uma grande mesa, e com seu habitual maço de *Boyard* ao lado, Godard analisou um de seus filmes mais polêmicos, *O Pequeno Soldado*. Explicou suas mudanças de posição dentro do cinema militante europeu, dos perigos e do seu próprio lado reacionário.

— Dizíamos que havia um problema moral e de responsabilidade ao fazer um traveling, *um grande plano. Um exemplo: você é um cineasta de esquerda na França e precisa filmar a chegada do Presidente de um País fascista. Se fizer grandes planos ou closes, você valoriza o inimigo. Outro exemplo: uma entrevista com o Ian Smith intercalada no meio de um filme sobre massacres dos racistas contra os negros. Eu, como câmera, me pergunto se devo filmá-lo bem ou mal. Se o filmo de maneira forte, será bom para o trabalho de vocês, moçambicanos. Mas a reação seria totalmente diferente na Rodésia ou na Inglaterra. As pessoas diriam: o Smith tem razão, afinal de contas não havia tantos cadáveres ali. A conclusão é que não sabemos fazer cinema bem feito. Quando realizamos um filme, devemos pensar sempre onde ele será projetado.*

FILME REACIONÁRIO

— Em que condições históricas e de trabalho se realizou *O Pequeno Soldado*, filme que foi considerado reacionário?

— É um dos três filmes franceses realizados durante a guerra da Argélia. Um deles, Outubro, *feito por antigos militantes, é muito bom. Mostrava todas as manifestações antiárabes na França. Eu vinha de um outro meio social e em certos momentos me baseei na minha opinião pessoal para fazer cinema. Havia a guerra e ninguém falava dela. A partir da minha experiência, contei a história de um jovem que deserta. Eu fugi para a Suíça quando devia fazer o serviço militar. Depois, naturalizado suíço, desertei outra vez para não fazer serviço militar lá.*

—O filme foi proibido na França por falar de tortura quando não se devia falar nela. Era o único que a mostrava, assim como eu a imaginava. O personagem é 80% reacionário, assim como eu era. À bout du soufle *foi outro filme acusado de fascista. Hoje eu diria: são fascistas. Mas ajudam uma pessoa a sair do fascismo. E, na minha opinião, há muitos filmes militantes que não fazem nada neste sentido.*

— O fato de eu ter mostrado a tortura do lado do amigo, do lado argelino, é que foi muito mal visto. Achava e ainda acho que é mais importante, mostrar a tortura do lado dos que apoiamos, pois isso nos ajuda a refletir. Para nós, é natural que o inimigo torture, mostrar isso não tem eficácia alguma. Todas as pessoas de esquerda disseram que o filme era reacionário, mas não falaram da tortura. Portanto, o que há de ruim é ela. Como meu movimento natural é fazer tudo que é proibido, eu fiz.

— E o cinema militante, seu fracasso com o público?

— Se ele tem pouco sucesso, é porque não é bom. Não entra em relação com as pessoas que precisa entrar. Não é um cinema suficientemente desenhado. é demasiadamente escrito. Tenta provar de imediato a correção de suas idéias sem ter os meios intelectuais e financeiros para realizar os filmes que as pessoas se julgam capazes de fazer. O cinema militante não ousa mostrar aspectos negativos. Esse é um problema político.

—. O problema é que nós cineastas ficamos perdidos se não temos palavras que guiem as imagens, e os filmes se tornam um pouco guias turísticos, que dizem que devemos visitar este ou aquele local. Os filmes militantes são políticos, mas são feitos como prospectos turísticos. O cinema industrial fala sem dizer nada, é mais esperto.

Licínio Azevedo

pessoas — tinham abandonado Recife. E alguns dos que permanecem viravam o rosto para não reconhecer na rua algum ex-prisioneiro dos coronéis Volocq ou Ibiapina. Outros tinham aderido ao sistema e sugeriam aos jovens que esquecessem a política e passassem a ganhar dinheiro.

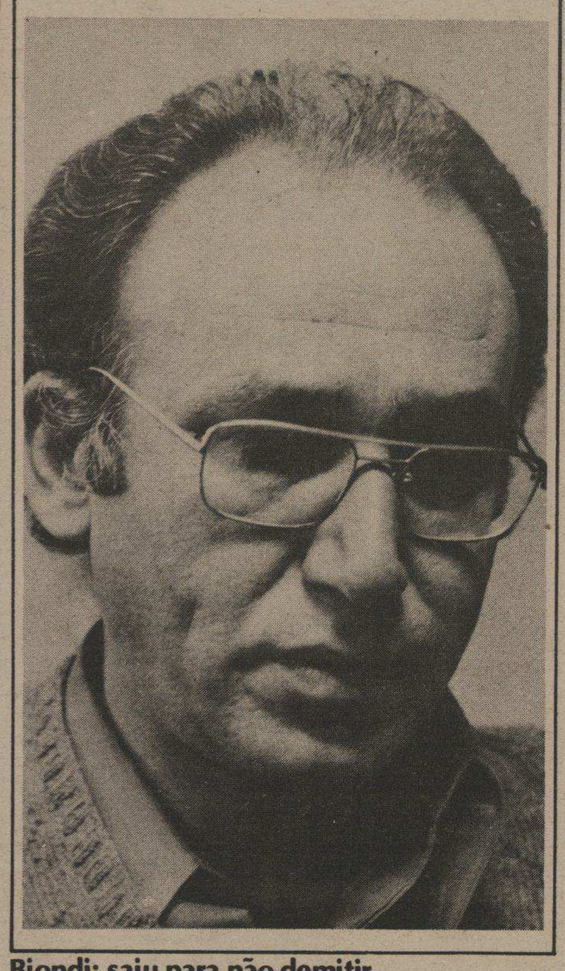
Advogado recém-formado, Jarbas Vasconcelos foi trabalhar no grupo Ermírio de Morais. O velho José Ermírio, pernambucano emigrado, voltara ao estado em 1962 para ajudar Arraes a eleger-se governador e ele próprio eleger-se senador. Naquela época, Cid Sampaio comandava a reação à frente do Governo e, além do apoio dos usineiros, tinha crédito fácil do *Ibad* — como o ex-embaixador Lincoln Gordon denunciaria em 1977, em entrevista à revista *Veja*. O velho Ermírio enfrentou pressões antes e depois de 64. Em 70, depois de oito anos de denúncias quase semanais contra a espoliação da riqueza nacional, contra o modelo de Campos — Delfim e o favorecimento ao capital estrangeiro, o velho Ermírio, combalido pela doença e pela idade, encontrou Jarbas com 28 *anos*, tentanto levar para a rua o que restava da oposição. O velho perdeu a eleição. Jarbas Vasconcelos ganhou seu primeiro mandato de deputado estadual e passou a fazer uma coisa só na vida: mobilizar o povo e recriar a oposição no estado. Secretário-geral do partido e depois seu presidente, já em 1971 ele começou a ser conhecido fora do estado, ao propor, pela primeira vez, a tese da Constituinte como bandeira do MDB.

Liderando a bancada na Assembléia pernambucana, Jarbas Vasconcelos não foi apenas presidente do MDB. Ele transformou o partido naquela frente de oposições que retoricamente as pessoas comentam com freqüência.

Graças a ele, o MDB tem sido uma frente democrática que engloba, sem qualquer dificuldade, desde os empresários insatisfeitos com o modelo de arrocho salarial e dependência ao capital estrangeiro — até os setores mais à esquerda, num leque de todas as tendências democráticas.

Eleito Deputado Federal mais votado do estado, em 1974, junto com a eleição do Senador Marcos Freire, Jarbas Vasconcelos manteve-se na presidência do MDB pernambucano, fundado diretórios na maioria dos pequenos municípios do sertão e do agreste, mas sem perder jamais o sentido da luta institucional: pela anistia, contra as leis de exceção, pela Constituinte — afinal aceita pela convenção do partido. Tem sido freqüente vê-lo na sexta-feira articulando uma reunião dos autênticos em Brasília, à noite conversando sobre Constituinte ou combatendo os novos partidos na PUC ou no jornal *Movimento*, conversando com Almino Afonso em São Paulo, ou com Lisâneas Maciel, no Rio; e no sábado à noite encontrá-lo fundando diretórios nos confins de Pernambuco, antes de retornar a Brasília na segunda cedo. Mas seus argumentos são os mesmos nos três cenários: a saída para o Brasil é a Constituinte — livre e soberana. A luta pela anistia é uma luta prioritária e a anistia deve ser ampla, geral e irrestrita. As oposições brasileiras devem permanecer numa frente democrática, que abranja todas as tendências ideológicas, até que perdure o regime de exceção. Para derrubá-lo, esclarece, é preciso organizar o povo em todos os níveis. Mas sem perder de vista, sempre, que não adianta fazer projetos ou elaborar soluções antecipadas para o Brasil do futuro. Este será justo, soberano, livre e democrático — mas as soluções serão dadas pelo próprio povo, quando houver liberdade.

Eurico Andrade



Biondi: saiu para não demitir

Equipe que renovou o DCI não resiste às pressões da empresa

No começo deste mês de dezembro foi a vez do DCI — Diário Comércio e Indústria, de São Paulo, entrar em crise. Dois anos e meio depois de ter assumido a chefia de redação, o jornalista Aloysio Biondi foi demitido do cargo, ao se recusar a demitir 20 colegas de redação, a pedido da empresa, para conter custos.

A entrada de Aloysio Biondi, em 76, representou uma mudança drástica no DCI, que passou a se caracterizar por um jornalismo econômico crítico, ao se posicionar firmemente em relação a questões como a concentração de renda, especulação imobiliária e financeira e outras distorções da economia brasileira.

A alegação de contenção de custos levantada pela empresa para o corte de 20 de seus 50 jornalistas é frágil: em 1978, o faturamento publicitário do jornal cresceu 80% em relação ao ano passado, quando já havia apresentado um lucro líquido de Cr$ 2,2 milhões. E na mesma semana em que demitia Biondi a empresa programava um jantar de comemoração no Rio, para assinalar um "recorde de vendas" naquele estado.

Os jornalistas de São Paulo levantam outros motivos para a virada. Um deles seria a firme participação da redação nas recentes negociações para aumento salarial da categoria. Outro motivo seria o fato de que a linha independente adotada pelo jornal nos últimos tempos estaria sendo incômoda. Mas ainda porque agora, segundo as evidências, o DCI estaria aderindo a um grande esquema de apoio ao futuro governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf.

De qualquer forma, só nos próximos meses os leitores do DCI poderão avaliar se o jornal mudou ou não. Sobram duas lições: bons profissionais se formaram neste período na redação do DCI e provou-se, na prática, que é possível, mesmo na grande imprensa, fazer um jornal com independência.

Gaúchos não ouviram a Igreja na hora de votar

A Igreja Católica perdeu as eleições no Rio Grande do Sul.

Quase todos os candidatos *marcados* pela hierarquia do clero gaúcho, porque são a favor do divórcio, obtiveram expressiva votação, evidenciando desta forma que foi praticamente nula a advertência feita pelos bispos do estado, liderados pelo cardeal-arcebispo de Porto alegre, Dom Vicente Scherer.

Antes das eleições um cartaz amarelo afixado nas portas das igrejas dizia:

— Certos candidatos votaram a favor do divórcio, sabendo que seus eleitores eram contra. Ao proceder assim, enganaram seus eleitores. Já temos o divórcio, infelizmente. Se não reagirmos virão depois o aborto, o amor livre, a eutanásia.

Em seguida, o cartaz relacionava quem votou a favor e contra o divórcio. Apurados os resultados das eleições, nota-se que o poder eleitoral da Igreja não é, ou melhor não foi, nada relevante. Alceu Collares, do MDB, mesmo *marcado* pela igreja foi o candidato à Câmara mais votado, com 120 mil votos. Também receberam expressiva votação, Aluizio Paraguassu e Aldo Fagundes que manteve sua tradicional votação na zona da Campanha. Getúlio Dias foi outro dos mais votados do MDB, assim como Rosa Flores. E dos 12 emedebistas *marcados* somente um, Harry Sauer, não se elegeu e teve pequena votação.

Do lado da Arena parece que a influência da igreja não foi causa determinante para a perda de votos. Tanto o coronel Paulo Nunes Leal como Vasco Amaro da Silveira, antipatizados pelo clero mantiveram em parte sua votação e se não se reelegeram não se pode atribuir isso a sua posição divorcista já que os emedebistas ou tiveram sua votação mantida ou mesmo ampliada. Outro divorcista que não se reelegeu foi Célio Marques Fernandes. Neste caso, o ex-prefeito de Porto Alegre teve seu eleitorado disputado pelo também ex-prefeito Tomphson Flores.

Mas é de Santa Maria o exemplo mais evidente da pouca influência eleitoral do clero. O bispo de Santa Maria, Dom Ivo Lorscheiter, ocupa a destacada função de secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Pois logo que foi votada a lei do divórcio e conhecidos os divorcistas, o deputado do MDB, João Gilberto, teve cancelado o seu programa que mantinha na Rádio Medianeira, dirigida por religiosos, em Santa Maria, João Gilberto tinha um programa *Boletim de Brasília*, que ele mesmo transmitia da Capital Federal. E qual foi o resultado em Santa Maria?

— João Gilberto teve mais votos do que o arenista Nelson Marchezan que figurava na lista do clero como antidivorcista.

Depois que foram conhecidos os resultados, o cardeal de Porto Alegre reconheceu que "pode ser que os eleitores católicos tenham ouvido a mensagem, mas não seguiram a recomendação. Tínhamos o compromisso de cumprir o nosso dever. Se alguém não nos ouviu isto é outra coisa".

O responsável pelo setor de comunicação social da CNBB, padre Augusto Dalvit, também deu uma explicação: "Faltou consciência cívica e cristã que só poderá ser obtida com um trabalho sistemático que leva tempo".

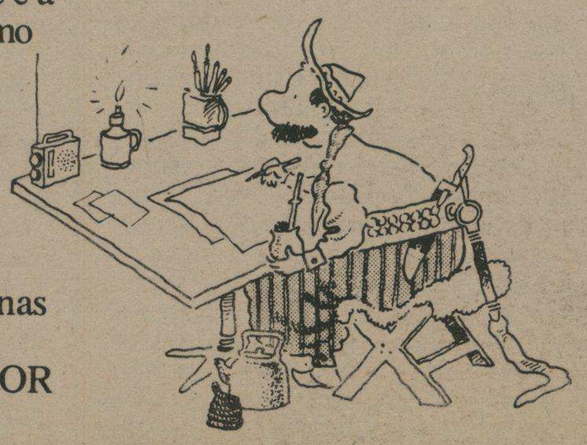
Euclides Torres

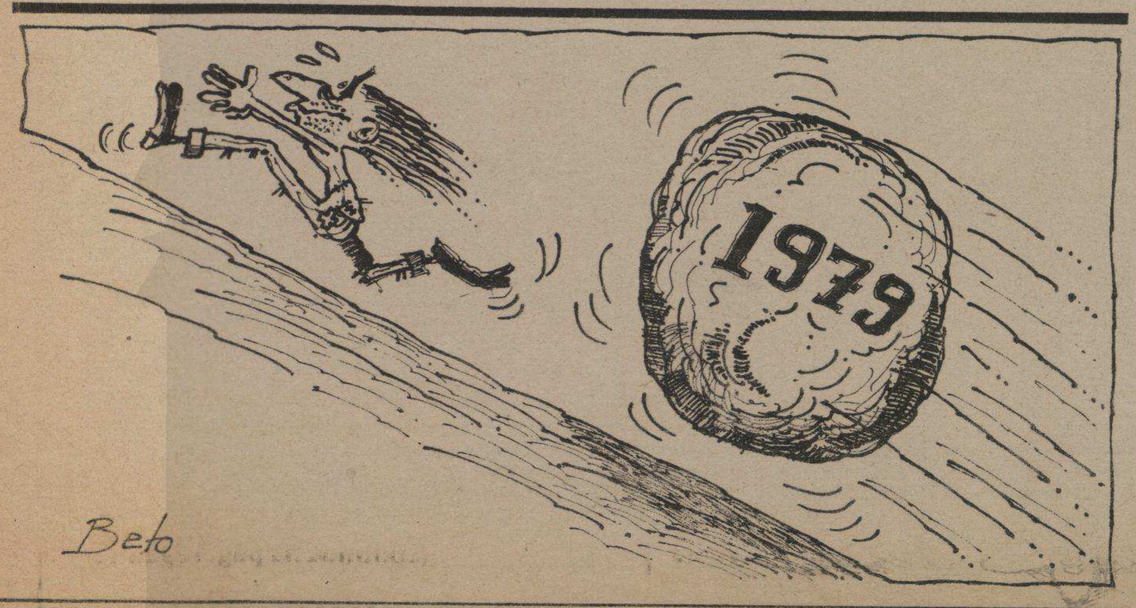
Vem aí a edição especial do Coojornal

HUMOR ÀS PAMPAS

Todo o Rio Grande do Sul está revisado humoristicamente nesta edição.
Você vai rir das tradições, da história e da vida gaúcha nos últimos tempos.
Com o talento, a capacidade e a inteligência de rir de si mesmo dos melhores humoristas gaúchos.
Participação especial dos maiores nomes do humor brasileiro, além de poetas, escritores, cronistas e intelectuais baixando o pau nas coisas do Sul.
Você não pode perder HUMOR ÀS PAMPAS.

Nas bancas, a partir de 20 de dezembro.





vaivém, o que a Jari informou ao responder o questionário do Cadastramento de 78? Quem sabe virou minifúndio.

Os resultados deste novo Cadastramento têm importância geral. Desta vez, o Incra aperfeiçoou seu questionário e vai evitar não só a sonegação de informações, como uma burla muito comum: empresas de capital estrangeiro que se declaram "empresas nacionais".

É o caso da Companhia Agropecuária Rio Cristalino, um latifúndio de 140 mil hectares, no Pará, cuja dona (80%) é a Volkswagen do Brasil. No Cadastramento de 72, a Cristalino declarou-se empresa nacional. No questionário atual, porém, o Incra exige, o CGC da empresa e o nome de seus principais acionistas. Então, a fazenda Cristalino foi obrigada a revelar que de fato pertence à Volkswagen Alemã — que é dona da Volkswagen do Brasil. Verdadeiramente *uma* empresa de capital estrangeiro.

O CAPITAL DELES É FEITO COM NOSSO DINHEIRO

Aliás — descobrindo a última aresta do escândalo — o capital é estrangeiro, mas quem fornece é o povo brasileiro. As empresas estrangeiras, mesmo as mais poderosas, recebem gordos financiamentos para se instalarem na Amazônia: são os *incentivos fiscais*. Simplificadamente, o sistema funciona assim: todas as empresas do país deixam de pagar 50% do imposto de renda devido e lançam esse dinheiro em *fundos de desenvolvimento* das regiões e setores carentes: Norte, Nordeste, Pesca, Turismo e Reflorestamento. No Norte, o fundo é administrado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que manda parte do dinheiro para o Programa de Integração Nacional e aplica o resto nos empreendimentos que ela aprova como importantes para a Região.

Fazenda de gado tem prioridade e pode receber até 75% de financiamento da Sudam. Além disso, ganha isenção de impostos (de renda, de importação, etc.). A Volkswagen, mesmo sendo a segunda empresa estrangeira que mais fatura no Brasil (a primeira é a *Shell*) entrou nesse negócio outrora chamado da China. Montou sua fazenda para criação de 110 mil bois (cuja carne vai exportar para a Alemanha, naturalmente) a um custo total de Cr$ 154 milhões. A Volks entrou com Cr$ 38,8 milhões e a Sudam deu os Cr$ 116 milhões restantes. Dessa forma, a Receita Federal deixa de recolher o imposto de renda — e com ele construir escolas, hospitais, etc. — para doá-lo de mão beijada a trustes estrangeiros.

E lá estão, na mamata dos incentivos, trustes super-ricos como a *Bethelem Steel*, o gigante americano do aço; o conglomerado japonês *Mitsubishi;* a madeireira *Georgia Pacific;* truste da carne nos Estados Unidos, *King Ranch* e muitos outros (veja a tabela). É um contraste constatar que o mesmo Governo, que tanto dificulta o crédito aos pequenos produtores brasileiro, é tão perdulário com empresas quase tão ricas quanto o País todo. O americano Ludwig, por exemplo, não recebeu dinheiro da Sudam, mas obteve isenção de impostos e todos seus papagaios de empréstimos no exterior são avalizados pelo Tesouro Nacional. Que que há? Os banqueiros estrangeiros não confiam no superbilionário?

No Brasil, é reconhecidamente antiga a desconfiança em relação ao chamado *Projeto Jari*. No mês passado, um descuidado — ou petulante? — diretor da empresa forneceu mais desconfiança ao revelar, num simpósio de produtores de papel e celulose, em São Paulo, qual é a perspectiva do gigantesco complexo agroindustrial: "É a de que estamos ocupando uma área verde muito extensa que amanhã poderá ser internacionalizada. Algo assim como a Antártica".

Quem sabe se, quando a região for *internacionalizada,* lá terá lugar para as 13 milhões de famílias de trabalhadores rurais brasileiros que não têm terra ou têm pouca terra, insuficiente para viverem. Poderiam ir povoar Jarilândia, não como pioneiros com direito a uma nesga de terra e a um futuro, mas quem sabe na mesma condição em que os mexicanos emigravam para o Texas, no século passado, depois que essa região, foi tomada do México pelos Estados Unidos.

Sérgio Buarque de Gusmão

Cid Espigão, um detetive faz sucesso em Portugal

Um gaúcho está entre os dez mais vendidos em Portugal. É Tabajara Ruas com seu romance *Região Submersa,* cujo cenário são as ruas de Porto Alegre, os Grenais e o desaparecido café Rian. Ele conta, num enredo de novela policial, a história dos estudantes de Porto Alegre (que é a mesma de todo o Brasil) em 1968, rapazes e moças que trocaram suas vidas tranqüilas de filhos da classe média pela militância política e acabaram acuados pela polícia, por todo o esquema de repressão que se montou no país. Tudo é narrado em cima das aventuras do inspetor Cid Espigão, detetive particular, contratado para descobrir onde se encontra Sérgio, estudante de Medicina que fugiu de casa. Sem entender muito bem porque, Cid acaba preso, suspeito de estar envolvido com a subversão. E, torturado, deve confessar onde se encontra Sérgio — justamente o que ele mais gostaria de saber.

Ironia não apenas do autor, mas própria daqueles tempos. Tabajara como seu personagem Cid Espigão, também foi envolvido em estranhas aventuras com a repressão. Em 1972, ao ser perseguido sem estar diretamente envolvido em atividades políticas, Tabajara saiu do país. Na pressa da saída, não pôde levar consigo os primeiros originais do livro. Ao exilar-se no Chile, recomeçou-o, mas teve que abandoná-lo mais tarde. Apanhado de surpresa pelo golpe contra Salvador Allende, não conseguiu voltar a Valparaíso (onde se havia instalado), para recuperar as dezenas de páginas e anotações que já havia escrito.

Na Argentina, onde se refugiou, recomeçou a escrever mais uma vez. O Governo Argentino, porém, negou-se a dar asilo aos brasileiros saídos do Chile e ele teve que ir para a Dinamarca. E foi na tranqüila Copenhague, em outubro de 1975, que conseguiu, finalmente, concluir o livro. Editado pela Bertrand, de Lisboa, no início deste ano, *Região Submersa* já está em segunda edição. Mas nenhuma editora brasileira ainda se interessou por ele.

Letania Menezes

Guerrilha no Sul: 23 homens tentam levantar o País

Direitos reservados *

No burburinho do saguão do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, ninguém notou aquele senhor de cabelos longos e grisalhos, o rosto envelhecido, mas sorridente, quase alegre. Também não tinha sido notado, um outro homem corpulento, atarracado, cabelo curto, feições de índio.

Eles avançaram um na direção do outro e abraçaram-se calorosamente.

— Sabe o que eu vinha pensando no avião, Alberi? Que hoje é o dia em que se comemora a Intentona Comunista. Imagina se eles soubessem que estamos nos reencontrando justamente hoje. Não iam acreditar que é coincidência.

Ali estavam os dois personagens principais de um episódio que surpreendeu o País, há 13 anos: a primeira tentativa de um levante armado para derrubar o Governo Militar instalado em 1964. O ex-coronel do Exército, Jefferson Cardim Osório, e o ex-sargento da Briga Militar, Alberi Vieira dos Santos.

Na madrugada do dia 26 de março de 1965, os dois, comandando um pequeno grupo de 21 homens, tomaram de assalto a localidade de Três Passos, pequena cidade na Região Norte do Rio Grande do Sul, na época com pouco mais de cinco mil habitantes. Como foi organizada esta ação, os detalhes da Operação Três Passos, (como era chamada) e o que aconteceu com os 23 guerrilheiros presos por tropas do Exército na Região de Capitão Leônidas Marques, no Paraná, ainda não foi divulgado na imprensa.

A imprensa — que estimou em cinco mil o número de homens mobilizados para combater a guerrilha - consagrou a versão das autoridades: era uma ação isolada, desencadeada por dois malucos. Até os partidários de Brizola estimularam a versão de "aventura suicida", procurando desvincular dela qualquer participação do ex-governador.

Alguns jornais chegaram mesmo a divulgar a versão de que o verdadeiro objetivo "dos baderneiros" era um atentado ao Presidente Castello Branco, que no dia 27 de março se encontrava em Foz do Iguaçu, inaugurando a Ponte da Amizade, entre Brasil e Paraguai. O processo aberto pelo Exército, no entanto, envolveu 300 pessoas nos três estados do Sul.

Nos primeiros dias de novembro, o Coojornal promoveu o encontro de Jefferson, que está com 67 anos e saiu da cadeia há 14 meses, e Alberi, hoje com 41 anos eem liberdade desde 1973. É a primeira vez que se reencontraram fora da prisão e o depoimento que publicamos a seguir é o primeiro que dão a um jornal — o resumo do que será um livro em breve.

No relato, algumas revelações importantes. Por exemplo: a Operação Três Passos fazia parte de um plano organizado por Leonel Brizola para contragolpear o Governo Militar e que contava com o apoio de comandantes de várias guarnições militares no Sul, como Santa Maria e Pelotas. Desde que se exilou no Uruguai, nos primeiros dias de abril de 64, o sargento Alberi funcionava como um assessor militar de Brizola. Viajou por todo o país estabelecendo contatos em vários estados — Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Piauí — ou mesmo levando militares da ativa e líderes civis a Montevidéu para acertar o início do movimento.

Nesse quadro, a Operação Três Passos seria uma senha, para desencadear um movimento amplo que imediatamente contaria com a adesão de Brizola. O grupo pioneiro deveria tomar uma cidade qualquer no Rio Grande do Sul, ler um manifesto conclamando a população à rebelião. Imediatamente em vários pontos explodiriam focos de insurreição. Os dois acusam: Brizola recuou na última hora, deixando-os isolados.

Os dois refutam também a versão oficial da morte do sargento do Exército, Carlos Argemiro Camargo, que tombou no combate travado com os guerrilheiros no Paraná. O coronel Jefferson diz que nada ficou provado contra eles. O sargento foi morto por balas de metralhadora INA, que o grupo não tinha.

Um outro fato a destacar: a ação conjunta das polícias brasileira e argentina para seqüestrar o coronel Jefferson. Asilado em Argel, ele estava de passagem por Buenos Aires, em dezembro de 1970, quando foi preso e recambiado para o Brasil num avião militar brasileiro. Repasse feito com o aval do então embaixador Antônio Azeredo da Silveira, hoje Ministro das Relações Exteriores.

Foto de Petro Flores

Jefferson e Alberi: o reencontro em liberdade para reconstituir a versão dos líderes

A cadeia, dois dias depois do assalto

Alberi cheg

O Exército prende no Paraná: além dos guerrilheiros, também

— Em que circunstâncias o senhor soube do golpe em 64?

Jefferson — Na noite do dia 1º de abril, na residência do cônsul Murilo Bastos, em Montevidéu, junto com o Leocádio Antunes. O Leocádio disse:

— Não, o Amaury Kruel vai salvar a situação.

E eu respondi:

— Leocádio, o Amaury é um traidor, é traidor histórico. Fez a carreira da traição.

O Leocádio quase brigou comigo, disse que eu estava falando mal de um amigo meu e do Jango. Ficou exaltado. Na semana seguinte embarquei de ônibus para Porto Alegre. Vinha pronto para entrar na luta. Quando passei em Bagé, as rádios estavam ainda naquela cadeia, como em 1961. Fiquei escondido oito dias, procurei contatos e senti que não ia acontecer nada. Voltei ao Uruguai e fui detido e desarmado no lado uruguaio. Fui solto em seguida e me devolveram a arma em Montevidéu. Cheguei lá no dia 10 de abril, o Jango já estava lá e na mesma noite fui falar com ele. Falei que tinha que fazer alguma coisa e ele me respondeu:

— Não, Jefferson, agora não tenho cabeça para pensar.

— O senhor já tinha alguma proposta concreta para fazer ao Jango?

Jefferson — Claro. Fiz depois e ele topou. Quando entrei no Uruguai, entrei pelo Chuí e já fiz um levantamento das condições da região, que eu já conhecia de antes. É uma região isolada, de difícil acesso. Eu disse ao jango: "Preciso de 500 contos para tomar o Chuí. Com cinco ou seis homens, não precisa mais que isso. Lá a gente instala o Governo em Santa Vitória do Palmar e inicia a resistência". Eu tinha um planejamento por escrito da operação, que depois inclusive foi até elogiado pelo general Oscar Luiz da Silva, pela precisão logística. O Jango concordou, mas disse que só tinha 200 ou 300 contos no bolso, que era tudo o que podia me dar. A Operação Chuí consistiria no seguinte: eram 10 homens inicialmente e depois entrariam mais elementos civis da região de Santa Vitória do Palmar, gente que estava do lado do Jango. A Operação era perfeitamente viável porque na região só havia um pequeno destacamento da Brigada Militar. Vitoriosa a operação, João Goulart estava disposto a voltar e instalar o Governo em Santa Vitória, de onde se tentaria organizar e expandir a resistência. Alguns fazendeiros da região chegaram a ir falar com Jango, dando apoio. A Operação só não foi realizada porque alguns companheiros que haviam se comprometido a conseguir equipamentos — armas e uniformes — falharam e em seguida chegou o Brizola e o grupo, que até então estava em torno de Jango, desagregou-se.

Alberi — Após a chegada do Brizola a Montevidéu, começou a chegar muita gente — políticos, oficiais das três armas, elementos expurgados, alguns que saíram sem motivo nenhum, só de medo. Cada um contava uma história, dizia que tinha tantos homens para lutar — alguns falavam em 30, 100 e houve caudilho que falou em 500 homens. No começo eu acho que ele se impressionou com

* Qualquer reprodução, total ou parcial, somente é permitida mediante autorização por escrito da Agência Coojornal.

Alberi chega preso a Porto Alegre

Coronel Jefferson em Foz do Iguaçu

Grupo de prisioneiros apresentados aos jornalistas alguns dias depois

...ros, também os suspeitos

Curiosos olham o material e as armas em exposição

O Exército fez acampamento na região durante vários dias em 1965

Arquivo Coojornal

...o golpe em

...residência
...nto com o

...r histórico.

...e eu estava
...u exaltado.
...para Porto
...o passei em
... como em
...atos e senti
...fui detido e
...guida e me
...o dia 10 de
...i falar com
...me respon-

...ra pensar.
...creta para

...Quando en-
...antamento
...de antes. É
... ao jango:
...n cinco ou
...te instala o
...sistência".
...ração, que
...car Luiz da
..., mas disse
...tudo o que
...o seguinte:
...n mais ele-
...mar, gente
...feitamente
...stacamen-
...ão Goulart
... em Santa
...a resistên-
... falar com
...izada por-
...ometido a
... falharam
...é então es-

...ontevidéu,
...ais das três
...íram sem
... uma his-
... — alguns
...u em 500
...onou com

os números, porque Brizola era um homem sem nenhum conhecimento militar e até sem ideologia. E estava cercado de pessoas que também não tinham conhecimento militar, como o Paulo Schlling, o Dagoberto Rodrigues e o Tenente José Wilson, que eram seus principais assessores.

— Qual foi o papel do Brizola na preparação do movimento: tomou parte ativa? Estimulou discretamente? Apenas tomou simpatia?

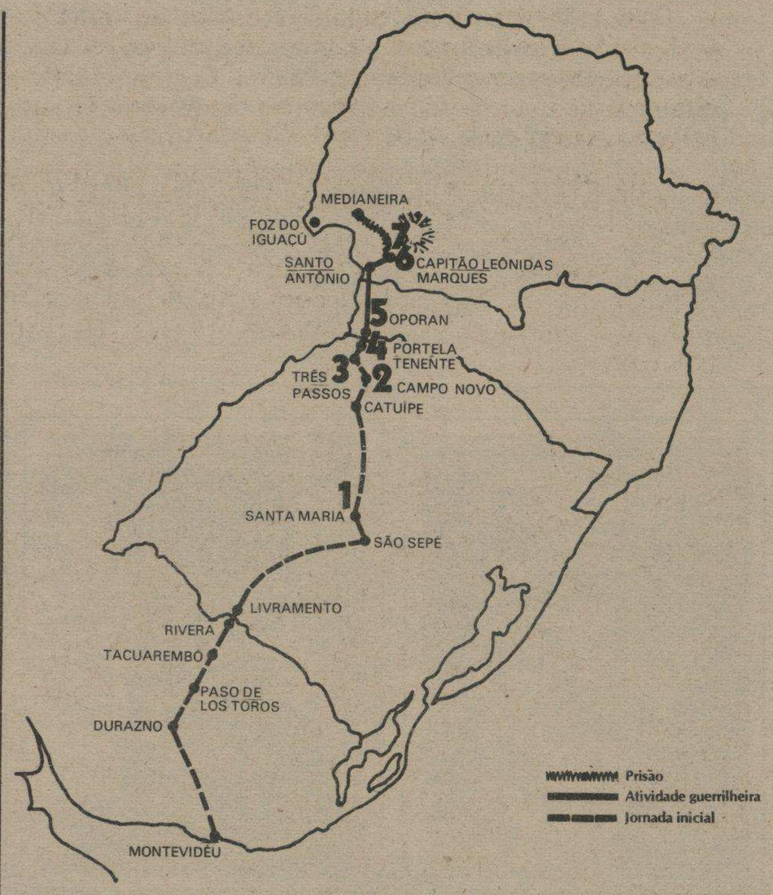
Alberi — O que houve é que o Brizola era um líder político e o movimento foi desencadeado e engrenado no plano geral dele. Houve um momento em que eu fiz uma viagem e o Orlando Bourmann fez outra e os nossos relatórios coincidiam num ponto: estávamos perdendo terreno a cada dia, as pessoas passavam a desacreditar em qualquer plano e a repressão se estruturava. Colocamos isto numa reunião, dissemos ao Brizola que ele estava se desgastando. Ele concordou e convocou o coronel Celeni, que comandava um batalhão da Briga Militar em Pelotas, que foi a Montevidéu e confirmou nossos relatórios. O Brizola era o responsável político pelo movimento. Mas depois, quando fracassou, ele fez uma nota dizendo que não tinha nada com isso.

Jefferson —Ele era o chefe político do movimento. Quero frisar que o nosso movimento era o dele. No primeiro encontro com o Brizola em Montevidéu o coronel Pedro Alvarez estava junto. Lá por julho de 64, até o convidei para almoçar em minha casa, mas tudo malogrou porque elementos brizolistas andavam fazendo críticas a minha pessoa. Resolvi me afastar. Em dezembro, a minha filha foi atropelada e, assim como outros exilados, ele foi visitar-me no Sanatório Americano. Ele falou que precisava muito falar comigo e eu relutei, dizendo-lhe que estava desejando retornar ao Brasil. Já estava de malas prontas para voltar embora soubesse que seria preso na fronteira. O tenente Wilson e o Eliseu Torres são testemunhas que ele foi me procurar. Resolvi ir ao seu apartamento e ele me fez a colocação: "Jefferson, preciso muito de você porque eu estou vendo que os elementos que disponho não são suficientes e você é um homem de lutas". Me disse que desejava iniciar o movimento: "Jefferson, daqui por diante você tem que estar em contato direto comigo, porque é o homem com quem eu conto". Fizemos um pacto com um aperto de mão: "Morrer pelo povo". Ainda tive mais três ou quatro encontros com ele. No último ficou bem claro que eu ia iniciar o movimento antes de completar um ano do golpe militar.

— Quem financiava, quem liberava o dinheiro para as viagens de sondagens que vocês faziam ao Brasil?

Alberi — No Brasil havia pessoas que colaboravam, como é o caso do Doutel de Andrade, e formava-se uma caixa em Montevidéu. Geralmente era o Dagoberto quem movimentava esse dinheiro. Quando viajava, eu pedia dinheiro ao tenente Wilson que dizia ao Dagoberto que liberasse.

— O Brizola falava sobre o objetivo político do movimento?



1 — Compra de um fuzil	5 — Decisão pela guerrilha
2 — Acampamento às margens do Rio Turvo	6 — Localizados pelo Exército
3 — O começo da operação	7 — Ponto onde se deu o combate
4 — O outro destacamento assaltado	

O roteiro: 1.600 quilômetros desde Montevidéu

Alberi — Não só o Brizola. Era discutido e aceito por todos os elementos queiam lá: era uma revolução, tomava o Poder e depois a limha política seria de acordo com o desdobramento e a maioria que assumisse o Poder. Ele era flexível nessa parte. Costumava dizer que íamos fazer a revolução por etapas e que a linha política viria em função da maneira como fosse tomado o Poder. Se fosse tomado por uma revolução convencional, uma quartelada, a quebra de estrutura teria que vir através de reformas normais. Se fosse através de uma luta prolongada de guerrilha, os quadros se forjariam na luta.

— Brizola falava na participação de Jango nessa luta?

Alberi — Ele achava que o Jango não estava no Brasil. Era uma maneira inclusive de incompatibilizar, sem dizer contudo que não aceitava se o Jango entrasse, porque aí iria ferir oficiais que foram lá propor uma solução legalista: Jango assumir e dar eleição em 90 dias. O general Amaury Kruel foi um dos que esteve lá nessa época e só falou com Jango. Depois ele aceitou tratar algumas questões com o Brizola. O Brizola não excluía a possibilidade de o Jango voltar como Presidente depois de um contragolpe, que era a primeira alternativa. Então este seria um dos objetivos: o Jango voltar, assumir e dar eleição direta, nas quais Brizola seria candidato natural à Presidência. Isto na alternativa da quartelada. Agora, numa guerrilha prolongada, ele não aceitaria naturalmente a liderança de Jango.

Jefferson — O objetivo e as intenções políticas de Brizola são uma questão delicada. Eu senti durante todo esse tempo que estive com ele que com revolução ou quartelada o que estava em vista era afastar Jango quando o movimento estivesse vitorioso. Notava-se que ele ainda estava em dúvida sobre como conduzir o movimento se vitorioso, porque ele não poderia talvez nem ser um chefe político permanente, um ditador, pois que entrariam na luta outros líderes políticos.

— Como se desenrolou a Operação Três Passos?

Jefferson — Nós tínhamos um acordo, eu e o Brizola, eu não faria perguntas sobre os planos dele e me reservava o direito de não informar onde nem quando lançaria o que ele dizia ser o *estopim* para eclodir um movimento de insurreição no Rio Grande do Sul. Então, na saída do último encontro, que foi no dia 13 de março, eu disse-lhe que ia dar início ao movimento antes do último dia de março. Ele disse para mim entrar em contato com o Alberi e o encontrei logo que saí da casa do Brizola, em Atlântica, onde Brizola já estava confinado. Combinei com o Alberi vir até a minha casa. Sobre um mapa do Rio Grande do Sul, fizemos o planejamento e o roteiro, os pontos a serem atingidos, a região preferida. O Alberi escolheu a Região Norte, que ele conhecia e era desprotegida. Depois fui ao Jango e ao Darci Ribeiro. Falei com o Darci no dia 15 de março, porque o Jango tinha ido a Tacuarembó verificar um roubo de dinheiro na fazenda dele. Disse ao Darci: Vou começar o movimento antes de completar um ano do golpe. E ele me respondeu: "Jefferson, eu só peço a você isso: comece antes de completar um ano. Inicie, pelo menos, para que abale a situação". Então eu lhe pedi uma ajuda econômica e ele me disse que só dispunha de 500 dólares mas que eu podia levá-los. O Jango voltou no outro dia, mas me disse que não tinha dinheiro, que tinha sido roubado. Em casa eu tinha uns 200 dólares e o Ivo Magalhães nos deu mais 300 cruzeiros. No total, tínhamos uns mil dólares que convertemos em cruzeiros e em pesos. No dia 17 de março compramos as armas numa loja de Montevidéu: três armas de caça tchecas semi-automáticas, de 15 tiros, calibre 22, compramos mil tiros para cada uma. O sargento Aires tinha um 38 e uma arma de caça, o Alberi tinha um 38 e eu tinha uma pistola 45. Gastamos uns 250 dólares. Então embrulhamos tudo, novinho, peguei todos os meus unifor-

— Acorda rapaz, vamos que a Revolução começou. Brizola vem aí

mes...Mas dois dias antes eu fui convidar os sargentos lá no Hotel Harmonia e no outro da Praia de Pocitos. Falei para eles do plano, da luta armada. eles disseram que não tinham recebido ordens do Brizola. Eram uns 30, vivendo às custas do Brizola, na praia, casa e comida e mais 100 pesos por dia, cigarros, mulheres, uma gostosura. Dois ainda aceitaram participar mas no dia não embarcaram.

Alberi — Eu vou abrir um parênteses. No período anterior, passou-se por uma série de planejamentos, mapas e tal. Eu não vou deixar de dizer que o rei está nu. Começaram a fazer planos, mapas. Eu vi um dos mapas, muito bonitinho,do Mato Grosso até o Rio Grande do Sul, incluía desde armamentos, fardamentos, assistência para os familiares, verba para combustível. Seria uma região de quase seis mil quilômetros, do Chuí ao Mato Grosso. Estavam indicadas possíveis entradas pela Guiana. Na minha opinião, foi em função desse grande planejamento que o movimento foi sendo protelado, pois dependia de grandes recursos.

— Quem financiaria essa operação?

Alberi — Esse planejamento foi levado a Cuba pelo Darci Ribeiro e com base nele foram liberados 500 mil dólares. E depois veio outra remessa de 500 mil dólares. Nesse momento começaram as brigas em torno da divisão do dinheiro: se ficava um terço com Brizola, um terço com o Jango e outro com o Darci Ribeiro. O Brizola alegava que Jango e Darci eram a mesma facção. A primeira remessa veio entre 12 e 15 de dezembro de 64 e a outra entre 5 e 8 de fevereiro de 65. Um dia eu perguntei ao Brizola porque estava sendo protelado o movimento. O José Wilson e o Eliseu Torres estavam juntos. Ele falou que estava esperando dinheiro e eu perguntei pela remessa que tinha chegado. Aí ele falou que era uma engrenagem, que teria um orçamento, que era uma verba de três milhões de dólares. Eu respondi: com três milhões é melhor comprar os generais, sai mais barato e não precisa brigar. Foi nesse dia que eu e o sargento Firmo Chaves ameaçamos largar tudo. Então o Brizola voltou a dizer que as coisas estavam se encaminhando, que iam sair imediatamente e me falou pela primeira vez no nome do coronel Jefferson, que estava em contato com ele. Mas passaram-se os dias e não saiu movimento nenhum, nem nós pegamos qualquer importância desse dinheiro para a Operação Três Passos.

Jefferson — Vamos retomar o roteiro. No dia 18 de março de 65, fui de táxi apanhar o Alberi no Hotel Harmonia, de lá levamos o sargento Chaves para apanhar o trem. Encontramos o Francisco Lage que estava saindo para Pelotas. Então eu, o Alberi e o sargento Aires saímos para Rivera, de táxi. Em Rivera ficamos hospedados na casa de um amigo o Romeu Figueiredo. Em Melo, na fronteira com Bagé, tinha o grupo do Juca e da Élida Costa, dissidente do PC, que deveria fazer uma incursão rápida ao Brasil, uma manobra diversionista para atrair a atenção e acabou não fazendo nada. De Livramento seguimos para São Sepé, onde pensávamos em reunir 20 ou 30 homens. Em Santa Maria o coronel Firmo tinha combinado, através do Bonilha, que estava pronto para fazer uma ação dentro da cidade. Era dia 19 e já estávamos dentro do Rio Grande. O Chaves foi até Porto Alegre onde encontrou de passagem o Francisco Lage, emissário do Brizola.

Alberi — Dois ou três dias antes, eu combinei com os rapazes para quebrar o pau em Pelotas. Aí o Brizola manda o Francisco Lage a Pelotas — nós ficamos sabendo por coincidência — dizer que não entrassem no movimento sem a palavra de ordem dele, quando o combinado era que ao ser lido um manifesto em alguma rádio do Rio Grande todos deveriam se movimentar.

Jefferson — E o Brizola ficou sabendo no dia 19 de manhã que nós já estávamos em Livramento, porque ele mandou o Wilson a minha casa me procurar. Mas eu não podia ter dito a ele que ia embarcar, até porque a gente suspeitava que tinha um informante do adido militar brasileiro, coronel Câmara Senna, na casa dele. Nos sete dias que nós corremos de Montevidéu a Três Passos, o Brizola poderia ter mandado um mensageiro, pois os sargentos Augusto, Afonso e mais o Brandão sabiam de todo o plano, sabiam até onde nós estávamos. O Brizola não foi um delator, não delatou o movimento à polícia.Foi isso que eu disse no inquérito ao general Oscar Luiz da Silva. A traição dele foi ter mandado iniciar o movimento e depois ter-se arrependido e não colocar o plano em execução. Não sei por que, pois ele dizia que estava tudo cem por cento. Isto eu quero deixar bem claro porque ele não estava falando com uma criança. Eu, um homem de 53 anos, ia iniciar um movimento com risco de vida e ele não era um desafeto meu para que fizesse essa traição. Ele se omitiu.

Alberi — O general Geraldo Alvarenga Navarro, que na época era coronel, comandava o 18º RI em Porto Alegre e perguntou ao Eliseu Torres, secretário do Brizola, por esses detalhes na minha presença. O Eliseu respondeu que "nós estávamos preparando um manifesto que o Brizola ia lançar de apoio ao movimento e quando fracassou a Operação Três Passos o Brizola fez uma nota dizendo que não tinha nada com o assunto".

Jefferson — Vamos reconstituir o roteiro: Livramento, São Sepé, Santa Maria — compramos um fuzil por 10 contos em Santa Maria —,Cruz Alta, Ijuí e aí chegamos à costa de Campo Novo, pernoitamos em Catuípe.

— Toda essa movimentação era feita como, de carro?

Jefferson — De táxi, sempre trocando de táxi em cada cidade... Seguimos, então, na direção da costa do Rio Turvo, que fica entre Três Passos e Campo Novo. Pernoitamos na casa do irmão do Alberi, o Silvano, no dia 21 e lá permanecemos até o dia 25, no mato. Nesse meio tempo esperávamos a viagem de dois companheiros: o Aires, que deveria levar 20 homens, e o Chaves, que deveria levar pelo menos 10 sargentos de Porto Alegre.

Alberi — Esse pessoal deu uma desculpa que não convenceu, depois. Então, o Chaves voltou só com o Bonilha e o Aires levou só três. Nós, que deveríamos estar com 60 homens para a tomada de Três Passos, na hora tínhamos 23 e a maioria lá da região.

Jefferson — Para o início da operação, o professor Waldetar Dorneles fez um croqui, com os pontos de ataque, e

Jefferson: carreira militar com muita atividade política

Jefferson Cardim de Alencar Osório, nascido no Rio, filho de um oficial da Marinha, teve uma carreira agitada no Exército. Em 1932, com 18 anos, estava entre os 800 alunos que pediram exclusão da Escola Militar do Realengo em solidariedade a seis colegas, expulsos por iniciarem um movimento contra o envolvimento da Escola na Revolução Constitucionalista. O protesto coletivo fez com que a punição dos seis fosse revista, para que a escola não ficasse vazia e o Exército sem futuros oficiais.

Nacionalista, tendendo para a esquerda, ingressou na Aliança Libertadora Nacional em 1935, quando ainda era segundo tenente. Era inimigo feroz dos integralistas que ganhavam força no meio militar na época e não perdia oportunidade para combatê-los. Quando houve o golpe frustrado de 10 de novembro de 1937, estava no subcomando do forte Rio Branco, em Niterói, onde quase todos os oficiais, inclusive o Comandante, eram integralistas e foi preso.

Em 1943, ajudou a fundar, em Santa Maria, onde servia, um subdiretório da Sociedade Amigos da América, entidade que pregava mobilização contra o nazi-fascismo. Ampliou a sociedade por diversos municípios gaúchos, promoveu passeatas e comícios e no dia 22 de agosto foi preso, logo depois de um discurso contra o Estado Novo.

Estava em Cruz Alta, em 1948, quando foi a Montevidéu casar com uma uruguaia que havia conhecido em Livramento, na fronteira. Quando voltou, foi novamente preso: ele casou no dia 3 de janeiro, dia do aniversário do líder comunista, Luis Carlos Prestes, e seu Comandante associou sua viagem às homenagens que foram prestadas a Prestes no Uruguai. Quando os militares nacionalistas se engajaram na campanha pelo monopólio do petróleo, Jefferson era um dos mais ativos. No final de 56, foi indicado para o subcomando do 2º Regimento Antiaéreo de Quitaúna, que era comandado pelo coronel Ernesto Geisel.

— Apresentei-me, pedi residência e ele me respondeu asperamente que eu não tinha o direito a residência na Vila Militar. Pedi um quarto no quartel e ele também negou. Então estudei a legislação militar e 10 dias depois voltei a ele, dizendo que tinha direito, que a lei me apoiava. Ele me respondeu: "A lei aqui sou eu". Depois me puniu com oito dias de prisão.

Participou da campanha do general Lott à Presidência da República e, quando Jânio renunciou, foi preso quando engajava-se no movimento pela posse de João Goulart. Um dos oficiais que o prenderam foi o então capitão Tarcísio Nunes. Teve uma passagem atribulada por Belém e em 63 ficou quase um ano sem função. Elaborou então um relatório descrevendo a conspiração militar que se armava contra o Governo e entregou-o a Brizola. Ainda em 63, foi mandado para um cargo no Lóide Aéreo em Montevidéu. Em fevereiro de 64, fez um apelo dramático ao seu amigo general Argemiro Assis Brasil, chefe da Casa Militar de Jango. "Me dê um comando, Argemiro, precisamos impedir o golpe". E ouviu como resposta: "É tarde Jefferson. O Jango não me ouve. Estamos perdidos. Fique em Montevidéu, que você já está exilado".

Ex-coronel Jefferson

Ex-sargento Alberi

Alberi: já entrou no Uruguai com o plano de guerrilha

Alberi dos Santos Vieira começou sua carreira como sargento da Birgada Militar, em 1961, preso por 30 dias. Ele e seus 50 colegas haviam convidado o governador Leonel Brizola para paraninfo, mas entre o convite e a formatura, Brizola demitiu, cendendo a pressões, o comandante da Escola, coronel Ernani Afonso Ten.

Irritados, os alunos decidiram desconvidar o paraninfo e não realizar a formatura. Foram todos presos.

No episódio da Legalidade, mobilização que Brizola fez para garantir a posse de Jango em 61,ele estava entre um grupo de sargentos da guarnição de Passo Fundo que forçaram o comandante a definir se a favor de Jango. Mas ficou marcado.

Mais tarde, já no Governo de Ildo Meneghetti, recebeu ordens para expulsar colonos da reserva indígena de Nonoai. "Eu sabia", diz ele, "que o filho do Meneghetti, o João Meneghetti, andava perseguindo os colonos para cortar árvores e vender madeira,e não cumpri a ordem. Já me apresentei em trajes civis, dizendo que não cumpria ordens absurdas. Disse ao Comandante que expulsar colono das terras sem ordem do Poder Judiciário contrariava tudo o que eu tinha aprendido sobre leis militares".

O jornal populista Última Hora *deu em manchete o fato: "Sargento rebelado contra o massacre dos sem-terra". Houve mobilização de outros oficiais para apoiá-lo e o Comandante decidiu transferi-lo para Passo Fundo. "O golpe de 64 me encontrou lá, preso". Dias depois conseguiu fugir de forma espetacular e ficou nove dias na Região de Nonoai, Três Passos, Planalto (onde nasceu e se criou), fazendo levantamento das possibilidades de recrutar gente para a luta armada. Chegou até a fazer um mapa detalhado, com número de pessoas, alvos e tudo mais. Depois entrou no Uruguai, por Rivera, já com o plano da guerrilha na cabeça.*

—Parem, vocês estão presos. Rendam-se. E aí foi uma debandada

durante a tarde do dia 25 nós fizemos um levantamento. O ataque foi planejado com as prioridades estabelecidas e o número de homens era suficiente, mas era necessário agir com precisão. Tínhamos pela frente: um destacamento com 12 ou 13 homens, o presídio com oito homens, a patrulha da delegacia, mais a central telefônica e a rádio. Eram seis operações para fazer com 23 homens. Ao meio-dia — nós tínhamos instalado um Quartel General com guarda e tudo num galpão à margem do rio — deu-se um fato inesperado. Eu estava a escrever o manifesto e o guarda veio me dizer que estava chegando um homem a cavalo e perguntou o que fazer. Eu disse que lhe desse voz de prisão. O homem ficou assustado, disse que só queria cobrar uma conta de 20 cruzeiros do dono do galpão — que era um dos guerrilheiros — e nós o convidamos para ajudar a comer o porco que estava sendo assado.

Alberi — Chegamos a Três Passos mais ou menos às 10 e meia da noite. À meia-noite cortamos os fios do telefone a um quilômetro da cidade. Durante a tarde, num jipe velho e vestido de camponês, eu tinha feito o reconhecimento da cidade. O presídio ficava numa baixada e o destacamento no alto. De modo que da escada do destacamento se via o presídio. Então, era preciso atacar primeiro o destacamento, que tinha oito homens. Quando chegamos no destacamento, logo na entrada, o cabo-de-dia, um polaquinho, estava dormindo.

Jefferson — Eu desci, de quepe, todo fardado, o Alberi veio junto, civil. Deixamos o pessoal dentro do caminhão, um Ford 39, caolho, que só tinha um farol e que nos fora cedido por um chefe do PTB num povoadinho de Campo Novo e foi preciso empurrar para fazer andar. No primeiro assalto, abri a porta do destacamento, não tinha ninguém mas estava tudo iluminado. Invadimos o alojamento, eu e o Alberi; e mandamos os homens se levantarem. Eram sete, um estava dormindo na porta. Eles me viram fardado e se levantaram assustados. Aí se deu um fato engraçado: houve duas ordens de comando. Eu gritei: "Deitem-se". E o Alberi gritou: "Levantem-se". Eles não sabiam qual obedecer. Estavam todos de cuecas. Logo veio o Aires com o pessoal, pegamos as armas, arrombamos o almoxarifado e inutilizamos a chave da estação de rádio e o telefone. Feito isso, limpamos tudo: armas, munições e uniformes e os deixamos só de cuecas. Aí chegou o sargento chefe do destacamento e abraçou-se ao Alberi, haviam servido juntos. Já estava um reboliço e não adiantava tentar nada mesmo. "O coronel está aqui, é o plano do Brizola e tal e a situação já está dominada". Dali fomos ao presídio. O guarda se assustou e correu para o fundo, que não tinha saída. Outro guarda viu e também fugiu. Os outros estavam todos dormindo também. O cabo, um negrão, não se acordava nunca. Nós já estávamos carregando as armas e ele continuava dormindo ou fingindo para não levantar, pensando que o barulho era troca de horário de serviço. Só acordou mesmo quando lhe esfregaram um revólver na cara. Aí se assustou mas já foi levado direto para o caminhão, só de cuecas, como todos os outros. Deixamos só os presos comuns nas celas. Mas ainda lá no presídio chegou um comissário e alguns populares e eu disse que era uma ação do Brizola. Alguém gritou "Viva a revolução!" e houve um comício rápido: eu disse que o III Exército já tinha aderido, que Porto Alegre já havia sido dominada e que eu estava ali para dar segurança e por isso mesmo ia desarmá-los. Restava a patrulha e o delegado.

Mas dali fomos ao Banco do Brasil. Tocamos a campainha e o gerente desceu de pijamas, morava na parte de cima. "Queremos dinheiro, rebentou a revolução aqui no Rio Grande, o III Exército já aderiu e neste momento o Brizola deve estar chegando a Porto Alegre. Precisamos de dinheiro para o nosso deslocamento". Ele não deu. Disse que a outra chave estava com o subgerente, em Ijuí. O Bonilha queria arrombar o cofre mas eu não permiti. Mandei o gerente se recolher tranqüilo que não faríamos nada. Aí veio o problema da leitura do manifesto.

Alberi — Quando íamos entrar na rádio, chegaram mais três elementos da Brigada, metemos as armas neles e se entregaram. Vinham da zona do meretrício. Logo vem chegando a patrulha da Delegacia, com dois inspetores e dois soldados. O Comissário — que era responsável pela Delegacia e nosso companheiro — já tinha me dito de tarde que teria um caminhão novo abastecido a nossa disposição. Prendemos todos e mandamos subir, só de cueca, para o caminhão velho. Na hora da leitura do manifesto, o operador disse que a rádio não estava funcionando (a rádio era do doutor Amaral de Souza, agora indicado governador, e trabalhava lá um cunhado dele). Aí eu falei que dava um minuto para ele consertar o defeito. Ficou tudo pronto antes do minuto e o coronel Jefferson fez a leitura. O manifesto foi gravado e tem cópia no processo. Era um documento nacionalista, falava nas reformas e conclamava o povo à luta armada. Denunciava que o Brasil estava transformado num quartel. A gente já estava com 35 presos sem dar um tiro. Demoramos duas horas na Operação, uma hora mais que o previsto. Às duas horas saímos de Três Passos, para Tenente Portela.

Jefferson — Tomamos o Mercedes Benz novo e seguimos para Tenente Portela. Chegamos antes das três horas. Eu e o Alberi fomos ao destacamento, abrimos a porta e o sargento estava sozinho. Mesmo assim quis reagir. Foi nessa hora que o Alberi empurrou e disse: "Vocês não podem desobedecer o coronel. Se ele está mandando entregar as armas, têm que entregar". Aí ele fugiu e abandonou o posto pelos fundos...

Alberi — Era um safado, tinha até foto do Meneghetti na parede e nós a quebramos toda. Eu soube depois que ele pulou uma janela para fugir e se machucou, diziam que tinha quebrado um braço ou uma perna...

Jefferson — Eu fiquei na mesa do sargento e os nossos homens entraram para quebrar a estação de rádio e cortar o telefone. Foi uma devastação, destruímos tudo. E seguimos imediatamente para cruzar o Rio Uruguai e entrar em Santa Catarina. Eram duas horas de viagem até a balsa. Chegamos às cinco horas. Tinha um cabo PM no destacamento e eu dei ordem para que ele chamasse o balseiro, que era uma ordem do Estado-Maior para realizar uma operação. Enquanto vinha o balseiro, mandei o cabo botar todo o armamento no caminhão, até mapas e máquina de escrever. Só não quebramos o telefone porque a nossa idéia era voltar a esse lugar para algum eventual contato. O balseiro chegou e disse que do Exército não se cobrava para transportar. Uma hora depois estávamos em Iaporã, na fronteira com a Argentina. As rádios de Porto Alegre já estavam noticiando a leitura do manifesto e, conforme o combinado em Montevidéu, deveria haver reação. Tínhamos 60 fuzis, uma metralhadora tcheca de tripé, daquelas pequenas, e uns 30 revólveres e muita munição. Pensávamos em armar mais gente. Às seis horas, fizemos uma refeição reforçada numa hospedaria do povoado.

— Por conta da casa?

Jefferson — Não, eu paguei. Só não pagamos o óleo diesel em Três Passos. E o caminhão não foi roubado, não. O caminhão foi cedido pelo comissário, eu não roubei. Isto eu disse no inquérito. Só não paguei as pilhas na casa comercial que fizemos abrir de madrugada. Lá deixei um cartão meu como garantia dizendo que pagaria depois.

— A esta altura vocês já percebiam que o plano do levante geral havia fracassado?

Jefferson — Sim, nós planejamos duas opções. Um movimento convencional, uma quartelada, e, caso falhasse, um movimento de guerrilha.

Até aí o planejamento era a quartelada. Visava tomar destacamentos e esperar adesões de quartéis. Já dava para sentir que não havia reação nenhuma. As rádios noticiavam desde a madrugada a leitura do manifesto e a tomada de Três Passos. E noticiavam com ênfase. É preciso notar que as rádios até estimulavam para que houvesse reação. Diziam que a operação era de grande envergadura, que eu dispunha de 200,300 e até 400 homens conforme a versão de cada uma. E citavam meu nome. Até aqui, então, era o planejamento da revolução do Brizola. Agora era preciso pôr em execução o planejamento da guerrilha. Eu, o Alberi, o Aires, e o Bonilha conversamos e combinamos que não podíamos perder mais tempo. Era o dia 26 e resolvemos que ainda nesse dia deveríamos atravessar o estado de Santa Catarina e ingressar no Paraná. Quando chegamos nesta fronteira, os homens já estavam todos fardados de brigadianos — menos o Alberi — e empunhando fuzis. O chefe do destacamento arriou a corrente e disse: "Pode passar, coronel". Fizemos o roteiro até Santo Antônio e chegamos de novo próximo à fronteira com a Argentina. Reabastecemos o caminhão, pegamos um tio do Alberi para servir de guia, porque o nosso destino era ao Mato Grosso.

— Manobramos por uma estrada secundária para evitar passar pela Foz do Iguaçu e atingimos Leônidas Marques. Mais ou menos às cinco da tarde um avião — um Douglas DC-3 — passou alto, eu mandei jogar o caminhão para dentro do mato, mas ele nos localizou. Quando chegamos a Leônidas Marques, depois de atravessar o Iguaçu numa balsa, era mais ou menos meia-noite. Forçamos a abrir um restaurante para comer sanduíches e o rádio anunciava que tinha guerrilheiros no Paraná. Eu disse ao dono do restaurante: "Estamos aqui por ordem do Estado-Maior para procurar esses guerrilheiros". Procuramos um contato e não encontramos e resolvemos pernoitar, porque o nosso motorista estava muito cansado. Camuflamos o caminhão e os homens dormiram no mato. No dia seguinte, eu, o Alberi e o Bonilha saímos para obter alimentos para o pessoal e tentar conseguir mais alguns homens. Foi nesse percurso que nos surgiram viaturas militares — jipes e caminhões cheios de soldados, como patrulhas de reconhecimento — que vinham pela estrada da direção de Leônidas Marques e voltaram para o mesmo lugar. Iam até o Rio Iguaçu e voltavam.

— Eram dez horas da manhã do dia 27. Eu voltei para assumir o comando do pessoal e o Alberi e o Bonilha seguiram para Leônidas Marques. Reuni o pessoal no mato e disse: "Nós só temos uma chance de escapar vivos: tomar e prender a patrulha, senão seremos mortos após o cerco. Eles obedeceram e reagiram bem. Mandei ficarem deitados, em linha de combate, dentro do mato, dos dois lados da estrada. O lugar era uma lombada, de vegetação densa e quase nenhuma visibilidade, com pouco ângulo de tiro mas com a vantagem de saber a posição do caminhão. Fiquei a 30 metros do ponto onde surgiria o caminhão. Quando o caminhão atingiu a crista da lombada e ia começar a descer, eu gritei:

— *Estão presos. Rendam-se.*

— O caminhão não chegou vencer a lombada. Acho que o motorista se assustou e o caminhão voltou para trás. O tenente saltou do caminhão e foi uma debandada geral. Ele mandou atirar não sei como e nem sei quem deu o primeiro tiro. Julgavam-se cercados por todos lados e se apavoraram. Foi um tiroteio medonho, as balas passavam zunindo por mim. Não sei como não fui atingido. Foi aí que morreu o sargento Argemiro Camargo, com nossas balas ou conas deles. Essa questão inclusive é discutível, pois não conseguiram provar nada nesse sentido. Não houve a perícia balística e daí se pode concluir que ele tenha sido morto pelas balas dos próprios companheiros. Aliás, quando eu estava preso em Ponta Grossa, foi lá o capitão Índio Brasil e quis saber da metralhadora Ina que o nosso grupo usava. Eu disse:

— Mas nós não tínhamos metralhadora Ina, tínhamos aquela tcheca que foi apreendida.

— Mas a bala que matou o sargento era de uma metrabalhadora Ina — respondeu-me ele. Foi mais ou menos esse o diálogo.

— No tiroteio, o tenente fugiu e abandonou os soldados. Depois de 20 minutos de fogo houve uma trégua de parte deles, por causa da morte do sargento. O nosso pessoal também parou, mandei esconder as armas e fugir para o morro. Eu e o Fraga, o motorista, ficamos e continuamos atirando a esmo e recuando, simulando uma ação retardadora. Atiramos de metralhadora até que ela enguiçou. Poderíamos ter apertado o cerco e liquidado com a patrulha. Eu não quis. Afinal estávamos diante de soldados que não tinham culpa pela situação geral do País. Aí, nos jogamos no mato. Rasguei todo o uniforme porque tinha muito espinho por ali e a gente ia rastejando. Mas eu não sentia nada. Parecia que estava anestesiado. Continuamos descendo e atirando. Depois de recuar bastante, largamos as armas e chegamos na casa de um colono polaco. Foi aí que eu tirei o uniforme, e coloquei uma calça velha, remendada, uma camisa também velha, e um chapéu de palha. O colono me atendeu bem: deu água, mate. Enquanto isso o Fraga tentou buscar os meus documentos que tinham ficado no caminhão. O colono fechou a casa, pegou a família e saiu. Esperei um pouco e senti que não dava para esperar. Peguei a estrada, tirei a dentadura e botei num saco, junto com os coturnos. Fui andando calmamente pela estrada. Encontrei um soldado e perguntei:

— Não se pode passar aí?

— Não.

— Mas, por quê?

— Porque os guerrilheiros estão escondidos no mato —, ele disse. Aí eu tive que dar uma volta pelo mato, e acabei saindo na retaguarda deles, bem aonde estavam instaladas as metralhadoras. Passei pela guarnição, e um cabo falou comigo:

— O senhor quer passar?

— Quero, sim. A estrada está liberada?

— Então pode ir, mas cuidado com os guerrilheiros.

— Continuei caminhando em direção a Leônidas Marques, na esperança de encontrar o Alberi. Não tinha um tostão no bolso. Passou um jipe com os soldados, cumprimentei-os com o chapéu. No meio da estrada encontrei um homem de bicicleta, pensei em roubá-la mas desisti. Cheguei na casa de outro colono, e foi a minha desgraça. Me atendeu bem, era um gaúcho. Falei a ele que meu caminhão tinha sido atacado, que eu tinha sido obrigado a continuar andando a pé e estava com uma fome danada. Me deu mandioca com feijão. Foi um manjar dos céus, imagine. Mas logo depois chegou um irmão dele, que se despediu rápido nem quis falar comigo. Logo, logo apareceu um jipe da polícia. Tentei apanhar a pistola no saco mas saltou um policial do jipe com o dedo no gatilho de uma metralhadora. Não morri graças à intervenção do sargento Assumpção, do Exército, que apareceu atrás dele e gritou:

— Não mate este homem, que é o coronel Jefferson.

— Ali mesmo fui manietado e empurrado para o jipe. E fiquei sabendo, então, que morrera um sargento no combate.

Alberi — Eu e o Bonilha nos distanciamos ligeiro do local do combate. Fantasiados de mulher, passamos por Capitão Leônidas Marques. Andamos em direção da Argentina. Ficamos dois dias na costa do rio e mandamos dois colonos tentar encontrar o resto do pessoal. No terceiro dia tentamos passar para a Argentina. Conseguimos uma máquina fotográfica — eu tinha uma carteira de jornalista — e nos disfarçamos de *periodistas*. Até aqui estava correndo tudo certo. Um colono trazia roupa e comida para nós lá da cidade. Mas na terceira viagem ele nos entregou ao Exército. Estávamos comendo uma paca assada quando chegaram os policiais. Alguns milhares de homens estavam mobilizados para nos prender, incluindo pára-quedistas. Dois dias depois cercaram e prenderam oito companheiros nossos que pediam carona para sair da região.

Jefferson — No dia 27 fui conduzido de jipe para Foz do Iguaçu. No caminho, em Medianeira, no destacamento onde servia o sargento Carlos Argemiro Camargo, fui retirado do jipe por ordem do capitão Dorival Sumiani. Fui jogado no chão, e começaram a me dar pontapés, fazendo-me rolar uns 50 metros até o jardim, onde estavam os soldados. No chão, com o rosto ensagüentado, o capitão deu ordens para que me cuspissem no rosto:

— Escarrem na cara deste filho da puta, comunista, assassino.

— Depois, o capitão colocou o coturno sobre a minha cara e mandou que eu beijasse a terra, bradando: "Beija a terra que traíste, comunista, assassino". Ainda pegou um garfo de campanha e ficou me espetando, desde os pés até o pescoço.

— Todo esfolado, me fizeram rolar de volta até a viatura e continuamos a viagem. No caminho, mais ou menos à meia-noite de 27 para 28, encontramos o major Hugo Coelho, assessor do general Justino Alves Bastos, então comandante do III Exército. Ele disse que eu ia ser fuzilado, me retiraram do carro e fizeram andar aos pulos, algemado, por cerca de 100 metros. Chegaram a fazer uma simulação do fuzilamento. Chegamos à uma hora em Foz do Iguaçu. O tenente-coronel Auro Marques Curvo, comandante do Batalhão de Fronteiras, acompanhado do capitão Rui Vieira do Rego Monteiro e do major Ari Ronconi Moutinho, me conduziram à cela. E o major Hugo Coelho recomendou:

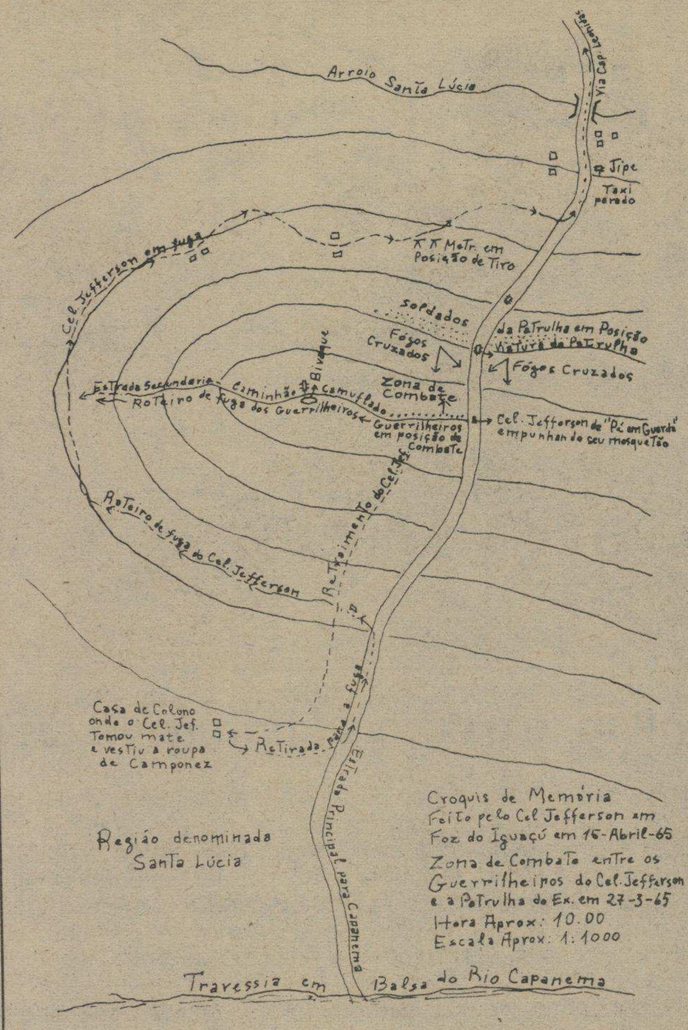
— Nada de dormir ou descansar.

— Amarraram-me nas grades da cela, com os braços erguidos e os pés suspensos. Fiquei ali até as nove da manhã. Já estava na fase do desmaio, pois não havia circulação nas mãos e nos pés. E de meia em meia hora um sargento chamado Elísio vinha reapertar as cordas. Quando me soltaram, arriei na cela e fui engatinhando até o vaso imundo do sanitário. Peguei aquela água suja e passei no rosto. Consegui puxar a descarga e beber um pouco dessa mesma água.

— Na manhã do dia 28, fui levado à presença do comandante de Foz do Iguaçu, tenente-coronel Marques Curvo. Ele mostrou-me um telegrama do governador do Pará, Jarbas Passarinho, que se congratulava com a minha prisão. Ali passamos por uma cerimônia ridícula. Presentes a tropa e algumas famílias dos militares, primeiro foi apresentado um contrabandista de café e o comandante fez um comentário sobre o custo de vida. Depois apontou para nós — estava todo o grupo preso, menos o Alberi e o Bonilha — e disse: "Estes são comunistas, traidores da pátria que querem entregar o País à Rússia".

— Passamos à fase dos interrogatórios. Queriam que eu envolvesse políticos da região mas eu não conhecia ninguém. Fui levado à sala do S-2 (informações) e espancado pelos oficiais citados, mais o capitão Índio Brasil. Na manhã do dia 29 os jornalistas entraram na sala para nos fotografar. À tarde, saí sangrando de outro interrogatório e fui levado ao gabinete do comandante:

— Leve este filho da puta daqui, que está sujando a minha mesa — disse ele ao sargento.



O local do combate, reconstituído pelo coronel Jefferson quando estava na prisão

— No quinto dia cessaram os espancamentos, mas na última sessão fui barbaramente torturado pelo tenente Barra, filho do coronel Rubem Barra (vulgo *Rubica*), e sobrinho do general Nilton Barra, um companheiro nosso que foi reformado pelo Ato-1. Saí da sala do S-2 desmaiado e todo ensangüentado. No dia seguinte chamaram médico, pois meus pulsos estavam infeccionados. No dia 2 de abril, o brigadeiro Artur Peralta e o general Justino Alves Bastos estiveram no quartel. Na segunda semana de abril, o general Oscar Luiz da Silva foi designado para fazer o inquérito.

Alberi — Após a prisão, antes de chegar a Foz do Iguaçu, programaram a *operação catarro* na passagem por Leônidas Marques. Era dois de abril. Reuniram mais de 150 homens, do 13º RI e da PM e alguns bajuladores civis, e mandaram cuspir em mim. Todos. Eu deitado de costas, amarrado. Já tinha levado muito coice e tinha pelos menos um osso da clavícula e uma costela quebrados. Depois foi deitado em cima de um pneu, coberto por uma estopa, e eles batiam com cassetete de madeira. Quando cheguei ao quartel de Foz, o capitão Rui, o tenente Barra, o major Ronconi, o coronel Curvo e o sargento Elísio diziam que eu tinha matado o sargento Argemiro. E passaram a me espancar na frente do coronel Jefferson e dos outros companheiros que estavam presos. Eu estive 12 dias sendo interrogado e torturado, porque era eu quem sabia os *contatos* em todo o roteiro. E inclusive por isso, antes da minha prisão, o meu irmão Silvano foi torturado e jogou-se (ou foi jogado) do segundo andar do prédio do Batalhão de Fronteiras e quebrou a cabeça. Morreu 15 dias depois em conseqüência de um derrame.

Jefferson — Quando chegou o general Oscar Luiz da Silva o tratamento melhorou muito. Aqui conheci um sargento, Mário Gonçalves Isquierdo, que teve um comportamento digno e corajoso, ao ponto de confirmar as torturas quando depôs no Tribunal. Em maio, fomos transportados para o 18º RI, em Porto Alegre. Em agosto volto a Curitiba e imediatamente me levaram a Ponta Grossa, onde recebi a primeira visita dos familiares, no dia 7 de setembro. Em outubro fui qualificado na 5ª Auditoria, em Curitiba, e me encaminharam ao quartel de Bacacheri que era comandado pelo meu colega coronel Rubem Barra, pai do tenente que havia me espancado. Dali fui para o quartel do Boqueirão, comandado por outro colega de turma, o coronel Enéas Martins Nogueira. Em função do tratamento que me era ministrado por um médico militar de Ponta Grossa — tomava até seis comprimidos de *Librium* por dia — eu estava à beira do desequilíbrio mental. No Boqueirão tive uma crise e fiz um tratamento no quartel para me recuperar.

— A 15 de janeiro de 66 fui transferido para o Esquadrão de Cavalaria Mecanizada, no aquartelamento do Boqueirão mesmo, sob o comando do Major Dalmo Bonzon. Passei por uma situação de enlouquecer. Eles transformaram um banheiro em cela. Fiquei nesse cubículo, sem receber visitas, até 15 de março, quando a minha esposa conseguiu interferir junto ao general Aurélio do Carmo, comandante da Região, para que eu voltasse ao Boqueirão. Em julho de 67 fui condenado pela 5ª Auditoria a oito anos de prisão. Mas a promotoria recorreu e o Supremo Tribunal Militar agravou para 10 anos.

Alberi — Passei por quase todos os lugares por onde o coronel andou. Em cada um, era 30 ou 40 dias de cela. Em 66 tentei fugir do quartel de Bacacheri. Preparei durante vários dias. Juntava manteiga do café para passar no corpo e facilitar a passagem entre as grades. Numa noite tentei a fuga, aliás, eu e o Chaves. Ele ficou pendurado, não conseguiu completar a passagem entre as grades. Eu caí em cima do sentinela, dominei-o e fugi correndo. Por azar naquele dia estava de serviço um cabo que era campeão de corrida (havia ganho a prova de São Silvestre) e me alcançou logo. Muito tempo depois, já na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio, estávamos preparando outra fuga cavando um túnel numa galeria subterrânea — e nos descobriram.

Jefferson — O agravamento da pena foi em meados de janeiro de 68. Quando fiquei sabendo, pensei numa fuga. Até conversei isso com o major Joaquim Pires Cerveira, num encontro na Auditoria — ele ia prestar depoimento, pois estava respondendo a processo em liberdade. Mas eu era o único preso político do Boqueirão e a fuga seria difícil, mesmo porque havia mais de 20 sentinelas em torno do quartel. Foi aí que surgiu o soldado Luiz Victor Papandreou — era um rapaz de bom nível intelectual que ia fazer vestibular para Medicina. Em 64, como secundarista, participara das manifestações estudantis em Santa Maria, RS, e fora preso. Um certo dia, durante uma partida de xadrez, ele me perguntou se eu gostaria de fugir. Respondi tranqüilamente que isto dependia dos soldados. No início até desconfiei. Depois, com a insistência dele e a informação que já tinha mais dois soldados no esquema — o filho de um coronel e o filho de um comerciante — adquiri confiança.

— Planejamos a fuga durante um mês dentro do quartel. Fora, o major Cerveira montava a outra parte. No quartel conversei com um oficial — que não sabia quem estava metido — mas ajudou na orientação sobre a maneira de sair. Um mês antes passei a cuidar da mudança de alguns hábitos pessoais que teriam influência depois da fuga. Por exemplo: deixei de tomar o café que um guarda trazia de manhã e fazia chá eu mesmo, permanecendo encerrado até as 13 horas nos domingos, que era a hora da primeira refeição. Marcamos a fuga para o dia 5 de maio, um domingo, porque no outro dia o quartel receberia a visita do ministro do Exército, general Aurélio Lyra Tavares, e todos já estariam ocupados desde o sábado com os preparativos de praxe. Acertamos que às duas horas da madrugada do dia cinco alguém bateria no meu quarto. As oito da noite houve um pequeno problema: o Papandreou veio me avisar que na hora da escala da guarda, o nosso homem de confiança que deveria vir de sentinela no meu quarto, fora escalado para o paiol de munições, um lugar frio. Teríamos que pagar para conseguir a troca de escala. O Papandreou foi autorizado a oferecer cinco contos (Cr$ 5,00 atuais) para o rapaz ir para o paiol e ele aceitou.

— Às duas e meia o soldado bateu na porta e falou que o Papandreou estava esperando embaixo. Eu estava fardado de soldado, era uma madrugada fria e de cerração. Saí mas, pela janela do corredor, vi que um sargento atravessava o pátio que fora iluminado há poucos dias, parece que por desconfiança até. Arrastei-me de volta, o sargento passou, falou alguma coisa ao sentinela e continuou a ronda. Saímos eu e o Papandreou, atravessamos o pátio e quando passávamos pela cerca de arame para entrar no mato apareceu um guarda. Nos escondemos e esperamos que ele passasse. A 100 metros dali, estava o carro com o major Cerveira. Manobramos e voltamos pela frente do quartel, para ir até o entroncamento da Rodovia Curitiba-São Paulo. Ali trocamos de carro e andamos mais uns 10 quilômetros escoltados por dois carros, onde iam companheiros armados. Mais adiante trocamos de novo de carro e dispensamos a escolta. Chegamos a São Paulo e dispensamos o carro, recebendo 200 contos para ir ao Rio de táxi. Deveríamos procurar logo uma embaixada.

— Eu sentia uma sensação maravilhosa, muito melhor que ter cumprido a pena. Às três horas da tarde chegamos ao Rio, ao mesmo tempo em que a fuga estava sendo descoberta em Curitiba. Isto estava calculado. À uma da tarde, o guarda que levaria o almoço encontraria a porta trancada — o soldado que ajudou tinha ordens de jogar as chaves no mato — e a televisão ligada. Logo concluiriam que eu estava morto e o coronel comandante teria que nomear uma comissão para arrombar o quarto. Isto é praxe militar. E aí eu ganharia mais duas horas para fugir.

— No Rio, fomos direto à embaixada do Chile, mas o embaixador só nos receberia no outro dia. A seguir fomos à embaixada do México: o embaixador não estava mas o guarda que nos atendeu soube que éramos perseguidos políticos e mandou entrar. Eram 11 da noite. Nos mandou dormir dentro do carro do embaixador, no pátio do prédio. Acertamos o asilo no outro dia, depois que a minha mulher conseguiu convencer o embaixador de que o fato de o Papandreou ter auxiliado um fugitivo político a fugir também o colocava nessa condição de pedir asilo. Quando o Itamarati recebeu a comunicação da Embaixada, o Estado

Próspero Ano Novo para quem poupar o 13º salário. E para os outros também, só que fica mais difícil.

São os votos da sua Caderneta de Poupança.

— Justamente no dia da fuga, o guarda era campeão de São Silvestre

Alberi — Quando o coronel Jefferson fugiu, eu estava na Penitenciária de Paranaguá. Foram me buscar às 11 horas da noite. Aí eu disse que não sabia de nada lá na Polícia do Exército, em Curitiba. Mesmo assim, fiquei 40 dias incomunicável. Depois fui transferido para a Fortaleza de Santa Cruz e lá acabei minha pena,em 73.Cumpri oito anos,seis meses e 16 dias e não queriam me liberar, foi preciso a interferência de advogados. Depois que saí, quase fui preso em Três Passos — escapei porque estava acompanhado de um primo que servia no Batalhão da Foz do Iguaçu — e outra vez que vim a Porto Alegre trazer um parente doente me chamaram duas vezes ao Dops.Isso ainda era 73.Então resolvi sair um pouco do Brasil. Quando o Salvador Allende caiu, eu estava no Chile. Saí do Chile para a Embaixada do México. Fiquei um mês no México mas não queria ir para a Europa, como outros brasileiros estavam fazendo. Então, no fim de outubro de 73 vim para Buenos Aires e depois fui morar em Missiones, fronteira do Rio Iguaçu. Depois estive no Paraguai e morei um ano no Rio de Janeiro. Da minha família, eu tinha contato freqüente com meu irmão, que estava na região de Iguaçu, do lado argentino. Em janeiro do ano passado, o meu irmão, José Soares dos Santos, que era mecânico, foi preso em Santo Antônio e nunca mais apareceu. Tenho informações de que ele foi torturado, morto e jogado o cadáver no Parque Nacional, no mato. Atualmente estou empenhado em descobrir esse mistério em torno da morte do meu irmão.

— Coronel, como o Senhor via o Brasil antes de 1964?

Jefferson — Estávamos partindo,pacificamente, para as vias do socialismo. Através dos movimentos e dos esclacimentos populares estávamos partindo para os socialismo. Eu que estava ligado ao movimento militar nacionalista acreditava piamente nisso. Acreditava-se no que se chamava de "as reformas do Jango" e que poderiam ser realizadas pacificamente. O que não houve foi uma previsão, entre os políticos civis e os elementos militares que apoiavam Jango, e levar a sério que golpe já tinha sido tentado para evitar essas reformas.

— Como o senhor acha que seria esse socialismo? O poder nas mãos dos trabalhadores?

Jefferson — Não. Um socialismo democrático. Cada País tem suas particularidades e esses fatores é que orientam. Não poderia ser um socialismo do tipo soviético, talvez nem o cubano. Esperava-se que as reformas fossem avançando, atingindo o socialismo sem chegar à ditadura. A idéia sempre foi essa dentro dos setores nacionalistas, a esquerda militar, das Forças Armadas: que o parlamento fosse cada vez menos burguês e mais popular. Era uma revolução lenta, mas que seria possível.

— E a partir de 31 de março o senhor não acreditou mais?

Jefferson — Não acreditei. E a luta armada que eu achava fosse o caminho viável, era para implantar as mesmas reformas preconizadas por Jango. Isso em 1965. Hoje eu acho que os objetivos devem ser formar novos quadros, pois aqueles quadros populares que haviam sido formados desde 1945 já não existem mais. Não vejo possibilidade de reformas a curto prazo. O objetivo tático do momento seria uma constituinte, para que houvesse uma constituição de fato e não essa colha de retalhos que está aí. O marco zero seria uma constituinte, para que esses representantes do povo, eleitos agora, pudessem pelo menos legislar.

— Alberi, que tipo de revoluçao você queria fazer no Brasil?

Alberi — Uma quartelada ou uma contra-revolução para partir para uma constituinte e forjar daí liberdades, com uma democracia que permitisse o trabalho político do povo, para qualitativamente chegarmos ao socialismo por etapas. Hoje, em termos de luta, eu vejo assim: se pudessem ser aberta várias frentes de guerrilhas em vários países da América do Sul, poderia haver êxito. Isoladamente nenhum movimento terá êxito, será massacrado. E eu não acredito em transformações sociais por meios pacíficos na América do Sul.

— O que é para você o socialismo?

Alberi — Para mim o socialismo é a economia controlada, os meios de produção controlados pelos agentes da produção — no caso os operários, os camponeses, aqueles todos que produzem — organizados em cooperativas. A palavra socialismo já diz que é a distribuição dos bens sociais de produção. Sem que isso signifique liquidar com a burguesia como classe. Porque em país socialista há uma diferença entre o operário e o embaixador, o diplomata, por exemplo. No País socialista haverá o intelectual, e o intelectual não é uma burguesia capitalista. É necessário criar a estrutura do País e ao criar a estrutura ele cria essa classe privilegiada mas que também produz.

O mito da guerrilha e a divisão dos exilados em Montevidéu, pós-64

No ano de 1965, a comunidade dos exilados brasileiros em Montevidéu estava dividida em dois partidos bem caracterizados: contra ou a favor da luta armada. Todos os recém-chegados — e não parava de aumentar o afluxo — eram de imediato cominados a se definir,sem rodeios ou tergiversações, por um dos dois campos antagônicos. Os partidários da luta armada, congregados em torno da figura prestigiosa do ex-governador Leonel Brizola, preponderavam de maneira incontrastável. Mercê disso, a doutrina da luta armada adquirira a força de um dogma, cuja rejeição acarretava para o exilado um virtual exílio dentro do exílio. Seria anatematizado como conciliador, termo cunhado antes de 31 de março para ferretear a política do Presidente João Goulart, a quem se acusava de haver dessa forma minado as forças populares e aberto caminho para o Golpe de Estado. De resto, o próprio Jango praticou em Montevidéu ato de contrição, aderindo à luta armada. Como corolário desta posição, ele e Brizola selaram pazes numa assembléia pública a que compareceu grande número de exilados. Os contrários à luta armada, enquanto isso, mostravam-se assaz diminutos, circunscrevendo-se em rigor quase que apenas aos comunistas, disciplinadamente representados por um delegado do comitê central.

Esta doutrina da luta armada, o que era afinal de contas? Em síntese, assentava na premissa da esterilidade da luta política como método para arrebatar o Poder aos que o haviam empalmado pela força e apenas pela força nele se mantinham. Como decorrência, não seria senão pela força que se poderia fazer reverter a situação. Demais, parecia axiomático que qualquer insurgência contra o novo regime teria êxito fácil, rápido e seguro. Mais ou menos em meados de 1964, uma análise do quadro político brasileiro conduziu à conclusão de que o novo regime revestia um caráter desenganadamente pretoriano, e pairava num vazio social quase absoluto. Concluiu-se, também, com base em informações oriundas do Brasil, que muitas bases do anterior regime — bases militares,sindicais e populares — restavam intactas, à espera apenas de uma iniciativa ousada que, rápido, conflagraria o País. Tudo teria que fazer-se dentro de um ano, o mais tardar. Após isso, o regime se consolidaria, tanto pela lógica natural das coisas como por força do término do mandato constitucional de Jango. O mandato iria até 1966 e isso emprestaria legitimidade à insurgência. Objetivo político: a restauração de Jango na Presidência. Objetivos econômico-sociais: as reformas de base preconizadas por Jango. Tudo se processaria na esteira da popularidade de Jango e Brizola — que se supunha enormemente aumentada depois dos acontecimentos de 31 de março.

•••

O movimento espoucaria através de uma série de pronunciamentos militares, aos quais se seguiria, inevitavelmente, uma explosão popular que levaria tudo de roldão.

Não cabe argüir, hoje e aqui, a escassa e talvez nenhuma objetividade destes cálculos. O importante é que a grande maioria dos exilados aditos à tese da luta armada acreditava neles firmemente. Multiplicavam-se as atividades conspirativas: viagens de emissários civis e militares entre o Brasil e o Uruguai; elaboração de planos; articulação de elementos de apoio, etc.

Porém o tempo foi se passando, sem que surgisse qualquer iniciativa concreta. Fatores os mais diversos eram invocados no sentido de justificar a demora, para desespero daqueles que compreendiam que o tempo conspirava inexoravelmente contra os conspiradores. Apreciados numa perspectiva histórica, os motivos esgrimidos para justificar os sucessivos adiamentos do projeto se afiguram bem pouco convincentes. Tudo leva à impressão de que, no fundo, as vacilações provinham de dúvidas sobre o acerto da tese da luta armada.

O coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório e o sargento Alberi Vieira dos Santos, então em Montevidéu, alinhavam-se entre os mais convictos e resolutos partidários do projeto. Impacientes com os titubeios e os adiamentos, queriam iniciar a ação logo e logo. Uma questão de simples coerência, parecia-lhes.

Só através da praxis se pode testar a validez de uma teoria. Jefferson e Alberi passaram desassombradamente à prática daquilo de que estavam imbuídos e que entendiam como o seu dever. A questão de terem ou não obedecido a instruções expressas dos líderes políticos que então viviam em Montevidéu será provavelmente objeto de intermináveis controvérsias, que não podem por enquanto ser

300 nomes no processo

Cerca de 300 pessoas foram processadas por envolvimento com a guerrilha de Três Passos. Mas somente em torno de 100 pessoas acabaram detidas. Entre os processados, estes são os mais conhecidos: Maia Neto, Sibilis da Rocha Viana, Neiva Moreira, Paulo Schilling, Dagoberto Rodrigues, Almino Afonso, Darci Ribeiro e Leonel Brizola. As informações que existem atualmente sobre o destino dos 23 guerrilheiros são poucas. Eles ainda foram julgados pela antiga Lei de Segurança Nacional (de 1954), e a maioria deles conseguiu a liberdade logo após o julgamento no ano de 1967.

Um outro fato também contribuiu para conseguirem penas reduzidas: os dois líderes, Alberi e Jefferson, assumiram totalmente a responsabilidade dos atos. Dos 23, quatro pegaram quatro anos de condenação — Valdetaro Dornelles, Firmo Chaves, Silvino Fraga e Odilon Vieira —, e os agricultores Manoel Aires e Arcelino Alves Dornelles foram condenados a dois anos de prisão. Terminada a guerrilha, cumpridas as penas, o pessoal, na maioria agricultores ou então moradores daquela Região, voltaram as suas antigas atividades. O velho Euzébio Dornelles, revolucionário de 24, 30 e 32 e na época com 65 anos, morreu, em conseqüência de um ataque do coração. Ao que consta foi o único. Alguns mudaram-se para o Mato Grosso. E dois estão trabalhando com açougues: o sargento Firmo Chaves, no Rio de Janeiro, e Adamastor Bonilha, em Rivera, no Uruguai. Outro detalhe: no Paraná, eles incorporaram mais um guerrilheiro, e a lista ficou com 24 nomes, apesar de o coronel sempre falar em 23:

— Jefferson Cardim de Alencar Osório: coronel do Exército.
— Alberi Vieira dos Santos: sargento da Brigada Militar.
— Firmo Chaves: sargento da arma de Artilharia do Exército, servia em Caxias do Sul, mas era carioca.
— Euzébio Teixeira Dornelles: agricultor de Campo Novo, e pai de três guerrilheiros.
— Valdetaro Teixeira Dornelles: professor rural de Campo Novo, filho de Euzébio.
— Odilon Vieira: locutor de rádio em Santa Maria.
— Adamastor Antônio Bonilha: líder portuário de Porto Alegre.
— Alcyndor Aires: comerciante de São Sepé.
— Silvano Soares dos Santos: agricultor de Campo Novo, irmão de Alberi.
— Alípio Charão Dias: pedreiro de Campo Novo.
— Manoel Ayres: agricultor de São Sepé.
— Arcelino Alves Dornelles: agricultor de Campo Novo, filho de Euzébio.
— Reinoldo Von Groll: agricultor.
— Arsênio Blatt: comerciário de Três Passos.
— Pedro Campos Bones: agricultor.
— João Antônio Marques: agricultor.
— João Batista Figueira: agricultor.
— Abrão Antônio Dornelles: agricultor, filho de Euzébio.
— Antônio Ribeiro Vogt: agricultor.
— Adão Oliveira da Silva: agricultor.
— Silvino Souza Fraga: motorista profissional.
— Francisco Soares: tio de Alberi.
— Corvo.
— Prates.

Nomes mencionados

Pedro Alvarez: ex-deputado, esteve exilado nos primeiros três meses após 31 de março de 64, é coronel reformado pelo Ato-1, reside em Porto Alegre.
Orlando Burmann: ex-prefeito de Catuípe.
Ivo Magalhães: ex-prefeito de Belo Horizonte.
Eliseu torres: advogado, reside em Cachoeira do Sul, sua cidade natal.
Apolônio Pinto de Carvalho: foi um dos líderes do grupo armado Aliança de Libertação Nacional, era 1º tenente do Exército, encontra-se exilado na França.
Joaquim Pires Cerveira: major reformado pelo Ato-1, ex-deputado paranaense pelo PTB. Foi visto pela última vez preso no Rio de Janeiro. Pelo que se sabe, também foi seqüestrado em Buenos Aires.
Paulo Schilling: ex-assessor do ex-governador Leonel Brizola, economista, hoje residindo em Buenos Aires.
Dagoberto Rodrigues: coronel reformado pelo Ato-1, ex-assessor de Brizola, continua exilado em Montevidéu.
José Wilson: ex-vereador pelo PTB, era o principal assessor de Brizola, uma espécie de Ministro da Guerra. Ele voltou ao Brasil, e é o único exilado militar, que foi reintegrado no Exército, e além disso recebeu promoção: passou de tenente a capitão. Hoje vive tranqüilamente em Porto Alegre.

"CUSPO NO CADÁVER DE LAMARCA!"

José Carlos Oliveira, capixaba de 44 anos, é autor e personagem. Como autor, ele se instalou há 17 anos na página 2 do caderno B do *Jornal do Brasil,* onde escreve crônicas — defendendo com raro brilho esse gênero já quase extinto do Jornalismo brasileiro.

Em 1972 publicou um romance, mas quase ninguém tomou conhecimento: o livro, com o título *O Pavão Desiludido,* foi muito mal distribuído e, segundo cálculos do próprio autor, não vendeu mais do que uns mil exemplares. Agora, ele está na praça com *Terror e Êxtase,* seu segundo romance, onde conta a história de *Mil e Um* e *Heleninha,* um preto, pobre e feio e uma menininha rica e bonita, ambos levados para a marginalidade pela absoluta falta de perspectiva na vida — ele para o crime pela pobreza, ela para as drogas pela miséria existencial. É um livro fascinante que, três meses depois de lançado, já é, merecidamente, um sucesso editorial.

Como personagem, ele é Carlinhos Oliveira, boêmio, irreverente, mulherengo, tipo folclórico que desfruta de larga fama em Ipanema e adjacências. Nesta entrevista (*) falam os dois: o autor e seu personagem preferido.

Você chamou o Osvaldo Brandão de fascista e foi processado por ele. Foi seu primeiro processo?

Não, tevê um outro, bem antes. Aliás, sou o único jornalista brasileiro processado depois do Estado Novo, em cinqüenta e poucos, e julgado por um júri popular como se fosse criminoso. Fui absolvido porque era menor (17 anos) e quem assumiu a responsabilidade foi o diretor do jornal. A acusação era calúnia, difamação e injúria. O negócio foi tão importante que saiu no *Repórter Esso,* da Rádio Nacional, em edição extraordinária.

Quem processou você?

Fui processado por 16 poetisas e uns quatro escritores-poetas de Vitória, Espírito Santo. Eram todos amantes uns dos outros e achavam que aquilo deveria ser mantido em sigilo. E eu escrevi que o que eles queriam mesmo era trepar. O que era muito bom, desde que dissessem a verdade, não ficassem botando sonetos parnasianos entre uma trepada e outra. Escrevi numa reportagem da *Folha do Povo,* de Vitória.

Você chegou ao Rio bem-recomendado, com processo em cima...

Mas ninguém sabia. Vim como provinciano, tinha 18 anos. Parei na UNE, passando fome. Inclusive eu era tímido demais, era de uma timidez mórbida. Escrevi uma reportagem na *Crônica Ilustrada* durante três semanas, depois fui para a *Manchete*. Cheguei na redação com um texto e perguntei quem era o diretor do jornal. "É aquele ali, o Hélio Fernandes". Cheguei para o Hélio Fernandes e mostrei a reportagem que estava escrita na máquina da UNE. Era um texto sinistro. O Hélio Fernandes sentiu aquele cheiro de corpo, de suor, mas agüentou firme e disse: "Está muito bom. Amanhã você aparece para indicar os locais para fazer as fotografias". Era uma reportagem sobre os párias do Rio de Janeiro, a miséria no meio da opulência. Exatamente como hoje, só que quando escrevi ainda era um provinciano e estava mais sensível a este problema do que quem morava aqui.

Quanto tempo você ficou na Manchete?

Não lembro exatamente. Mas foi bastante tempo. Aí fui ser copidesque no *Diário Carioca* para aprender Jornalismo, porque eu não tinha faculdade. Fui ganhando pouco para o *Diário Carioca* que era a grande escola, para aprender. Depois fui para a *Cruzeiro,* depois para a *Cigarra* que era meio *Cláudia,* meio *Homem* ou *Status*. Sofisticada, texto bom, literária. Um dia o gerente da *Cigarra,* Manoel Lopes de Oliveira, chegou para mim e disse: "Eu sei que o senhor bebe muito. Estou preocupado com isso porque a casa exige trabalhadores que não sejam boêmios... Eu falei assim: "Ô, seu Manoel o senhor acha que se eu não fosse um bêbado iria trabalhar na *Cigarra,* pô? Ele falou: "Tá bom, meu filho, vai trabalhar, vai" (Risos). Tinha 19 anos. Ele também era bêbado.

Você aprendeu no Diário Carioca o que queria aprender?

Aprendi a técnica. Mas depois saí. Fiquei noivo, precisava ganhar dinheiro, os jornais pagavam pouco e fui trabalhar em publicidade. Fiquei lá um ano e pouco e aprendi publicidade. Depois a minha noiva me corneou, eu dei uma porrada nela. Aí, parei de trabalhar. O cara chegou para mim e disse: "Pô, você é um redator ótimo. Por que não quer mais trabalhar?" Eu respondi que trabalhava para casar, a minha noiva me corneou e eu não quero mais trabalhar, vou embora, vou ser vagabundo em Ipanema. Depois eu descobri que era neurótico e fui fazer análise. Para fazer análise eu precisava ganhar dinheiro. Fui então trabalhar na *Tribuna da Imprensa,* no *Jornal do Brasil* e *Diário de Notícias*. Tudo junto. Às três da manhã entrava na Tribuna, largava às 10 e entrava na análise às 11. Ao meio-dia comia, e a uma hora era noticiarista no *JB,* até às seis da tarde. Às sete entrava no *Diário de Notícias*. Aí, eu chegava na análise e dormia, era só o tempo que tinha para dormir, pois no resto precisava ganhar dinheiro para pagar a análise.

E o dinheiro dava?

Eu ganhava bastante dinheiro, pagava análise, 13 contos de análise, pagava apartamento e tudo. Depois me apaixonei por uma mulher rica pra burro, fugi com ela. Mas a mulher era doida, tinha um apartamento enorme, de cobertura e queria que eu ficasse com ela o dia inteiro. Eu dizia que não ia ficar o dia inteiro ao lado de uma mulher, eu sou jornalista aprendendo a ser escritor, tenho que trabalhar. Ela ficava o dia inteiro ameaçando se suicidar. Então, consegui uma viagem para Brasília. Fiquei uns tempos por lá com meus amigos jornalistas que estavam na Fundação Cultural de Brasília. Depois voltei e fiquei vagabundeando uns tempos. Escrevia contos e críticas de cinema e literatura no Suplemento Dominical do *Jornal do Brasil*. Já era escritor. Aí lancei o livro *Os Olhos Dourados do Ódio*. Livros de ensaios, não livro de crônicas. É um livro que fala de suicídio, incesto, assassinato. Eu quase fui linchado porque defendi a *Fera da Penha,* na semana em que ela foi presa.

Por que você defendeu a Fera?

Porque eu disse que era coisa de machão. A tese que eu defendi é irrespondível até hoje. O cara era casado, tinha uma filha e era amante da Fera, que se chamava Neidi Lopes. Aí ele botou um filho na Neidi Lopes, mas para não estragar o casamento dele, ele não queria escândalo, adorava a filhinha e tal, então fez ela fazer um aborto. Aí ela foi e matou a filha do cara. Eu achei que ela fez muito bem. Olho por olho, dente por dente. Quase fui linchado.

"Falo na miséria do Terceiro Mundo. A miséria material e a miséria moral, o suicídio, o assassinato de uma criança"

O fenômeno Fera da Penha foi um conto criado pelo jornalismo que se fazia na época:

A *Fera da Penha* foi uma tragédia grega que aconteceu na realidade, que traumatizou a opinião pública. O jornalista que chamou-a de *Fera da Penha* era um gênio porque sintetizou o pensamento popular. Acho que está errado, mas como jornalista está certo. Agora, eu fiz o primeiro artigo feminista no Brasil a respeito disso. Que a culpa era do marido, do pai da criança. Chamava-se O Desafio das Moças, saiu no caderno do *JB,* foi uma barra.

Aí você se tornou colunista do JB?

Não. Quando houve a confusão da renúncia do Jânio, eu tive uma briga com o diretor de redação do *Diário de Notícias,* Acelino Leite, que era ao mesmo tempo censor, e pedi demissão. Quando passou a confusão, tava surgindo o Caderno B e eu fui falar com o Reinaldo Jardim: "Reinaldo eu preciso trabalhar. Ele falou para escrever uma crônica. Saiu um negócio bom e eu não parei mais de escrever crônica. Foi no dia 12 de outubro de 1961.

Com o dinheiro do JB dava para pagar o apartamento e a análise?

Eu não estava mais fazendo análise. Mas não dava não. Ganhava pouco e não estava nem na folha de pagamento. Era colaborador *Free-lancer*. O próprio Caderno B era uma experiência que não estava consolidada. Por uma coincidência agradável, as minhas crônicas davam o tom do Caderno B, davam o espírito carioca da época. A gozação, a farra, a boate.

Como é o seu primeiro romance, O Pavão Desiludido?

O verdadeiro nome, que eu não botei porque ninguém entenderia era *Nasce um Artista no Terceiro Mundo*. É um livro sobre a miséria do Terceiro Mundo, com uma linguagem pobre. Um texto seco, como se a minha linguagem fosse pobre. É a mesma coisa do cinema novo, que você filma com câmera enferrujada, pedaço de filme que pediu emprestado. É um livro deliberadamente pobre, sem palavra de cem cruzeiros. Só tem palavra de um cruzeiro. Antes dele teve um livro de crônicas, **A Revolução das Bonecas.**

E depois?

Fiquei muito tempo escrevendo crônicas narrativas, contos, e tentando escrever um romance que não saía. **Terror e Êxtase** só viria a surgir em 1976.

O que há de comum entre esses trabalhos anteriores e Terror e Extase?

Era tudo a mesma coisa. Eu falo na miséria do Terceiro Mundo. Se não é miséria material é a miséria moral, é o suicídio, o assassinato de uma criança. É tudo crime de pobreza, pobreza cultural, pobreza espiritual, pobreza filosófica, falta de dinheiro, fome, ignorância. É a realidade brasileira. Eu não sei se é o mal dos nossos tempos. É uma doença que nós temos.

Você escrevia sobre violência e amenidades de forma alternada. Como é que se faz isso, como é o comportamento para fazer isso?

É o seguinte. A semana tem sete dias, eu fazia seis crônicas, porque o jornal não saía na segunda. Então eu fazia três crônicas amenas e três crônicas pesadas, sérias. Por exemplo, sobre política internacional, sobre experiências traumáticas, assassinatos. Agora, o leitor só guardava o perfume, a coisa boa.

Você acompanhou o Surgimento de Ipanema, que tinha o clichê nacional da "juventude dourada e despreocupada". Você colaborou para isso através dos seus artigos?

Houve um tempo em que eu fiquei deslumbrado, totalmente alienado. Co-

(*) **Os entrevistadores foram Jefferson Barros, Paulo Totti, Gilberto Pauletti e José Antônio Severo**

"Meu romance não tem mendigos. Todas as pessoas que estão sendo injustiçadas estão com as armas na mão. Quem está com fome pega uma arma e vai buscar comida".

mecei a gostar da sacanagem, comecei a freqüentar grã-finos. Eu ganhava pouco no jornal, mas os grã-finos me davam champanhe e uísque maravilhosos, me davam mulheres deles para eu comer, fantásticas. Eu achava isso ótimo. Eu era o príncipe e o mendigo. Andava mal vestido como ando agora, mas comia as mulheres vestidas de *Saint Laurent*. Andava nos clubes maravilhosos. Quando começou a pauleira de 64, o chefe da polícia do Lacerda fez a lista dos comunistas, esquerdistas e tal. Então, comecei a misturar crônicas de amor com outras. Na **Revolução das Bonecas** tem muito. Eu fazia uma crônica frívola de amor... Uma se chama assim: "Vamos entrar na Lista Meu Amor?". Era assim: esculhamba o Governo, chama todo mundo de fascista, eles botam a gente na lista a gente cai na clandestinidade, vai morar numa cidadezinha, vai ser ótimo".

Quando é que você percebeu que cair na clandestinidade não iria ser ótimo?

Eu não percebi, não. Ainda acho que seria ótimo. Acontece que enquanto isso eu ia escrevendo coisas sérias. As pessoas pensam que eu sou um produto da natureza. Eu não sou. Eu estudei filosofia profundamente, estudei surrealismo, sou especialista em surrealismo, estudei cultura, cinema. Sou o primeiro cara que traduziu o Bergman no Brasil. Li todos os clássicos da literatura brasileira. Quer dizer, eu tenho formação.

Mesmo fazendo brincadeira, faço também coisas sérias. As pessoas que gostavam de brincadeira liam sobre brincadeira e as pessoas que gostassem de coisas profundas encontravam na brincadeira, coisas profundas. Não acho que você, para ser uma pessoa séria, responsável socialmente, deve ser chato, triste. Eu acho que é bom fazer absurdos, piadas em geral. Atualmente escrevo crônicas que são de humor negro. As pessoas pensam que estou falando sério, mas estou rindo. Só que é um riso de hiena.

E em 68, como é que foi?

Em 68 eu era um cronista que ninguém sabia se estava falando sério ou não. Até hoje sou assim. Um dia escrevo uma crônica dando uma porrada no Governo, no outro dia escrevo uma crônica falando mal da Rússia, porque eu sou anticomunista de Moscou, sou contra aqueles comunistas de merda. Então o cara vai me prender hoje, lê o *Jornal do Brasil* e vê que eu estou esculhambando o Stalin. Não dá para entender. Eu não sou militante. Não sou herói. Sou um esperto, um malandro. Agora, nunca deixei de escrever a verdade e nunca deixei de dizer o que está acontecendo.

A censura nunca o incomodou?

Nunca.

Nem a do jornal?

Nem a do jornal.

O general Figueiredo disse recentemente que o único colunista que escrevia o que queria neste país era o Carlos Castello Branco...

Por que ele está falando em política, eu sou cronista. É porque Figueiredo não sabe que cronista é político também. É o caso do Brandão me processar. Se fosse o Zé Inácio Werneck, ele não processava, porque ele acha a coisa mais natural ser esculhambado por um cronista esportivo. Isso é no Brasil inteiro. Um general pode dizer que outro general é filho da puta. Mas um civil não pode. O Brasil é um País de castas.

Quais são as castas?

É o militar, é o político... O Castello Branco pode esculhambar com o Presidente da Câmara. Eu não posso, porque a mulher dele lê, a filha dele lê. A menina de 16 anos, filha do Presidente da Câmara não lê Carlos Castelo Branco. Lê o Carlinhos Oliveira. O Castello é especializado, a crônica dele tem conseqüências práticas imediatas, a minha não. A minha é a manifestação de uma individualidade exacerbada, revoltada. Eu sou contra tudo, em bloco, então ninguém me leva a sério. O SNI não me leva a sério. Se um delegado vai me torturar eu digo tudo. Digo até que a minha mãe matou Kennedy. Entrego todo mundo. Dou o endereço da velha.

Gostaria que você descrevesse o clima daqueles anos mais duros, quando você esteve próximo de pessoas perseguidas...

Eu estive muito mais próximo do que vocês pensam. Almoçava toda a segunda-feira com um colega meu no Caderno B e que morava no mesmo prédio que eu, com um lance de escada de diferença. Se chamava Fernando Gabeira, que seqüestrou o embaixador. Eu era namorado da Heleninha que seqüestrou o embaixador. Eu tava por dentro. Todos os jornalistas do Rio estavam por dentro que tinha gente sendo torturada. Só que não dava para publicar. Que tinha guerrilha no Pará. E vivemos um sofrimento infernal. Ipanema era e ainda é todo o foco de irradiação do sofrimento brasileiro. Por mais incrível que pareça. É o que tentei provar através de alegoria em *Terror e Êxtase*. Toda aquela alegria, o sol, as bundas de fora escondem um sofrimento intolerável. É onde estão as pessoas mais sensíveis do Brasil: os artistas. Eu peguei Ipanema na época da Garota de Ipanema, da bossa nova, peguei a época da minissaia, dos Beatles. Tudo tá registrado no *JB*.

Você retratou tudo isso mais com emoções, sentimentos, do que com fatos...

Por que eu não sou animal político, porque meu enfoque é moral, no sentido francês, psicológico e filosófico. A política entra apenas quando ela traduz um comportamento. Eu não penso em política como política. Crônica minha não vai mudar porra nenhuma. Eu acho que não vou mudar o regime brasileiro. Mas vou mudar o comportamento de certas pessoas que estão fazendo certas coisas que não devem ser feitas.

Quem é o seu público?

É constituído de 80% de pessoas de trinta e quarenta anos, cultas e inteligentes e de uma porção de jovens com 20 anos que se identificam com meu lado destrutivo, suicida.

O ipanemense típico sofre destas dores de suas crônicas?

O alcoolismo, por exemplo. Eu falo muito de porre. Quando eu falo que estou de porre, falo para segurar um cara que está de porre querendo dar um tiro na cabeça. Ele sabe que estou falando para ele, que não está sozinho, não é o único cara. Isso que eu chamo de enfoque moral. Não é moralismo. Moral, no sentido francês da palavra.

"Se você é viciado em tóxicos e tiver orgulho disso, achar que é o seu suicídio, você está a um passo da doçura. Mas se você acha que a culpa é da sociedade, você não merece viver"

Você agride em benefício do agredido?

Eu agrido em benefício do agredido, porque acho que ele não deve ser inferior a ninguém. Todo homem deve ter orgulho, acho que vaidade é uma besteira, a humildade é uma coisa vergonhosa, de mendigo. Todo homem deve ser orgulhoso. Se você é viciado em tóxicos e tiver orgulho disso, achar que é o seu suicídio, você está a um passo da doçura. Mas se você acha que é infeliz porque está fazendo aquilo que ninguém faz e bota a culpa na sociedade, então você é um merda, não merece viver.

Você é considerado careta, por quê?

Sou careta e católico. Porque eu quero, porque me sinto muito bem.

Para escrever é preciso disciplina, como é que você faz?

Eu sou disciplinado até para beber. Até para botar o dinheiro na carteira tem que ter noção de hierarquia. Você bota os dez cruzeiros aqui, os cem aqui, os quinhentos ali, as moedas aqui. Ninguém bota os quinhentos na frente e os cinqüenta atrás.

Além da gastrite de que mais você sofre?

Não sofro de nada, nem de gastrite. Isso é psicossomático. Eu trabalho com os nervos e sinto todos esses dramas da realidade. Isso vem tudo para o estômago. Que nem no poema do Drumond que diz que o cara sofre porque não pode dinamitar sozinho a Ilha de Mahnatan.

O álcool, então, é a sua autodestruição?

É. Mas se você for pensar que Machado de Assis era epilético, hoje acha isso bacana. Não acharia naquela época. Lima Barreto era alcoólatra. Dostoievsky era epilético e jogador. As pessoas não gostam de ser contemporâneas do sofrimento de quem é artista. Eles acham que o artista está acima destas contingências. Eles acham que os artistas não fazem cocô.

Como é o mundo que você quer construir depois de destruir esse?

Não. Eu quero destruir esse para ver como se pode fazer. Não sei como é o outro.

Você diz que escreve para ajudar a mudar as pessoas. Isso é cristianismo?

Eu sou cristão. A geração anterior a nossa teve um trauma. Foi Hitler e Stalin. Quem continua stalinista é um filho da puta e assassino, como o capitão Lamarca. Agora vou dizer uma coisa certa: eu acho que o capitão Carlos Lamarca (1) é um assassino. Tão assassino como os torturadores do DOI-Codi. Porque ele pegou um prisioneiro de guerra e o matou a coronhadas de fuzil para o cara não gritar e ele não ser descoberto. Se ele tinha declarado guerra ao Estado, tinha, ou que morrer lutando, se render, ou dar um tiro na cabeça. Ele não podia matar o prisioneiro. Isso é crime de guerra. Ele é tão execrável quanto o cara que matou o Vladimir Herzog. Se ele tomasse o Poder, iria dar choque elétrico em vocês. Eu cuspo na cara do cadáver do capitão Lamarca.

Você dizia que a geração anterior teve um trauma...

A geração política teve esse trauma do nazismo, do fascismo. A geração dos artistas, dos sonhadores, dos liberais teve o trauma dos judeus perseguidos. Você não pode viver feliz num mundo em que mataram seis milhões de judeus. Isso não é político, é moral.

Aonde é que entra o problema do cristianismo?

Ah, bom. O problema do cristianismo é que eu fui batizado, criado no catolicismo e, por uma questão de esnobismo intelectual, deixei de acreditar nestas merdas. Daí pensei duas coisas. Primeiro: fizeram a minha infância e adolescência tão sofrida que eu não creio em nada e estou sofrendo por duas coisas — pelos que me fizeram sofrer e porque eu me fiz sofrer. Então resolvi eliminar tudo o que fizeram contra mim e voltar a ser católico por minha própria vontade. Segundo: eu vejo um cara que é marxista, ateu, e, no entanto, é capaz de morrer fulminado por um enfarte se o Fluminense perde para o Botafogo. Eu prefiro morrer por Deus. Não sou praticante. Eu acredito na minha infância. Eu não posso perder a alegria que eu sentia quando ia ver as meninazinhas, com aquelas sainhas, aquelas perninhas, rezando Ave Maria.

Sua infância foi...

Minha infância foi como a de todo o mundo, só que eu tive a coragem de contar. É uma veleidade burguesa dizer que a infância é a quadra mais feliz da existência. Mentira. As crianças sofrem pra cacete.

E a Cláudia Lessim. Você sabe bastante coisa sobre a morte dela...

Eu estudei os *hippies* e os narcóticos desde 65. Eu sei tudo direitinho. Paralelamente ao desbunde político, à guerrilha urbana, houve uma guerrilha existencial, uma guerrilha interna que era a pessoa tentar se destruir. Isso era o tóxico.

Terror e Êxtase não fala em delinqüência, fala em terrorismo. É uma guerra...

Terror e Êxtase tem um dado fundamental que ninguém prestou muita atenção. Ele não tem mendigos. Todas as pessoas que estão sendo injustiçadas estão com as armas na mão. Ninguém pedindo esmola. O cara está com fome, pega uma arma e vai buscar a comida para comer. Isso nunca se fez no Brasil. É um livro revolucionário. Eu sou pobre, miserável, preto, favelado, então vou pegar uma arma daquele cara que está trepando naquele carro ali, dou uma porrada na cara dele, pego o carro dele, como a mulher dele e vou viver a minha vida. Não tem mendigo.

Mas no momento em que a filha da burguesia participa disto, passa a conviver com ele, qual é a simbologia?

Você está fazendo um enfoque de realismo socialista. Ela não pode ser condenada por ter nascido rica. Ela é um ser humano. **O Mil e Um,** que é um miserável, não tem mãe, nem pai, nem casa nem nada, é tão pessoa quanto ela que nasceu rica. Ela é filha da burguesia. A guerrilha urbana não foi feita por filhos da burguesia?

O livro mostra uma aliança desesperada e sem futuro entre uma filha de pais ricos com um cara que a agride. Isso tem algum simbolismo ou mostra o mundo de Ipanema?

Não sei. Você acha que tem algum simbolismo Fidel Castro ser filho de latifundiário. Qual é a simbologia do médico que está em Nova Iorque virar Che Guevara? Heleninha é uma moça que caiu numa trama. A situação é uma menininha e um homem. O homem é pobre, assaltante, assassino. A menina é rica e bonita. Esta é a situação. Eu queria fazer uma história para divertir as pessoas e mostrar uma situação do mundo em que eu estou vivendo. É como pintar o retrato de uma pessoa. É só isso. Eu sou um contador de histórias. A menina não é filha da burguesia, não é filha de ninguém. Ou você não acredita na liberdade individual?

Como é que se mantém a liberdade individual? Na base da malandragem?

Não. Pode manter com um revólver na mão. Pode não ter compromissos ou não querer ter compromissos. Se ele é livre... Por que o **Mil e Um** era um assaltante e não membro do Partido Comunista ou Testemunho de Jeová? Porque eu quis. Achei mais bonito um cara assassino, lutando pela vida com uma arma na mão, do que um cara que foge para uma doutrina, feita por um barbudo bestalhão que ficava lá em Londres, fazendo uma organização para o mundo. O Marx era tão bobalhão como o **Mil e Um.** A diferença é que ele era muito mais inteligente.

Realmente o que você pretende? Às vezes sendo profundo na análise das coisas, bastante sério mesmo e em outras como essa, comparando o Marx ao Mil e Um...

---

(1) — O episódio aqui citado é a execução do tenente Alberto Mendes Júnior, integrante das tropas que combatiam os guerrilheiros chefiados por Carlos Lamarca, no Vale da Ribeira, em SP, em 1970. O tenente caiu preso e, condenado à morte, foi morto a coronhadas — os guerrilheiros estavam cercados e se o matassem a tiros chamariam a atenção.

Você está dando uma opinião... (confusão generalizada).

• • •

Por que as pessoas procuravam se destruir naquilo que você chamou de guerrilha interna?

Porque eu acho que o ser humano é inútil, não tem causa nenhuma. Se tivesse uma explicação, estava todo o mundo salvo. Acontece que o ser humano está aqui para nada. Lançado ao léu.

A guerrilha interna não tem causa então?

Nem a externa. Tudo é uma busca de fazer alguma coisa, uma saída para a vida, porque a vida definitivamente não tem sentido.

Você se queixa de que não come. Por quê?

Eu estou doente. Eu sofri um processo de desgaste moral. O Brasil não está bom e eu sofro. Acho o Brasil um inferno, um País inviável e insuportável. Aqui você só tem duas soluções: se tem gabarito intelectual e bagagem cultural ou fica razoavelmente rico ou fica na miséria. Não um ponto de honradez, decência, dignidade no meio termo. E ficar pobre no Brasil é terrível porque todo mundo tem horror de pobre. Brasileiro é racista social. Um preto com um milhão de cruzeiros é bem-tratado. Um branco com cinco cruzeiros é tratado como um cachorro. O brasileiro não suporta gente pobre decente.

Mudando um pouco, você já esteve em Porto Alegre?

Estive em 1961 recolhendo objetos folclóricos para a Fundação Cultural de Brasília. Fiquei 20 dias com um frio terrível. Estava com um pé quebrado, andando de muletas, arranjei uma guriazinha lá que cuidou de mim. Comi muito churrasco, bebi muito vinho e fui embora. Fui na casa do Érico Veríssimo e aí que eu descobri que ele era um cara fora da realidade.

Como é que foi isso?

Cheguei lá e me apresentei: "Sou José Carlos Oliveira, do *JB*". Naquela época estava escrevendo bem, palavras de cem cruzeiros. Tava lá ele, a Mafalda, um casal de psiquiatras e o filho dele, aquele menino que tocava saxofone. Ele me falou das paineiras e eu falei assim: "Achei a sua descrição das paineiras muito bonita". Ele estranhou, ficou um silêncio na casa e ele perguntou: "Como você sabe que escrevi sobre as paineiras?". Eu respondi que tinha lido no catálogo telefônico. Ele perguntou: "O quê?" E pediu para a Mafalda trazer um catálogo telefônico e tava lá na primeira página: "As paineiras de Porto Alegre, por Érico Veríssimo". Ele disse: "Eu nunca tinha visto isso". Aí eu vi que o Érico Veríssimo não entendia nada de realidade. Estavam roubando um texto dele e ele não sabia. Depois um dia ele esteve no Rio. Eu tinha uma amante maravilhosa, riquíssima e nós fomos mostrar a casa do marido dela pro Érico Veríssimo, um palacete. Depois ele me deu um livro com uma dedicatória: Carlinhos, eu te encontrei duas vezes na vida e as duas foram completamente misteriosas. A primeira naquela história das paineiras do catálogo. A segunda num palacete do marido de uma mulher que é sua mulher e que está conosco".

Hoje como é que você vê o Rio Grande, o gaúcho?

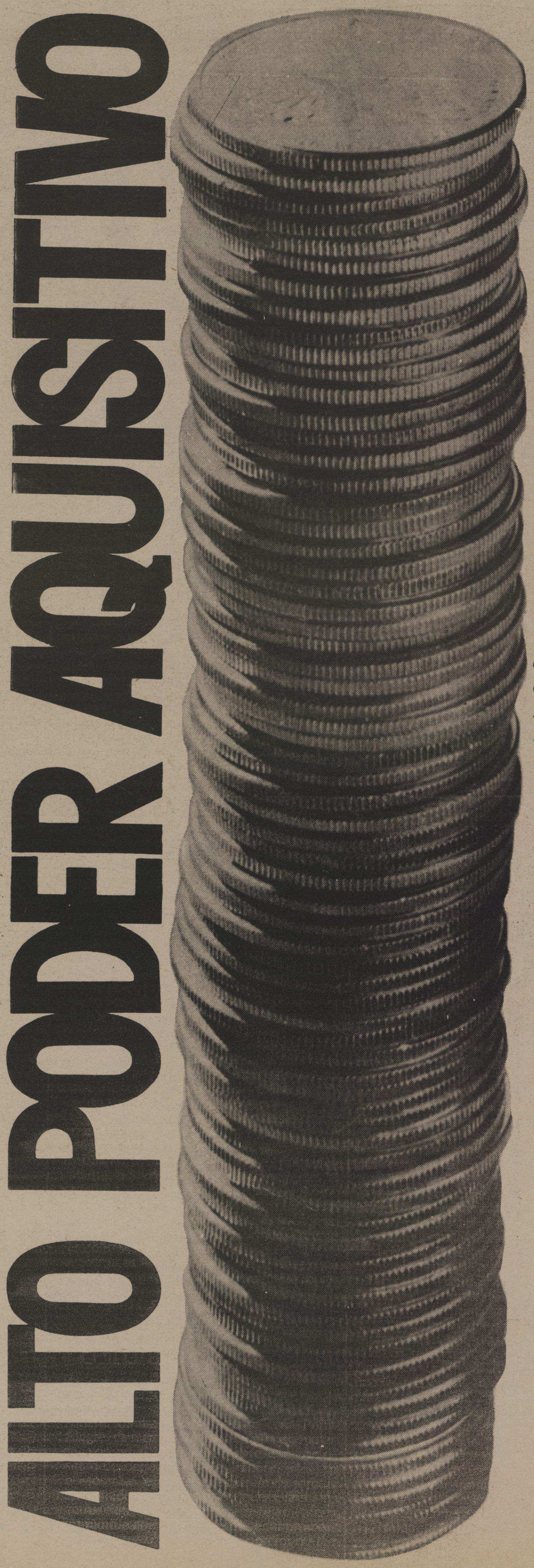
Eu acho que todo o gaúcho é fronteiriço. Psiquiatria de fronteiriço é aquele que tá com o pé no hospício e não sabe. Vem tudo para Brasília tomar o poder e fazer ditaduras ferozes. Todos os que chegam aqui querem tomar o poder e sacanear o povo. Gaúcho gosta do poder e não gosta do povo.

O que você acha do Luís Fernando Veríssimo?

Excelente. Maravilhoso. Escreve bem pra burro. Ele tem um humor rarefeito, um humor que não é para todo mundo, um pouco sofisticado mas ele é meio brasilianista.

Como o Paulo Francis?

Mas ele é mais contundente. O Paulo Francis é um brasilianista, porque tem ódio do Brasil. Queria ter nascido em Nova Iorque. O Luís Fernando não. É porque o pai dele vivia viajando e ele tem uma visão de mundo cosmopolita.



Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs. do dia.

RÁDIO UNIVERSAL FM STEREO

Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 23.80.11 ou 23.07.53 e multiplique suas vendas na classe "A".

REGISTRO

VIOLÊNCIA POLÍTICA & CORRUPÇÃO, de Reinaldo Cabral e Mário Augusto Jakobskind. Os Governos autoritários mais cedo ou mais tarde não conseguem esconder a larva da corrupção que se desenvolve no casulo da violência. E os dois autores tentam provar isso, analisando os últimos 14 anos do País: salário, violência, esquadrão da morte, atuação da imprensa, mobilização popular e resistência dos trabalhadores são analisados nas 100 páginas do livro editado pela Opção.

A EXPRESSÃO DRAMÁTICA DO HOMEM POLÍTICO EM SHAKESPEARE, de Barbara Heliodora. Depois de ler este livro, Antônio Cândido afirmou que um de seus traços positivos é a importância dada ao destino social da obra: "Do livro se desprende a visão de um Shakespeare acessível por causa de sua ampla visão política e por causa de sua ligação com o Tempo". É da Paz e Terra, 338 páginas.

PEGA GENTE, de Ulisses Tavares. Livro de bolso, traz os poemas de alguém que busca identificar sua criação dentro de um processo social em que é agente e não objeto. Publicação da editora Pindaíba, de São Paulo.

POLÊMICA: EUROCOMUNISMO X LENINISMO, da editora Vega, de Belo Horizonte. Neste primeiro número da coleção Polêmica, Giorgio Amendola, Louis Althusser, Ernest Mandel, Hans-Magnus Enzensberger e Leon Trotsky expõem as bases de duas doutrinas dentro de um único quadro: o comunismo.

POR QUE CLÁUDIA LESSIN VAI MORRER, de Valério Meinel. É um romance-reportagem sobre um acontecimento dos mais discutidos no País o que, para início de conversa, é raro, em se tratando de crimes/fatos ocorridos na alta sociedade. A ousadia do jornalista lhe valeu o Prêmio Esso de Reportagem do ano passado. Ele retira o acontecimento do passado e o enxerta num presente sempre renovado porque semelhantes fatos continuam a ocorrer, longe dos olhos dos jornais e da televisão.

1964: GOLPE OU CONTRAGOLPE?, de Hélio Silva. É uma história dos tempos atuais. Recentemente, multiplicaram-se as obras sobre a história de fatos que *ainda estão acontecendo*. Na escola, as pessoas se acostumam a saber o que aconteceu no Brasil de Pedro Alvares Cabral até o fim da República Velha, em 1930. De novo está aí Hélio Silva com um completo e documentado estudo sobre o movimento militar de 1964. Quem edita é a LPM, com 492 páginas.

O MITO DA CULTURA DE MASSA, de Alan Swingewood. Este autor inglês faz uma revisão das teorias da cultura de massa usando o ponto de vista marxista. Para quem se acostumou a uma intoxicação do funcionalismo norte-americano vale a pena. Analisa Ideologia/Comunicação de Massa e o problema da legitimidade, entre outros temas. É da editora Interciência e custa Cr$ 110,00, 120 páginas.

RIO DE JANEIRO: A VIDA DA CIDADE REFLETIDA NOS JORNAIS, de Delso Renault. O autor vem provar que jornal é uma fonte de consulta válida para pesquisas históricas ou sociológicas. Analisando jornais antigos, ele traça uma quadra da cidade durante os primeiros vinte anos da segunda metade do século passado. É da Civilização Brasileira, 315 páginas, Cr$ 70,00.

UM BISTURÍ CORTANDO EM SILÊNCIO

TRADIÇÃO, FAMÍLIA E OUTRAS ESTÓRIAS, de Tânia Faillace, Editora Ática, 190 páginas, Cr$ 110,00.

As palavras são um bisturi. A um sinal, a luz branca é focada e a operação tem início. A lâmina corta em silêncio. Sobre a mesa de operação, o corpo se imobiliza, parecendo cadáver; vez ou outra se contorce, ameaçador.

Uma lente de aumento mostra que este corpo social que sofre a intervenção se compõe de milhares de rostos; nele, artérias conduzem ora o sangue quente de ódio, ora de amor. Sob a luz branca ninguém sabe se o corpo está vivo ou morto. Sobra uma certeza no laudo médico *Tradição, Família e Outras Estórias* assinado por Tânia Faillace: está podre. E cheira mal.

O leitor que acompanhou a autora quando trabalhava no diário gaúcho *Hoje*, de curta duração, está familiarizado com a maioria dos contos e mesmo com o estilo. Se o livro desfolhasse, cada conto se incluiria perfeitamente num determinado espaço social, num determinado espaço de Porto Alegre, onde vivem dominantes e dominados. A conexão entre os setores de *Tradição, Família e Propriedade* é constituída pela última parte do livro: *Terror*.

Em *Tradição,* o bisturi abre venerandos cadáveres; em família, corta a carapaça da classe média e vasculha o que vai dentro: desde a típica *célula mater* da sociedade, às preocupações de uma sala de redação de um jornal da cidade; talvez no *Terror* o bisturi tenha menos trabalho pois desde o princípio (no livro, na época em que os contos foram escritos, em Porto Alegre, no país) o terror esteve sempre à mostra. No livro, serve apenas de confirmação.

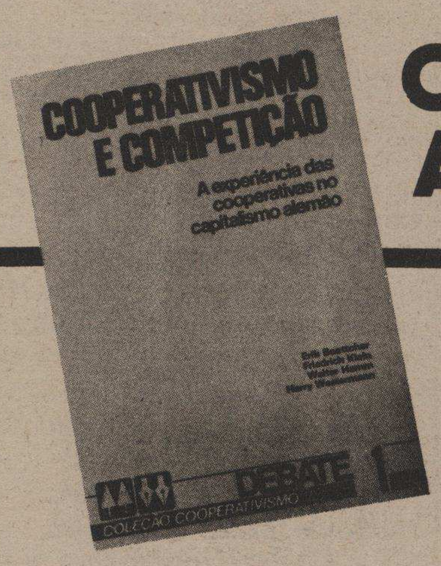
O instrumento corta preciso, medido, direto. Porque a linguagem em *Tradição, Família e Outras Estórias* não tem firulas. Na maioria dos contos, a narrativa se veste de repórter e vai mostrando o que existe debaixo de cada corte. É certo que algumas vezes o bisturi mastiga e não vai à frente, especialmente em alguns contos de *Propriedade*. Um exemplo é *Três, Quatro, Feijão no Prato*. O bisturi não rompe espontaneamente o tecido, talvez devido ao excesso planejado.

A autora disse numa entrevista recente que o livro fora planejado em seus mínimos detalhes. Daí um problema. Como criar a partir de um tema dado? A resposta talvez seja simples considerando-se a Literatura um trabalho e não fruto de inspirações furtivas. E se inspirações ajudam, são dirigidas, para que antecipadamente se conheça a árvore que nascerá da semente. Pensando melhor, talvez o controle da inspiração seja algo muito tolo, pois ela vem com antecedência na história do próprio autor dentro de seu meio social. E poucos desconhecem as posições de Tânia fora da Literatura.

E tem mais: logo às primeiras páginas, os temores de artificialidade vão se diluindo, medo de que o bisturi mais mastigue do que corte. Acredito que a lâmina foi melhor em *Tradição* e na *Família* — auxiliada por uma lâmina secundária, a ironia — e no *Terror*. Porque conhecemos melhor a classe média que somos e tudo que a cerca — além, é claro, o terror que nos envolveu a todos. Já a experiência dos marginalizados é mais difícil de se apreender.

No conto *Terror,* os ratos invadem a cidade. O bisturi levanta uma camada e os mostra revolvendo latas de lixo. Novo corte, são bandos deles correndo ligeiros, pardos contra o céu. Matá-los? Recuperá-los? O leitor se faz a pergunta e se posiciona, até que no corte final a identidade dos ratos se revela e o leitor se descobre também paciente do bisturi. Exemplos como este se multiplicam porque, a bem da verdade, quem lê sempre estará situado entre dominantes ou dominados, na maioria das vezes entre os primeiros.

Sérgio Caparelli



Cooperativas e Capitalismo. A Experiência Alemã.

Erik Boettcher Walter Hamm
Friedrich Klein Harry Westermann

Eles estão descrevendo toda a experiência do cooperativismo alemão na busca da sua adaptação com o regime capitalista.

Uma publicação da CooJornal em convênio com a Fidene de Ijuí, com o patrocínio da Cotrijuí.

"COLEÇÃO COOPERATIVISMO. SELO DEBATE Nº 1."
Preço de capa: Cr$ 75,00
Solicite o seu exemplar pelo reembolso

Preencha este cupom e remeta para a CooJornal.

cooJORNAL Rua Comendador Coruja, 366/372
90.000 — Porto Alegre — RS

Nome: _____

Rua: _____ Bairro _____

Cidade: _____ CEP _____ Estado _____

_____
Assinatura

Não mande dinheiro. Só pague ao receber o livro.

coojornal

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira Cooperativa, de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembléia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembléia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bones da Costa
Secretário
Osmar Trindade

Redação
José Antônio Vieira da Cunha, Rosvita Saueressig, Jorge Polydoro, Tomás Pereira, Waldoar Teixeira, Elaine Lerner, Lenora Vargas, Marco Antônio Schuster, Rafael Guimarães, Najar Tubino, Maria Angélica de Moraes, Leonardo Dourado, Sílvio Corrêa, Marina Wodtke, Lilian Bem David, Jorge Gallina, Baru Derquim, Maureci Santos, Pedro Flores (**editores, repórteres, diagramadores e fotógrafos**), Sérgio Batsow, Edgar Vasquez, Juvenal da Luz, Luiz Carlos Ferré (**arte**), Luiz Recena Grassi (**Brasília**), Gilberto Pauletti (**Rio**), Geraldo Hasse, Jorge Escosteguy (**São Paulo**), Gleizer Naves (**Belo Horizonte**), José Maria de Andrade (**Recife**), Paolo Marconi (**Salvador**), Luiz Lanzetta (**Florianópolis**), Zélia Leal (**França**), Eva Dürr (**Alemanha**), Moema Bauer (**México**), Licínio Azevedo (**Moçambique**), Caco Barcelos (**Nova Iorque**), José Reis, Quilda Terezinha Cardoso e Mozart dos Santos (**arquivo e laboratório**).

Industrial
Francisco Alba (**coordenador**), Lindomar da Silva, Sílvia Berni, Edison Ubiratan Trindade, Maria de L. B. Lima (**revisão**), Carlos Milton Rios (**produção**), Júlio Ferrari, Atil Vineton, (**fotolito**), Paulo Sá, Ivan Carlos Franco, Hélio Pinho, Júlio César Martins (**fotocomposição**), Luiz Augusto de Oliveira, Luiz Gustavo Machado, Léo Roberto dos Santos (**montagem**).

Administração
Eládio Vieira da Cunha

Comercial
Enio Lindenbaum, Francisco Cleber Bressani

Circulação e Assinaturas
Renan Carvalho Rodrigues (**coordenador**), Suzi de Ávila Berni e Gilberto Taurino.

Números atrasados
A venda somente a partir da edição nº 13. Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL

Endereço
Rua Comendador Coruja, 372
CEP 90.000 — Porto Alegre — RS
Fones 218984 e 240951 — Telex (051) 1605
Registro nº 33170/Livro A-1
Impressão: Diário de Notícias
COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (**Presidente**), Tomás Pereira (**Vice-Presidente**), Rosvita Saueressig (**Secretária**), Affonso Ritter, João Souza, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Pedro Maciel, Baru Derquin, Jorge Gallina, José Emanuel de Mattos, Ricardo Chaves e Sérgio Batsow (**Conselheiros de Administração**), Antônio Oliveira, Agnese Schiffino, Danilo Ucha, Hermelindo Macedo, Luiz Vitello e Regina Vasques (**Conselheiros Fiscais**), Assis Hoffmann, Elmar Bones, Hélio Gama, João Aveline, Luiz Carlos Merten, Carlos Bastos, Jorge Olavo Leite, Guaraci Fraga, Luiz Cláudio Cunha e Paulo Burd (**Conselheiros de Edição**), Adélia Porto da Silva, Ademar Vargas, Ângela Beatriz Riccordi, Antônio Britto, Antônio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Urbim, Carlos Mosmann, Celso Rosa, Claiton Selistre, Clarice Aquistapace, Cláudio Barcelos, Delmar Marques, Fernando Albrecht, Edgar Vasques, Erni Quaresma, Euclides Torres, Floriano Soares, Gládis Ybarra, Imara Stallbaum, Jandira César, José Antônio Ribeiro, José Félix Valente, Julieta Pereira, Leo Tavejnhansky, Licínio de Azevedo, Luiz Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Marina Wodtke, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam, Nirce Levin, Otacílio Grivot, Paulo de Társo Riccordi, Paulo Gerson de Oliveira, Renato Pinto da Silva, Sérgio Moita, Silmar Müller, Walter Molina, Clóvis Malta, Omar de Barros Fº, João Carlos F. da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, João B. Scalco, Eva Caparelli, Maristela Bairros, Telmo Zanini, Iara Bendati, Afonso Licks, Carlos Rodrigues, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintowitz, Sílvio Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto André, Alberto Blum, Flávio Dutra, Jorge Freitas, Renan de Oliveira, Antônio Gonzalez, Mário Villas-Boas da Rocha, Dorival Pacheco, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Gomercindo Coutinho, Carlos Salzano, Laila Pinheiro, Marinória Schilling, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavaschi, Ademir Fontoura, Flávio Porcello, Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Paulo Maciel, Luiz Afonso Franz, André Pereira, Eugênio Bortolon, Mário Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antônio Simch, Maria da Graça Guindani, Sérgio Caparelli, Lauro Quadros, Marcelo Oscar Lopes, Maria Inês Burger, José A. Pinheiro Machado, Olívio Lamas, Sílvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Toniello, José Abu-Jamra, Sérgio Becker, Francisco Dias Lopes, Lilian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polydoro, Hipólito Pereira, Fernando Bueno, Edgar Lisboa, Antônio Carlos Mafalda, Carlos Karnas, Valdir Paz, Sérgio Arnoud, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Vera Regina Monteiro, Amauri Melo, Paulo Macedo, Marco Antônio Schuster, Neuza Tasca, Otília Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Faillace, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Figueredo, Iaraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Arteche, Neusa Ribeiro, Marcos Antônio Baggio, Edna Della Nina, Armindo Antônio Ranzolin, Vilmo Medeiros, Paulo Poli, André Jockyman, Jayme Copstein, Raul Rubenich, Citina Leal, Leonardo Dourado, Edson Gomes Chaves, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verlaine Silveira, Adroaldo Correa, Vera Daisy Barcelos, Maria da Graça Seligman, Humberto Andreatta, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Alfonso Abraham, Wladimir Ungaretti, Danilo Miralles, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Moura, Paulo Fogaça, Severino Goes, Fernando Guedes, Neltair Abreu, Maria da Graça Silva, Walmaro Paz, Milton Fernando Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luisa Teixeira, Júlio Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najar Tubino, Marise Fetter, Luiz Antônio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Carlos Dorneles, Ricardo Schimitt, Carmen Laviaguerra Silveira, Nelson Baibich, Francisco Daniel Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Costa, Juarez Fonseca, Maria Eloir da Silveira, Renato Kern, Vera Kern, Valmório Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higino Barros, José Enedir Francisco, José Roberto Garcez, Valdir da Silva, Cândido Cruz, Luiz Carlos Felizardo, Francisco Juska, Carlos Rafael Guimaraens Fº., Carlos Frederico Menz, Eduardo San Martin, Ilza Girardi, Eugênio Neves, Carlos Eduardo Athanazio, Renato Canini, Wilmar Marques, Acari Amorim, Waldoar Teixeira, José A. Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Ennio Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimaraens, Alberto Filgueiras, Antônio Carlos Rosito, Iara Terezinha Schilling, Fernando Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Silvio Correa, Luis Carlos Ferreira, Anibal Bendatti, Arthur Oliveira Fº, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Simch, Olides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Ruschel, Luís Fernando Veríssimo, José Luiz Prévidi, Maria Elaine Borges, Eduardo Bueno, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Toralles, Luiz Lanzetta, Alice Urbim, Ana Maria Barros, Lotário Neuberger, Ubirajara Silva Prate, Antônio Canabarro Trois, Bernadete Viana, Eloisa Beatriz Enck, Carlos Alexandre Castro, Cristina Baptista Pereira, Jane Peters, José Ribeiro Fontes, Mário Nascimento, Paulo Antônio Barros, Riomar Trindade, Rômulo Krafta, Vera Maria Bosak, Patrício Davila Bentes, Raul Quevedo, Ricardo Bolsoni, Mirta Vieira Coelho, Juvenal da Luz Neto, Juan Carlos Gómez, Luiz Recena Grassi, Ariosto Paz Teixeira, Ayrton Centeno, Celso Schroeder, Milton Ribeiro da Silva, José Antônio Severo, Lucila Camargo, Paolo Marconi, Armênio Abascal, Maurecy Santos, Hélcio Ferreira, Luís Humberto, Valter Firmo, Manuel Joaquim Martins, Jorge Meditsch, Pedro Flores e Zeka Araújo.

Associado à
AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor

Um amigo telefonou: "O Alberi está em Porto Alegre, vocês não teriam interesse em falar com ele?" Alberi, que Alberi? Era o sargento Alberi Vieira dos Santos, que ao lado do ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, liderou a primeira tentativa de luta armada contra o Governo Militar instalado em 31 de março de 1964. Desde que foram presos em fins de março de 1965 — depois de um frustrado início de guerrilha — eles nunca falaram à imprensa. O que se soube da chamada Operação Três Passos foi a partir dos depoimentos de ambos e seus companheiros, divulgados pelas autoridades. Interessava, portanto, falar com Alberi. E fomos encontrá-lo, hoje com 41 anos, um pouco gordo, mas em boa forma, com a mesma cara de índio. Estava disposto a contar sua experiência ("É importante, para que não se repitam os erros") e mais: ele achava que o coronel também toparia falar. Localizamos Jefferson no Rio, onde vive desde que saiu da cadeia há pouco mais de um ano. Está com problemas de saúde, problemas financeiros, mudando de apartamento, com a vida desorganizada... relutou. "Até agora," disse, "tenho-me recusado a falar. Os jornais me procuraram sempre, mas não quis falar ainda". Afinal, o próprio Alberi falou com ele ao telefone e o ex-coronel concordou. Nós o traríamos a Porto Alegre e, os dois juntos, fariam um depoimento. Dias depois, ele desembarcava com várias pastas onde guarda documentos e os registros da sua guerrilha. Bem disposto, firme para um homem de 67 anos e que passou pelo que ele passou. Então, foram quatro dias seguidos, quase 20 horas de gravação em que ambos reconstituíram minuciosamente a Operação Três Passos. E não apenas isso: descreveram o quadro em que ela se originou, o sonho dos exilados em Montevidéu de retomar o Poder perdido sem resistência. Narraram os sofrimentos a que foram submetidos depois de presos pelas forças militares.

É evidentemente uma versão. Mas, em muitos pontos, é o único elemento com que se conta para conhecer certos fatos, que só Jefferson e Alberi têm condições de contar. Em outros, é importante para o esclarecimento de episódios que só a confrontação de várias versões poderá aproximar da verdade absoluta. Afinal, até hoje só se conhece a versão dada pelas autoridades. O que publicamos, a partir da página 18, é a parte principal deste longo depoimento. Em todo esse trabalho, contamos com a valiosa colaboração do advogado e historiador Décio Freitas, que viveu cinco anos como exilado em Montevidéu, e nos auxiliou com seu conhecimento e sua vivência de muitos fatos aqui narrados.

•••

Outro agradecimento que queremos fazer é a você mesmo, leitor. Com esta edição, de número 36, o nosso jornal fecha três anos de existência. É importante ter sobrevivido e crescido, num País em que os jornais pequenos e independentes precisam ser como um peixinho que existe na costa do Pará. É um peixinho que nada à flor d'água e é muito cobiçado pelas aves marinhas. Então, a natureza desenvolveu nele quatro olhos: dois para enxergar para baixo, cuidando-se dos peixes maiores e dois para ele cuidar-se das aves que vêm de cima. É isso aí.

O editor

Tiragem desta edição: 31 mil exemplares

NESTA EDIÇÃO:

5 Poder & Política: o esforço da oposição para não se dividir

DR. PERIFERIA — **Um Prefeito escandaliza as elites de Piracicaba. Ele está do lado do povão** 28

10 Ditador aposentado: Velasco Ibarra, cinco vezes Presidente do Equador, conta suas mágoas em Buenos Aires

ENTREVISTA: **José Carlos Oliveira, escritor e jornalista** 31

12 O macaco está certo? A censura volta a cortar piadas políticas na TV

LEITURAS: **O terceiro livro sobre Cuba e nova coletânea de contos de Tânia Faillace são as sugestões** 34

16 Um levantamento sobre as terras que os estrangeiros têm no Brasil

Luiz Fernando Veríssimo e o resultado das eleições 36

GUERRILHA — **Um depoimento exclusivo sobre o primeiro movimento armado contra o golpe militar de 64. Falam os dois líderes da Guerrilha de Três Passos** 18

Um oásis entre ditaduras, ou pura miragem?

Nos últimos anos a Venezuela vem conseguindo exercer um papel preponderante entre os chamados países do terceiro mundo, chegando mesmo a se converter numa espécie de modelo para os mesmos, já que seu atual presidente Carlos Andrés Pérez é considerado um líder da vanguarda dos direitos humanos e liberdades democráticas.

O bem-estar econômico de que hoje desfruta aquele país, graças ao seu petróleo, tornou possível um certo progresso, já que seus habitantes gozam das vantagens que lhes proporcionam votar livremente nas eleições de seus governantes, como ocorre nas democracias.

Essa é a imagem que se oferece ao exterior, malabarismo empregado por quase todos os países, mas verdadeira relativamente, já que o progresso da Venezuela com seus petrodólares é desfrutado, na realidade, por uns poucos privilegiados nas elites, que chegam ao luxo de possuir um chalé em Miami e realizar suas viagens em aviões particulares, nos fins de semana, para aquele balneário.

Semelhante ostentação de riqueza, na fastuosidade em que nadam as classes altas, que diluem seu ócio e vazio espiritual num *scotch* autêntico (a Venezuela é o maior importador de bebidas alcoólicas do mundo) choca em face da realidade imediata que se oferece na própria capital, Caracas, onde dois milhões de pessoas mal vivem em seus ranchitos (barracos), construídos com pedaços de papelão e latas.

Os postos chaves, de responsabilidade na administração do país, são alcançados por meio de pistolão, relações sociais, influências, recomendações, etc. Deste modo, uma corrupção total faz com que o país esbanje inutilmente seus bens de consumo como uma grande potência econômica, formando quantidades monstruosas de lixo que se amontoam nas ruas como um símbolo escatológico da estupidez humana.

Mesmo que a Venezuela se assemelhe a um oásis democrático no meio de sanguinárias ditaduras que asfixiam a sofrida população da América Latina, onde militares frustrados e psicopatas exercem sua tirania com o beneplácito dos poderosos trustes *made in* USA, não se pode deixar-se enganar: é uma pura miragem.

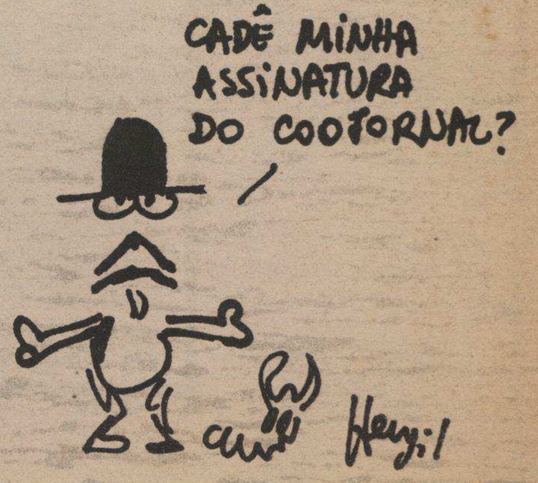
A. Delgado, Jandira, SP

Não foi assalto político

No último *Coojornal* (número 34), página seis, há uma matéria assinada por Angélica Moraes, sob o título "É proibido falar em preso político". No finalzinho, é apresentada a lista que o aluno Elimar Franco da Silva não conseguiu botar no quadro negro. E dela consta o nome de Nelson da Silva ("cumpre pena até 9.8.83 e está na penitenciária de Piraquara, Paraná").

Fomos investigar, pois recentemente levantamos para a revista *Veja* a relação dos presos políticos existentes aqui nos pinheirais e o Nelson da Silva não constava. Ele foi enquadrado na LSN, e está em Piraquara, por assalto a banco. Seus propósitos, porém, não eram políticos quando assaltou. Era o bolso mesmo.

Hélio Teixeira, Curitiba, PR



Por Carlos Alberto Sardenberg

O esforço do MDB para engolir o PTB

De tanto ouvir falar em novos partidos, o presidente do MDB, deputado Ulysses Guimarães, já aborrecido, procurou Almino Afonso em São Paulo e foi logo mandando trazer a champanha.

— Champanha? — intrigou-se Almino.

E Ulysses disparou, entre irônico e persuasivo:

— É para comemorar. Você não está querendo fazer um novo partido? Então o regime caiu, vamos beber.

Naturalmente, não tomaram a champanha. Mas conversaram muito em torno da tese que o doutor Ulysses tem espalhado por toda a parte onde encontra oposicionistas: antes da efetiva desmontagem de todo o arbítrio, vale dizer, antes da Constituinte e da Anistia, nada de dividir as oposições. Ao contrário, trata-se de reuni-las e preservá-las no MDB.

Não se sabe, ainda, o efeito concreto desta história, mas é certo que Almino — impressionado com a argumentação de Ulysses — reuniu alguns companheiros em São Paulo, no início de dezembro, para discutir a sério outra linha de ação: entrar no MDB — proposta que o presidente do partido vem espalhando junto com suas teses.

Não apenas Ulysses tem feito isso, não apenas Almino tem sido seu interlocutor. Parece certo, por exemplo, que o presidente do partido despachou um emissário para levar o mesmo recado a Leonel Brizola. O senador fluminense Roberto Saturnino, que é, no MDB, um dos mais animados lutadores pela preservação e crescimento do partido, esteve em São Bernardo do Campo, na casa de Luiz Ignácio, o Lula, para tentar saber exatamente o que o líder sindical pretende quando fala na criação de um "partido de trabalhadores". Porque isso não está claro: Seria um partido ligado aos sindicatos, como na Inglaterra? Um partido só de operários, ou, mais amplamente, de assalariados, abrindo para as classes médias?

Conversaram, Lula e Saturnino, em novembro, poucos dias antes das eleições. Voltaram a conversar mais recentemente, mas não explicitaram nada. Como observou Lula, que, de qualquer forma, continua falando de seu "partido de trabalhadores", "isso é assunto pra muito papo". Quer dizer, não coisa para se decidir agora — e esse parece ser o sentimento dominante em todos os arraiais das oposições: se antes das eleições parecia que os novos partidos, ou pelo menos um, o PTB por certo, nasceria já adulto e saudável tão logo proclamados os resultados, agora está evidente que o processo, em qualquer caso, caminhará mais devagar. E já não se vê tão facilmente qual o ponto de chegada.

Nesse compasso de espera, as principais lideranças moderadas e autênticas do MDB tiveram tempo para acertar três pontos antes do recesso político. Primeiro, uma conclusão: registra-se o crescimento da bancada autêntica na Câmara Federal, pelo que essa tendência ganha direito a uma maior presença nos órgãos de direção partidária. Na primeira quinzena de dezembro, parecia acertada a entrega da Secretaria-geral do partido para o pernambucano Jarbas Vasconcellos e a liderança na Câmara ao paulista Freitas Nobre.

Segundo ponto: não deve haver disputa dentro do partido. A ascensão dos autênticos não deve, assim, excluir os moderados, mas levar a uma nova composição. Nesse quadro, parecia também acertada a entrega da 2ª vice-presidência da Câmara ao moderadíssimo Thales Ramalho.

Terceiro: ninguém sai do MDB. E se dependesse do dr. Ulysses Guimarães não se deveria nem falar em novos partidos. De qualquer modo, é significativo que representantes das duas tendências tenham evitado o assunto da expulsão dos adesistas. O ponto de vista mais comum em Brasília, neste final de ano político, indicava que talvez fosse melhor deixar que os adesistas "saiam naturalmente". Isso não é propriamente por excesso de prudência ou acomodação, mas pelo temor, bastante perceptível, de que o processo descambe para uma desastrosa "caça às bruxas".

(Os chaguistas, por exemplo, que não foram convidados para essa arrumação, perceberam-na logo e apressaram-se em procurar um lugar. Miro Teixeira declarou apoio a Freitas Nobre e garantiu que seu grupo "nunca desrespeitou as normas partidárias").

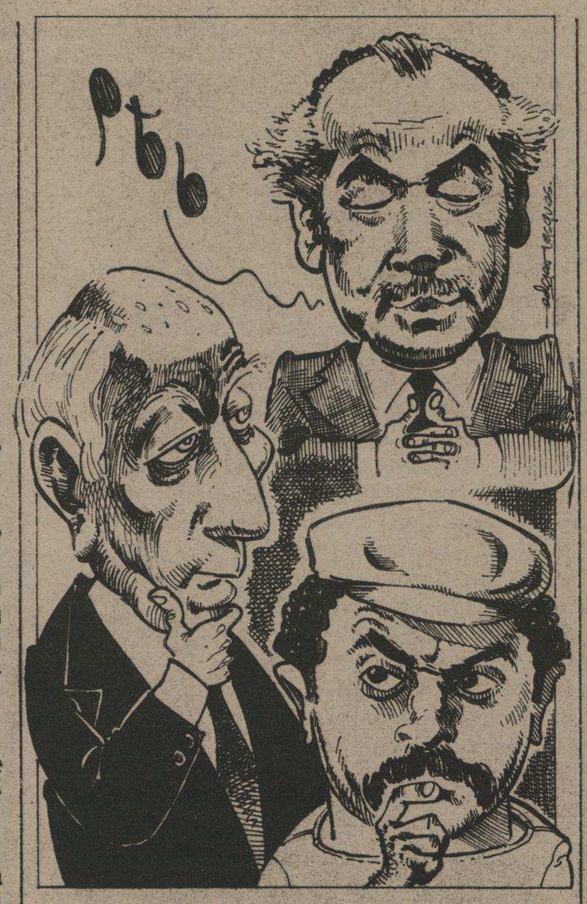
Esse arranjo construído no MDB foi uma iniciativa comum de moderados e autênticos, sendo que estes últimos vêm-se comportando com rara habilidade política. Sentiram-se fortalecidos nas eleições, preparam-se para formar a tendência dominante no partido, mas com clara preocupação de manter a aliança com os moderados.

Constitui essa a primeira resposta da oposição aos planos do Governo Geisel e do esquema Figueiredo para, de alguma forma, dividir o MDB e, se possível, ganhar largas fatias desgarradas desse partido. Dir-se-ia que o MDB conseguiu assim, e por ora, afastar as ameaças de divisão à direita. O que é apenas parte do problema, pois restam as possibilidades de divisão à esquerda. Entra aqui não apenas a óbvia questão do PTB, mas também a de largos setores de oposição que não estão no MDB ou que estão, mas desconfiados. É o caso de Lula, para quem o MDB deve ficar sempre sob severa vigilância. É o caso de Brizola, que evidentemente quer refazer o PTB.

Aliás, esses dois casos são exemplares. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos é uma liderança novíssima, construída sob os rigores do regime, e que, agora, trata de ampliar seu espaço político. Brizola, como muitos outros cassados, sabemos todos, movimenta-se para restaurar e exercitar, na plenitude, toda sua força política.

Parece, portanto, evidente que a unidade das oposições no MDB somente será alcançada se o partido, se os homens que atualmente controlam a máquina e têm responsabilidade de direção souberem abrir espaço para aquelas lideranças, as quais, de sua parte, terão de aceitar a autonomia e "reconhecer" as forças e tendências políticas que se formaram nestes 14 anos, dentro e à sombra do MDB.

Por exemplo, não faz sentido esperar que, Brizola, retornando, os oposicionistas vão depositar em suas mãos a liderança e a chefia de um principal partido de oposição. Do mesmo modo, é bobagem supor que Brizola vá voltar, pedir inscrição no MDB e esperar vaga para se candidatar a alguma coisa. O mesmo exemplo vale para Lula — ele não se integrará totalmente ao



MDB para ser vereador em São Bernardo do Campo.

Foi para responder a essas questões que alguns emedebistas, ao se iniciar o recesso político em Brasília, começaram a discutir em seus estados uma tese sem dúvida atraente: que todas as tendências de oposição se acomodem no MDB, mas formalmente como tendências, isto é, organizadas, talvez até com programa mínimo, e com representação proporcional a sua força eleitoral nos órgãos de direção partidária.

Pretende-se que essa tese responda tanto à necessidade de a oposição manter-se unida até a Constituinte ou a Anistia, quanto à poderosa marcha na direção de um novo PTB. Por essa proposta, o MDB se manteria como o partido da oposição, com uma forte tendência trabalhista.

Há uma outra movimentação, mas está ainda pouco explícita e ainda nos primeiros passos. Mas é uma idéia forte que vai aparecendo e pode ganhar consistência: manter o MDB não como frente, mas fazer dele o grande partido da oposição brasileira. Idéia também atraente, na medida que existe um expressivo eleitorado do MDB, cidadãos que desejaram explicitamente "votar no MDB". É um patrimônio respeitável, e cobiçado. Quem desejará abrir mão dele? E, a bem da verdade, esse MDB aí, com algumas depurações, pode vir a ser um partido muito interessante, pelo menos para esse período de transição do arbítrio para a democracia.

Do lado do Governo, também perderam interesse, no momento, as conversas sobre novos partidos. E o motivo é simples: a confortável maioria formada pela Arena no Congresso Nacional, as conversas com líderes governistas, depois de conhecidos os resultados eleitorais, deixaram evidente que toda essa história de novos partidos valia apenas no caso de a Arena perder a maioria no Congresso. Não se dando essa hipótese, fica a Arena, pelo menos por enquanto.

Mas há outro problema. O regime, embora alardeie vitória, sabe perfeitamente que perde no que se poderia chamar de o **País moderno.** Perde fragorosamente onde estão os setores mais avançados, progressistas e dinâmicos da sociedade brasileira. O regime sabe que não tem nenhum futuro se não conseguir um espaço aí.

Daí que sua estratégia certamente terá duas linhas de ação. Uma é simples: trata-se de manter fechado o grande curral Norte-Nordeste e a Arena serve bem para isso. A outra é mais complicada: penetrar no **País moderno**, uma exigência da conjuntura, mas também dos setores liberais ou menos reacionários da Arena. E há indícios de que esses setores cresceram, conforme revela esta história ocorrida no último dia de funcionamento do Congresso, dia 5 de dezembro, pela manhã:

O líder da Arena na Câmara dos Deputados, José Bonifácio, foi ao gabinete do líder do MDB, saber qual a posição final da oposição a respeito da votação da Lei Orgânica da Magistratura. Más notícias o esperavam: o MDB decidira negar quorum — isso era definitivo — e como não havia arenistas suficientes na casa, o caso estava liquidado. A legislatura terminava naquele dia mesmo, a votação ficava para 1979, José Bonifácio ainda tentou um último apelo: "Mas, considere, nós prometemos entregar a Lei ao Presidente Geisel ainda este ano".

Tancredo Neves, impossibilitado de atender qualquer apelo, pois o presidente do MDB, Ulysses Guimarães, negava-se terminantemente a votar o projeto, respondeu num tom irônico e de consolação: "Não tem importância Bonifácio, vocês mantiveram a maioria, no ano que vem aprovam a lei". José Bonifácio, que encerrava exatamente ali seus trabalhos na liderança e sua carreira no Congresso Nacional, comentou desanimado: "Que nada... na bancada da Arena vêm aí uns 'autênticos' piores que os de vocês".

O que Bonifácio chama de *autênticos,* e dos quais não gosta, são os arenistas que, segundo o senador emedebista Nelson Carneiro, "se elegeram com bandeiras democráticas". Ou ainda, são os parlamentares que expressarão antes "as aspirações da Nação do que os imperativos do oficialismo" — conforme a definição do senador arenista Teotônio Villela, certamente um "autêntico dos piores" na classificação de Bonifácio.

Somente quando iniciados os trabalhos legislativos, em 1º de março de 1979, se saberá quantos serão esses autênticos arenistas. Mas a constatação de que existe esse grupo indica desde já o quanto serão trabalhosas as votações e animados os debates da próxima legislatura. E dá uma idéia das dificuldades do senador Petrônio Portela na armação do aparelho político-militar do Governo Figueiredo.

De uma só vez, muda o Executivo, muda o Congresso, cai o AI-5 (e com ele, "as lideranças imperativas" espera Teotônio Villela), , emerge uma ala esquerda, ou **ideológica,** mais ampla e consistente no MDB, e agora, ainda por cima, vem Bonifácio chamar a atenção para os autênticos da Arena.

Como se vê, o bipartidarismo, por ora, fica mantido, mas a confusão não será pouca. Que não falte imaginação para as combinações.

300 nomes no *staff de* Maluf (20 jornalistas)

Indiferente às ameaças de *impeachment* levantadas pelo MDB paulista, o futuro governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf, organizou um *staff* de 300 pessoas para preparar o seu programa de Governo. Na equipe, há muitos engenheiros, pois Maluf é engenheiro. Também são muitos empresários do ramo comercial, pois Maluf é comerciante. E abundam os sobrenomes Sírio-libaneses, pois Maluf é um deles.

Não há nenhum Lutfalla, mas há Atalla, Nassim, Waquil, Afif, Mografi, Gadaian, Salem, Casseb, Simão, Hajnal, Colombek, Cury, Hassab Matar, Faraht, Saad, Jatene, Neme... Todo esse pessoal foi distribuído em 20 grupos de trabalho que reúnem de 8 a 31 pessoas, quase todos eles tendo como coordenadores pessoas que ocupam posição de destaque em associações de classe, como a Federação do Comércio de São Paulo.

Evidentemente, dessa lista devem sair alguns secretários de Estado, dirigentes de autarquias, departamentos e empresas estatais. Estes são alguns dos coordenadores mais conhecidos, todos representantes de setores conservadores: Fábio Meirelles (fazendeiro), Boaventura Farina (banqueiro), , Oswaldo Palma (economista), Romeu Chap Chap (setor imobiliário), Salvador Firace (comércio), Rubens Vaz Costa (economista, ex-presidente do BNH), Romeu Trussardi (comércio), Renato Ticoulat (fazendeiro), Sérgio Lupatelli (reflorestador), Caio Alcantara Machado (empresário), Marcio Papa (empresário), Ricardo Gasparian (comerciante), Mario Trindade (engenheiro), Mário Guimarães Ferri (ex-reitor da Universidade de São Paulo), Zeferino Vaz (ex-reitor da Universidade de Campinas).

Entre os 300 nomes, aparecem 20 jornalistas, alguns inclusive como coordenadores de grupos. São eles: Armando Salém, Joelmir Beting, Sebastião Nery, Geraldo Banas, Vital Bataglia, Walfrides Alves Lima, Isaac Jordanovski, Ney Gonçalves Dias, Walter Sampaio, Orlando Duarte, Flávio Adauto, Gilberto di Piero, Geraldo Pinto Rodrigues, Alvaro Paes Leme, Hélio Sá, Emil farat, Nahum Sirotski, Benedito Ribeiro, Mário Wilches, Marcos Cesar e João Scatimburgo.

Osmar Trindade

Um conselheiro biônico no Instituto dos Advogados?

O presidente da seção gaúcha da OAB, Justino Vasconcelos, e o presidente do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul (órgão cultural da OAB), Rui de Azambuja, estão sendo acusados de não observarem um dos princípios básicos de Direito, o cumprimento da lei.

Tudo começou com a realização da reunião do Conselho Superior do Instituto dos Advogados para a escolha dos seis representantes que — junto aos outros 18 eleitos diretamente pela categoria — formaria o novo Conselho. Um dispositivo existente no estatuto da OAB estabelece que essa reunião deve ser convocada pelo primeiro secretário do Instituto. Mas Amadeu Weinmann (que ocupa o cargo e que firmara uma sólida reputação de administrador que lhe valeu o favoritismo para ser um dos seis representantes no Conselho) não foi informado da reunião. Duplamente atônito, Weinmann solicitou esclarecimentos a Justino Vasconcelos. E ficou sabendo que, de fato, ocorrera um claro desrespeito ao estatuto da entidade: sem nenhuma razão aparente e nenhum impedimento de sua parte, não lhe coubera a convocação.

Mas não ficariam aí as constatações de Weinmann. Outra irregularidade da reunião já por si ilegal foi a aprovação em ritmo de urgência de um sócio que logo passou a conselheiro. O coronel reformado e advogado Jorge Tenório Noronha foi indicado, aprovado e empossado em apenas três dias. E no dia de sua posse como conselheiro do Instituto sequer estava presente: viajara à Europa.

O coronel Noronha já integrara, como secretário, a direção anterior da OAB e deixara de figurar na chapa da situação nas recentes eleições de novembro devido à notória antipatia de sua filosofia de atuação: advogados não devem tratar de questões políticas.

Setores da oposição da entidade alegam que a reunião convocada às pressas nada mais foi do que o modo encontrado para empossar Noronha como conselheiro *biônico* do Instituto.

Compreendendo essas e outras motivações da intempestiva reunião, Weinmann decidiu demitir-se do cargo de primeiro-secretário do Instituto e endereçou a Justino Vasconcelos um longo documento em que historiava todo o processo ilegal que envolvera a escolha dos conselheiros indiretos e responsabilizava também o presidente do Instituto dos Advogados.

A primeira reação da direção gaúcha da OAB foi tentar negociar uma solução conciliatória com o advogado demissionário, buscando preservá-lo no cargo. Irredutível, Weinmann esperava apenas a resposta oficial da OAB para divulgar publicamente a carta em que denuncia as irregularidades que motivaram sua demissão. Em iniciativa paralela, a Oposição da OAB (que, nas últimas eleições perdeu por uma margem de apenas 80 votos de um total de sete mil) enviou à entidade quarta-feira (dia 13) um recurso para anulação da indicação dos seis conselheiros.

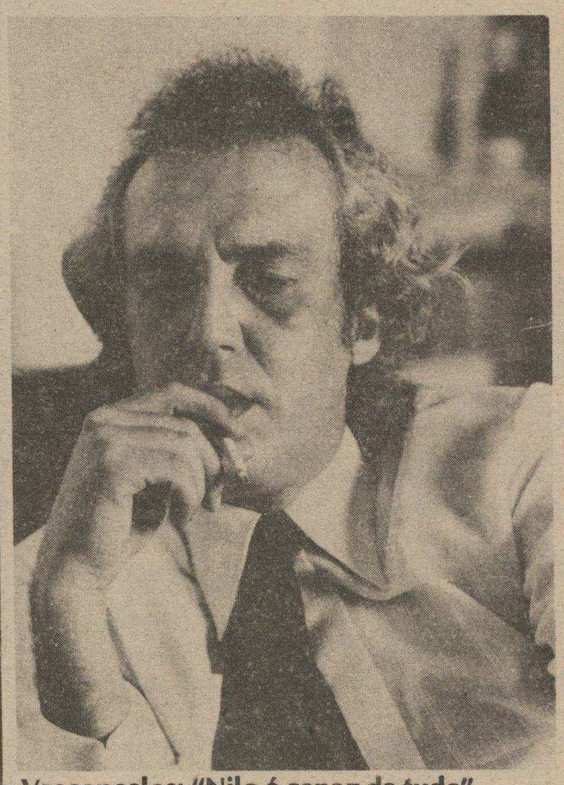
E Jarbas botou todo o mundo de radinho no ouvido

Uma pesquisa do jornal *O Globo* indicou um aumento de mil por cento no consumo de pilhas no Recife, na terceira semana de novembro: todo mundo de radinho no ouvido acompanhava o resultado da eleição. As emissoras de televisão mandaram repórteres especiais e todos os jornais brasileiros colocaram o noticiário de Pernambuco nas primeiras páginas. A batalha de Jarbas Vasconcelos contra os dois empresários da Arena passou a ser uma questão nacional: por mais de 15 dias, o resultado do pleito naquele estado foi comentado nacionalmente. E, mesmo após os resultados oficiais, fornecidos pelo lento e desorganizado Tribunal pernambuco quase um mês depois da eleição, a repercussão não se dissipou: a vitória do Sr. Nilo Coelho teve um sabor de coisa falsificada, tomada, que não convence.

Isso, entretanto, não surpreendeu Jarbas Vasconcelos. Quinze dias antes da eleição, ele chegou exaurido a um restaurante de Recife, depois de percorrer 500 quilômetros e fazer oito discursos em um dia, e disse a um grupo de amigos: "Nilo está falando que eleição se ganha no dia. Ele é capaz de tudo". Nessa mesma madrugada, Jarbas organizaria os detalhes do esquema jurídico para garantir sua vitória contra mapeamentos e manipulações — coisas freqüentes no Nordeste desde a República Velha. Ficou definido então que seria necessário enviar advogados para cerca de 50 cidades consideradas mais perigosas — para acompanhar a eleição e a apuração. Fora um esquema assim, em 1962 que garantira a vitória de Miguel Arraes, por uma exígua margem de votos. Mas a campanha de Jarbas não obteve dinheiro para executar o plano jurídico.

Jarbas Vasconcelos não teve dinheiro para montar esquema algum. Enquanto as grandes agências de propaganda organizavam o programa gratuito das emissoras de TV e Rádio, um único jornalista, Ivan Maurício, cuidou praticamente sozinho de todos os programas de Rádio e TV do MDB de Pernambuco, contando com uma ajuda quase clandestina do pessoal das emissoras — técnicos, operários, artistas. Basta dizer que o custo de todos os programas não ultrapassou os 60 mil cruzeiros — contra 8 milhões de um único candidato arenista ao Senado de São Paulo, segundo comentários da Imprensa.

Nos outros setores da campanha, as dificuldades eram da mesma ordem, mas nada deixou de ser feito por falta de recursos. A mobilização popular — ficou



clodohir bezerra

Vasconcelos: "Nilo é capaz de tudo"

provado — pode suprir os mais pesados investimentos de *marketing* e propaganda — e graças a Deus os planejadores das grandes agências não encontraram substituto para a vontade popular. Tanto que não foi a propaganda que elegeu o candidato da Arena. Além da máquina de propaganda, Nilo Coelho e Cid Sampaio recorreram, ilegalmente, à máquina do Estado: os órgãos de informação e de segurança do Governo Federal, o Governador atual e o eleito, os órgãos de administração, a polícia e os empreiteiros foram postos em campo numa bem-articulada operação. As empresas do sr. Nilo Coelho, por exemplo, receberam 24 milhões de cruzeiros da Sudene, a três dias da oficialização de sua candidatura. O empresário Cid Sampaio — um dos recordistas brasileiros em endividamento, como pessoa jurídica (na relação recursos próprios/empréstimos oficiais) continuou com livre acesso ao Banco do Brasil. Os dois recolheram uma gigantesca caixinha de 80 milhões de cruzeiros segundo a revista *Isto É*.

A desproporção de recursos ficou patente quando os três candidatos apresentaram suas declarações de bens à Justiça — Nilo: 31 milhões; Cid: 60 milhões; Jarbas: uma Brasília, uma linha de telefone, e um apartamento de três quartos, com 12 anos pela frente no BNH. Mas isso não chegou a afetar a campanha. Tanto que Nilo Coelho, um coronel sessentão, aboletado num ônibus com ar-condicionado, dezesseis poltronas, cama, cozinha e minibar, onde quer que chegasse em Pernambuco, ouvia os mesmos comentários: "Jarbas saiu agora", "passou ontem por aqui", "fez um bom comício"... Em Goiana, um velho ex-governador pessedista não se conteve e comentou diante dos repórteres: "Ninguém pode ganhar eleições deste rapaz. Ele é um trator".

Jarbas Vasconcelos é um advogado de 36 anos, perto de um metro e oitenta e noventa quilos, que jamais votou para Presidente da República. Presenciou a queda de Arraes da Universidade Católica do Recife, onde fora residir depois de passar a infância nos engenhos e cidadezinhas falidos da região canavieira do estado — a zona da mata.

Ao contrário da grande maioria, entretanto, ele não entrou na política na fase alta — nos tempos de Arraes: entrou numa época de grandes riscos, quando a repressão preocupava até mesmo o Palácio do Planalto. (Tanto que uma das principais missões de Geisel, no Governo Castello, foi visitar Pernambuco para reduzir as denúncias de torturas). Toda uma geração de políticos, jornalistas, intelectuais, líderes sindicais e profissionais liberais — sem exagero, alguns milhares de

(Continua na pág. seguinte)

CAFÉ Castelo

O BOM CAFÉ

Grãos selecionados eletronicamente
— Empacotado a vácuo —
Pureza e sabor para o seu bom gosto

Preparado por
INDÚSTRIA DE CAFÉ LTDA.
Rua Visconde de Pelotas, 309
Fone 41.3109 — Porto Alegre — RS

Uma surpresa para o Incra: a terra que os estrangeiros têm no Brasil

Em 1975, numa reunião com empresários estrangeiros em Salzburg, na Áustria, o ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, ouviu muitas reclamações contra a Lei de Terras do Brasil. Os empresários queixavam-se da limitação, que proíbe que um estrangeiro compre mais do que 10% da área de cada município. O Ministro, mesmo sabendo que alguns municípios têm área equivalente à de países europeus, não se deu por achado. Deu um conselho:

— Basta pegar dois municípios vizinhos, comprar 10% de um e 10% do outro.

Não se sabe se o conselho foi seguido. O fato, é que, no mês passado, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) concluiu a primeira fase de um levantamento e anotou que em pelo menos 19 municípios a lei foi desrespeitada. Só em São Paulo, o limite foi superado em 15 municípios. Na medida em que o levantamento avançar pelo País, é provável que o número cresça muito mais. Afinal, as grandes propriedades agrárias dos estrangeiros estão na Amazônia. O Incra anotou as 10 maiores e somou suas áreas: 2,6 milhões de hectares, duas vezes e meia a área do Líbano.

Um escândalo? Certamente, mas não só por isso. A área total das terras em mãos de estrangeiros é bem superior ao que o Incra revela. E nem tudo é má fé. Na verdade — e esta é a face desconcertante do escândalo — as autoridades desconhecem a verdadeira extensão da propriedade dos estrangeiros no Brasil. O próprio Incra declara-se surpreso com os resultados de seu levantamento e já está anunciando sugestões para reduzir os limites máximos da área que um estrangeiro pode comprar.

UM BRIGADEIRO VALENTE E UMA LEI GENEROSA

Nos anos 60, tinha-se a impressão de que o Brasil estava sendo loteado e leiloado no exterior. Um grileiro americano, Stanley Amos Selig, conseguiu apossar-se de quase todo o município goiano de Ponte Alta do Norte e revender as terras nos Estados Unidos. Mas fez tanta trapaça que terminou assassinado por um dos incautos que ludibriara. Alarmado, o então deputado Márcio Moreira Alves, o pivô da crise de 68 requereu uma CPI na Câmara. A Arena conseguiu o melhor posto da CPI, o de relator, mas cometeu o erro de designar para ele um militar combativo, o brigadeiro Haroldo Velloso, deputado pelo Pará.

Depois de um ano de trabalho, a CPI concluiu que as trapaças do grileiro Selig eram fichinha. Vinte milhões de hectares (70% do Rio Grande do Sul) estavam nas mãos de estrangeiros, e alguns eram poderosos truștes. E, se não bastasse, o Governo continuava leiloando o País. O Governo Castello Branco criara a *Operação Amazônia* e o sistema de incentivos fiscais, com generosas doações de recursos a grupos nacionais e estrangeiros que lá se instalassem. Nossos embaixadores continuavam explicando aos investidores estrangeiros que a agitação acabara em 64 e que poderiam vir desfrutar da mão-de-obra barata, do apoio governamental e das terras abundantes. Foi o que o ministro Roberto Campos disse, em 1966, ao superbilionário americano Daniel Ludwig — que logo comprou uma sesmaria no Rio Jari.

O relatório do brigadeiro Velloso na CPI, em 68, fez várias sugestões para amenizar essa invasão branca, entre elas uma lei que restringisse o acesso dos estrangeiros à terra. Mas Velloso morreu, baleado pela PM do Pará, antes de vê-la promulgada. A lei saiu em 1971 — foi regulamentada em 74 — cheia de minúcias, mas com dois critérios principais: estrangeiros de várias nacionalidades não poderiam deter mais que 25%, e os da mesma nacionalidade, mais que 10% das terras de um município.

Não havia porém — como ainda não há — restrição a que um só cidadão ou empresa estrangeira comprasse 10% da área de cada um dos quase 4 mil municípios brasileiros. E se quiser uma grande propriedade contínua, o estrangeiro pode seguir o conselho do ministro Paulinelli. Comprando terras em municípios vizinhos de Mato Grosso, por exemplo, ele poderia formar uma propriedade de uns 20 mil km² — algo como a metade da Holanda.

A lei, portanto, é o primeiro degrau do escândalo. Ela permite que um belga, libanês ou holandês se torne proprietário, no Brasil, de uma gleba de terra do tamanho do seu País. E as ofertas são tentadoras: até há poucos anos, se distribuíam no aeroporto de Londres folhetos coloridos oferecendo "250 mil acres de terras virgens no Estado de Mato Grosso". Tratar na **Servibraz, 34 Landward Court, Harrowby Street, London** — aliás o mesmo endereço da *Gazeta Brasileira,* jornal editado em português na Inglaterra pelo escritor Antônio Olinto, também correspondente do extinto jornal *O Expresso;* de São Paulo.

O TAMANHO DA JARI É UM MISTÉRIO. COMO LUDWIG

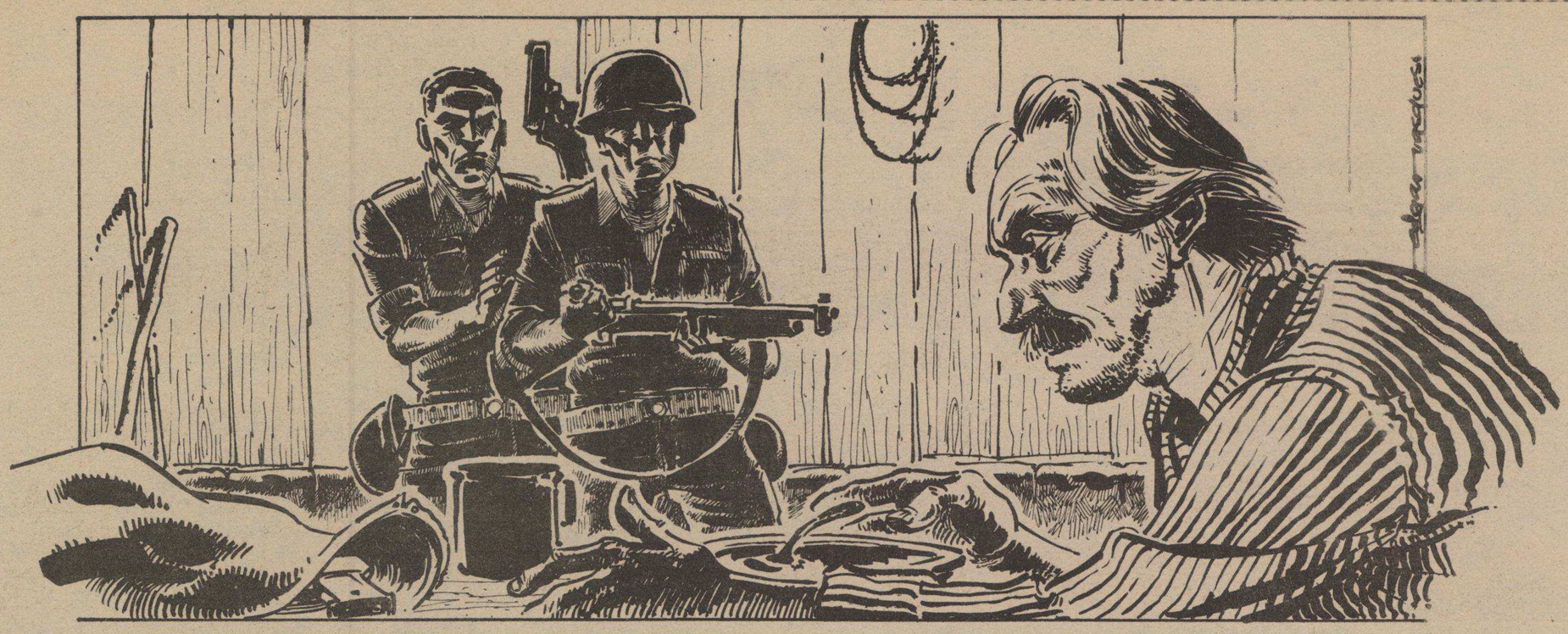
O levantamento que o Incra está fazendo agora poderá avaliar o resultado de todas essas transações. Lourenço Vieira da Silva, o presidente do Incra, garante que as transações realizadas antes da promulgação da lei serão respeitadas, mas as terras que excederem o limite oficial serão confiscadas pelo Governo. O problema é que os métodos que o Incra usou até agora nesta avaliação não são os melhores. Periodicamente, o Instituto faz um Cadastramento Rural, distribuindo um minucioso questionário que todos os proprietários ou posseiros rurais são obrigados a responder. Mas, comprovadamente, nem todas as respostas são honestas.

Até hoje, é um verdadeiro mistério, bem ao gosto de seu dono — que se mantém em fechada discrição — o tamanho da Jari. Em 1966, no primeiro Cadastramento Rural, a Jari informou que era dona de 428 mil hectares. Um ano depois, a CPI da Câmara constatou que apenas uma das várias escrituras da Jari se referia a uma gleba de 400 mil hectares. Então, um dos generais que trabalhavam para Daniel Ludwig, João José Batista Tubino, admitiu que na verdade a Jari tinha 1,25 milhão de hectares. Mas não ficaria nisso. Em 1972, no novo Cadastramento Rural, a Jari declarou-se proprietária de 1,06 milhão de hectares. Provavelmente, as terras foram levadas pelas águas do Rio Amazonas. Agora, parece que o rio repôs as terras: a Jari quer legalizar um total de 3,6 milhões de hectares pretensão que tem encontrado obstáculos no Governo do Pará. A se manter o

A tabela mostra como os investimentos estrangeiros se beneficiam dos incentivos

Nome nacional	Controle	País	Área (ha)	Estado	Recursos Próprios (em milhões)	Incentivos (em milhões)	Ano da aprovação
Cia. Vale do Rio Cristalino	Volkswagen	Alemanha	140.000	PA	38,8	116,4	74
Agropecuária Água Azul	Família Davis	EUA	98.000	PA	3,4	10,2	69
Agrop. Suiá-Missu	Liquifarm	Itália	670.000	MT	85,8	257,6	76
Amazônia Mad. e Laminados	Georgia Pacific	EUA	429.000	PA	Isenção de Impostos		
Bruynzell Madeiras S/A	Bruynzel NA e Bethllhem Steel	Holanda/ EUA	200.000	AP	2,9	8,8	66
Fazenda Nova Viena	Georg M. Markof	Áustria	—	MT	5,2	18,6	74
BCN Agropastoril	BCN (nacional) c/ participação do Barclays Bank	Inglaterra	—	MT	18,4	55,2	76
Superfine Madeiras S/A	Toyo Menka	Japão	300.000	PA	6,6	17,3	72
Agrop. Duas Âncoras	Henblein Inc.	EUA		MT	3,5	10,5	72
Cia. Agrop. do Pará	King Ranch/ Swift Armour	EUA/ Canadá	163.000	PA	45,2	126,8	76
Cia. Agrop. do Rio Inajá	Sifco Industries	EUA	30.260	PA	0,5	1,7	68
Magesa	Robin Holie Mc Glohn/Georgia Pacific	EUA	300.000	PA	2,3	7,1	71
Agrop. Mirassol	Participação da Pirâmides Brasília — da qual a Dow Chemical tem 24%	EUA			8,9	26,8	73
Drury's Fiel S/A Agrop.	Drury's Dist. Produtos Internacionais — controlada pela Henblein Inc.	EUA	—	—	7,1	21,4	73
Colorado Agrop.	Marubeni Co.	Japão	—	PA	0,5	1,5	70
Mitsui Agrop.	Mitsui Co.	Japão		PA	0,6	1,9	70
Novos Horizontes S/A.	Twin Agricultural and Industrial	EUA	63.132	GO	Isenção de Impostos		73
Frigorífico Araguaina	Idem	EUA		GO	Idem		
Agrop. Sul do Pará	Ester Research Co.	Panamá	5.000	PA	1,0	3,0	68
Cia. Nova Fronteira	Cofap — Com participação da TRW Thompson	EUA	64.000	PA	6,6	20,0	73
Cia. Ás de Ouro	Toyobo do Brasil/ Banco Mitsubishi/ Yakult do Brasil	Japão		MT	3,1	9,8	73
Agrop. Cônsul	Refrigeradores Cônsul — c/participação da Brastemp — que tem capital da Whirtpoll Corporation	EUA	—	MT	4,2	12,6	72
Agrop. Barra do Garças	Participação da Singer	EUA	—	MT	17,0	51,0	—
Cia. Rio Capim Agrop.	Bradesco — c/participação da Nichimen	Japão	40.986	PA	18,3	54,9	76
Agrop. Nova Patrícia	John W. R. de Buys Roessingh	Suiça	—	MT	0,6	3,08	71
Piraguassu Agrop.	Imobiliária e Desenvolvimento Sul América/ Cia. Ianmar Dist. de Máquinas-controlada pela Iamaoka Reality	Japão	52.373	MT	17,2	50,1	76
Agrop. Araguaçu	Tsuzuki Spanning Co.	Japão		GO	0,7	2,2	72
Frigorífico Anglo	Union International	Inglaterra	664.000	GO	Desconhecidos		
Jari Florestal e Agrop.	National Bulk Carrieres (Daniel K. Ludwig)	EUA	3.500.000	PA-AP	Isenção de impostos/aval de Empréstimos no exterior		73
Frigorífico Atlas	Atlas Handel/Volkswagen (grupos nacionais têm 51%. mas picados)	Alemanha	Industrial	PA	205	547	77

OBSERVAÇÕES: *Estes são apenas alguns projetos controlados ou com participação do capital estrangeiro que têm financiamento da Sudam, através do sistema de* **incentivos fiscais.** *Há muitos outros investimentos estrangeiros que não têm esses* **incentivos.** *E há vários outros que têm, mas sobre eles nos faltam informações. Esta tabela foi feita com base em dados da* Sudam, Incra, Revista Realidade *(out. 71), jornais* Movimento, Opinião e Revista Amazônia Brasileira em Foco, *julho de 76.*



—Não mate esse homem, é o coronel Jefferson, disse o sargento

Maior do Exército ainda não sabia da fuga. E o III Exército havia mandado fechar a fronteira toda com o Uruguai e a Argentina pensando que eu havia saído para aquelas regiões. Foi um escândalo para os órgãos de segurança, pois até deputados governistas ficaram indignados. No quartel de Curitiba, soube depois, todo o pessoal — dos oficiais aos soldados — foram punidos com 30 dias de cadeia. Mas os soldados que tiveram participação direta, José dos Reis Garica e Elpídio Galdino Rodeiro, foram condenados pela Auditoria Militar a dois anos de reclusão.

Esperamos quatro meses pelo salvo-conduto. O Ministro de Relações Exteriores era o Magalhães Pinto e o Costa e Silva não queria dar o visto de saída. O Papandreou viajou no dia 7 de setembro e eu no dia seguinte. Um embarque sigiloso, com esquema de segurança da Embaixada do México até o Galeão. Levei uma bagagem de 50 quilos, onde estavam todos os meus uniformes militares. Saí pensando em retomar a luta. Logo que cheguei ao México comecei a tratar da minha saída para Argel. Através do Francisco Julião conheci o pintor David Siqueiros — coronel do Exército Republicano Espanhol — que se ofereceu para ajudar e também através dele conheci um jornalista inglês que me deu uma carta de apresentação para o Chedid Jagan, primeiro ministro da Guiana e presidente do Partido Popular. Uma das alternativas da luta armada, eu pensava, poderia ser pela Guiana. Na viagem a Argel passei por Cuba — a convite do Governo Cubano — e de lá já fiz contato telefônico com o Miguel Arraes. No começo de 69 cheguei a Argel, onde encontrei também vários exilados brasileiros, entre eles o almirante Cândido Aragão. O Arraes dirigia um Centro de Informações que divulgava fatos relacionados com o Brasil para todo o mundo. Tentei convencê-lo de um plano de armada para invadir o Brasil e quando vi que não conseguia nada resolvi viajar para Santiago e Montevidéu. A opinião do Arraes era a de que poderíamos voltar à democracia pelos meios pacíficos. Viajei e estive 10 dias em Santiago, onde encontrei-me com o Almino Afonso. Ele disse que colaborava no que pudesse — e me deu passagem até Montevidéu — mas frisou que concordava com o Miguel Arraes.

— Depois da minha prisão, fiz o meu primeiro contato com o Jango em Montevidéu. Senti que ele não queria comprometer-se. O Amauri Silva, que dirigia o Restaurante Jangadeiros, me contou que o Brizola não queria contatos comigo. Depois fiquei sabendo que ele até achava a minha permanência em Montevidéu inconveniente para a sua situação de exilado e que chegou a ameaçar de fazer gestões junto ao Ministério do Interior para forçar a minha saída de lá. Isto ocorreu em junho ou julho de 69 e só não se consumou porque o meu cunhado era coronel e muito conhecido do chefe da Casa Militar de Pacheco Areco, o coronel Chiappe. Os elementos ligados ao ex-governador gaúcho — Paulo Schlling, Dagoberto Rodrigues, Neiva Moreira, Paulo Valente e outros — também não falavam comigo. E um médico da cúpula dos Tupamaros me informou que o Raul Sendic também havia recebido recomendação do Brizola para que não me prestasse nenhuma colaboração.

— Em dezembro de 69 voltei a Santiago do Chile acompanhado de um filho e de passagem por Buenos Aires revalidei o passaporte que o Governo da Argélia tinha me fornecido ao sair de lá. Quis novamente convencer os asilados brasileiros — que eram mais de 100 em Santiago — a entrar na luta mas não tive êxito: alguns estavam com família, outros trabalhando. E faltou dinheiro, o que também é fundamental. Diante desse quadro, voltei a Montevidéu e procurei o João Goulart. Pedi permissão a ele para usar a fazenda de Tacuarembó — ficava próximo da fronteira com o Brasil — como campo de treinamento para aqueles rapazes, estudantes, que chegavam do Brasil. Nesta época, início de 70, saía muita gente do Brasil. Meu plano era ir aglutinando esse pessoal, nada de imediato. Ele disse que eu o procurasse em seu apartamento, esquivou-se depois e eu senti que ele estava apavorado com a proposta. Não consegui mais falar com ele.

— Em meados de 70 embarquei de novo para Santiago e Argel — os Tupamaros haviam me dado uma ajuda de mil dólares e pedido que eu levasse uma mensagem deles ao Governo Argelino — e soube do seqüestro do embaixador alemão na passagem pelo Chile. Em Argel encontrei-me com os 40 banidos, entre os quais o Cerveira e o Apolônio Pinto de Carvalho. Eles estavam muito abalados com as torturas, especialmente o Cerveira. No grupo de banidos havia uma divisão muito grande. Entre os 40, pude contar cinco facções, cada uma com um método de atuação: Var Palmares, Aliança de Libertação Nacional, PCBr, MR-8, VPR. Senti que dali não ia sair nada. Combinei um encontro em Cuba com o Apolônio e o Cerveira, esperei três meses na ilha e nenhum dos dois apareceu. Já estamos em setembro de 70 e eu retornei a Argel para saber o que tinha acontecido. O Apolônio não viera e o Cerveira tivera um desentendimento com as autoridades cubanas. Marcamos novo encontro em Santiago e eu saí de Argel, aproveitando para passar por Madrid — onde falei por telefone com Juan Domingo Perón — e chegar até a Guiana para falar com Chedid Jagan. Conversamos sobre a alternativa de entrar no Brasil pela Guiana, ele considerou o plano viável mas desculpou-se que não tinha dinheiro. Saí de lá e na passagem pelo aeroporto de Port of Spain quase fiquei retido. Queriam que eu pagasse uma taxa de trânsito de três dólares e eu não tinha o dinheiro. Os 50 dólares que o Chedid Jagan me tinha dado eu já gastara na liberação da bagagem: roupas, uniformes, uma capa militar pesada, coturnos, todo o equipamento necessário para uma eventual luta armada. Ocorreu-me uma saída: eu tinha mandado imprimir 50 cartões de coronel do Exército Brasileiro e dei um deles ao funcionário. "Com isto você cobra a conta no consulado brasileiro", disse-lhe e ele aceitou. Depois até me chamou pelo alto falante para desculpar-se pelo incidente. Em Santiago conversei com o Almino Afonso, o Amarílio de Vasconcelos e o Lício Hauer, mas desencontrei-me de novo com o Apolônio e o Cerveira. Então resolvi seguir a Montevidéu para buscar a minha família e o carro, um Aero-Willys.

— No dia 11 de dezembro de 70, uma sexta-feira, parti de carro para cidade de Colônia, no Uruguai, de lá passaria a Buenos Aires e depois atingiria Santiago do Chile via Mendoza. Ao descer do Ferry-Boate, em Buenos Aires, fomos detidos por policiais argentinos civis. Eu estava acompanhado do meu filho — Jefferson Lopetegui Cardim Osório, 18 anos — e do sobrinho uruguaio — Eduardo Lopetegui Buadas, 21 anos — e o chefe dos policiais, que se apresentou como coronel, disse que tinha uma denúncia de que carregávamos tóxicos no carro. Registraram a apreensão do carro e nos encaminharam à Central de Polícia, na Calle Moreno. Era um edifício de cinco andares, cinzento. Desembarcamos às quatro da tarde. Uma hora depois estávamos na presença do chefe de polícia, um coronel, que não quis diálogo. Arrancou a pasta com documentos que eu carregava na mão. Neste momento comecei a entender que eu estava preso, pois daquela maneira não se trata um asilado político. Por volta das oito da noite fomos mandados para o calabouço, um subterrâneo, onde um lado estavam as celas coletivas, gradeadas e com pouca iluminação, e do outro lado inúmeros cubículos, onde não cabia nem um colchão.

— Até então não haviam explicado coisa alguma. Lá pela meia-noite senti que um dos meus companheiros tinha sido tirado da cela e que estava sendo espancado, pois comecei a ouvir gritos. Voltou um, chorando ainda, e levaram o outro. Por volta das duas horas da madrugada, me levaram. Na sala para onde me conduziram havia uma mesa de pedra e alguns aparelhos onde os pés e as mãos das pessoas eram amarrados. Eram três agentes, não perguntavam nada, me espancavam e aplicavam choques elétricos, com um aparelho que eles chamavam de *picaña*. Durou 30 minutos intercalados e de vez em quando um médico me examinava com um estetoscópio para ver se o meu coração estava resistindo. Na manhã de sábado nos ficharam. Nos deram almoço ao meio-dia e recém à tarde começaram os interrogatórios. Queriam saber o que eu estava fazendo na Argentina. Expliquei que era coronel do Exército Brasileiro em trânsito, que tinha um passaporte do governo argelino e que era um asilado político. Um dos agentes respondeu:

— Coronel de mierda. Coronel de macaquitos — e me deu uma bofetada na cara.

— Falavam que eu era um militar muito perigoso ao Brasil, que já havia participado de um movimento com o Brizola e queriam que eu dissesse que tinha envolvimento com líderes peronistas. Continuei apanhando durante quase toda a tarde. Até que, no fim da tarde, veio o auxiliar do chefe de polícia dizer que seguiria o meu destino. Com este a conversa foi cordial. Disse que aguardava ordens da Casa Militar da Presidência para me liberar. Mas de repente ele foi chamado, não voltou e eu fui conduzido à cela. Fiquei esperando para sair de manhã cedo, senti que havia mudado de novo a situação, mas não sabia para onde seria levado. Às cinco horas da manhã de domingo, dia 13, tiraram a mim e ao meu filho das celas — depois fiquei sabendo que o meu sobrinho já estava sendo repatriado, preso, para Montevidéu. Esperamos algum tempo ouvindo comentários dos oficiais de que às oito horas deveríamos estar em algum lugar. Quando perguntávamos, diziam que a demora se devia a uma decisão a ser tomada: não sabiam se iam nos afogar ou fuzilar. Às setes horas, nos embarcaram — um em cada carro — custodiados por guardas armados de metralhadoras, conduzidos em viaturas que seguiam em alta velocidade e com as sirenes abertas. Aí já falavam em chegar a um campo de aviação às oito horas e mencionaram a palavra *embaixador*. Foi nesse momento que eu acreditei que não seria morto, pois até então pensava em fuzilamento ou afogamento.

— Chegamos ao campo de aviação. Paramos junto a um avião militar da FAB depois vim a saber que era o do ministro do Trabalho, Júlio Barata, um avião executivo de 15 lugares — onde estavam oficiais argentinos, alguns civis e o coronel Lana, adido da Aeronáutica à Embaixada do Brasil em Buenos Aires e também respondendo pelo Exército junto à Embaixada, pois o general Nilo Caneppa estava em Brasília. Era um seqüestro realizado entre a Aeronáutica Brasileira e a da Argentina.

— Logo em seguida apontou um Mercedez Benz, preto, da embaixada do Brasil. Dele desceu o então embaixador brasileiro e hoje ministro das Relações Exteriores, Antônio Azeredo da Silveira, a uns 30 metros de onde estávamos. Imediatamente os oficiais foram cumprimentá-lo e o agente policial que havia nos prendido retirou da pasta alguns papéis que o embaixador brasileiro assinou. Ao lado do embaixador, estava um funcionário civil da embaixada que embarcaria junto no avião. Não conhecia o embaixador, mas sabia de quem se tratava, naquela altura, pela informação dos policiais argentinos. E no avião a informação foi confirmada. O embaixador retornou ao carro e ficou aguardando a nossa partida. Algemados, fomos conduzidos ao interior do avião da FAB. O tenente-coronel Azevedo, adido da Aeronáutica em Montevidéu, chefiava a escolta brasileira. Pouco depois das nove horas estávamos saindo de Buenos Aires. A escolta era formada por cinco elementos: o coronel, um tenente e três sargentos, todos da Aeronáutica. Eu conhecia o tenente-coronel Azevedo, de Montevidéu, pois lá a sua filha costumava visitar a minha filha. No avião ele ficou se desculpando, disse que lamentavelmente havia pegado aquela missão. E foi ele também quem me disse que o avião já esperava em Buenos Aires desde o sábado de manhã. Saíra de Brasília, passara por Montevidéu e o apanhara porque não tinha a bordo um oficial de patente superior para comandá-lo.

— No avião ele me dizia que era uma sorte eu retornar ao Brasil porque os argentinos queriam me matar. Inicialmente mandou que nos algemassem — eles não tinham algemas e tiveram que trazer as dos argentinos — as mãos pelas pernas, mas na viagem mandou afrouxar para que pudéssemos comer sanduíches e fumar. Assim que o avião aterrissou na Base Aérea do Galeão — três horas e meia de viagem — entrou nele o brigadeiro João Paulo Moreira Burnier. Mandou nos encapuzar e levar algemados para o presídio do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa), anexo à Base Aérea do Galeão. Nos tiraram a roupa e empurraram aos bofetões às celas. Nus, permanecemos 30 dias nas celas. Nos torturaram sem interrogar. Houve sessões de telefones e, o mais violento, nos aplicaram um inflador no ânus e introduziram ar.

— Passados esses 30 dias, começaram a nos interrogar. Perguntaram pelas minhas viagens, se eu tinha dinheiro cubano. Não ficaram satisfeitos e pediram um relatório. Eu fiz: tinha 30 folhas escritas a mão, encerrava citando Caxias, Getúlio Vargas, Juscelino e pedindo anistia. O meu filho também fez relatório — sobre a minha passagem pelo Rio quando fugi — e foi liberado. Eu fiquei 50 dias no Galeão. No dia 3 de fevereiro fui transferido para a fortaleza de Santa Cruz, onde fiquei quatro anos e meio. Depois passei pela Ilha Grande, estive um ano e meio no hospital da Frei Caneca e posteriormente, em janeiro de 76, me transferiram para a Divisão Especial de Presos Políticos da Frei Caneca. Dali fui libertado no dia 2 de novembro do ano passado, com a recomendação de não me afastar do Rio nem dar entrevistas, porque estávamos para "ingressar num ano político".

DR. PERIFERIA

É um escândalo! Numa cidade dominada por famílias ricas e tradicionais, o Prefeito cuida dos bairros e dos moradores pobres

Como todo engenheiro agrônomo, João Herrmann Neto gosta de usar botas, o calçado ideal para quem precisa andar no campo ou no mato, pisando em macega, poça d'água ou terra lavrada. Depois de acostumar, é difícil tirar as botas até mesmo parà andar na cidade. João Herrmann se acostumou a usar botas entre 1965 e 1968, quando cursou Agronomia em Piracicaba (SP), onde funciona a melhor faculdade do Brasil. Hoje, Prefeito da cidade, suas botas já saíram até em fotografia de jornal.

As botas de João Herrmann Neto alcançaram o auge de sua fama em outubro último, quando pisaram os carpetes novinhos da agência do Banco do Brasil em Piracicaba, cidade de 230.000 habitantes cercada de canaviais e usinas de açúcar, a 150 quilômetros de São Paulo. Era o dia da inauguração do edifício, que se encontrava repleto de personalidades piracicabanas — civis, militares e eclesiásticas, como dizem os jornais da terra.

Pois o Prefeito, além de chegar atrasado e de calçar suas velhas botas de agrônomo, teve a ousadia de fazer um discurso agressivo em plena cerimônia inaugural. Fez reparos à suntuosidade da agência criticou a potítica salarial dos bancos brasileiros e condenou os lucros excessivos do sistema financeiro nacional, especialmente os do Banco do Brasil. "Meteu os pés pelas mãos", diriam os três diários da cidade que, desde então, passaram a criticar severamente todos os passos de João Herrmann Neto, como Prefeito ou cidadão, quer ande de botas ou não.

Alguns dias depois, já em novembro, depois das eleições, ele andava de bermudas e chinelos em Cosmópolis, a pequena cidade onde nasceu, pertinho de Piracicaba. Era um sábado à tarde, estava muito quente. Em companhia de seus quatro filhos e mais três sobrinhos, estacionou seu automóvel junto da calçada e entrou numa sorveteria. Estava lá dentro, matando a sede, quando um guarda implicou com o carro lá fora e resolveu aplicar uma multa por irregularidade no estacionamento. Reclamou da multa, pois era sábado e não havia movimento na rua!

Acabou sendo levado para a delegacia de polícia, onde discutiu com o delegado, esclareceu tudo e voltou para casa. No dia seguinte, um jornal de Piracicaba noticiava na primeira página que o prefeito João Herrmann Neto, "embriagado, em trajes sumários e em companhia não identificada", fora preso em Cosmópolis enquanto promovia arruaças.

Um programa todo voltado para os bairros populares

O jornal que publicou a notícia foi *O Diário,* que pertence a Cecílio Elias Neto, primo-irmão do Prefeito. Magoado, João Herrmann Neto pediu a seu amigo, o prefeito de Cosmópolis, que assinasse uma declaração ao povo de Piracicaba, esclarecendo que ele, João, não havia promovido arruaças em Cosmópolis, não estava embriagado, não trajava sumariamente nem andara em "companhia não identificada", pois passeava com os filhos e sobrinhos.

O esclarecimento saiu em meia página, como matéria paga. Só que o pagamento foi feito com um cheque da Prefeitura de Piracicaba, no valor de Cr$ 15.000,00 o que se tornou motivo de novas críticas de *O Diário.* Segundo o jornal, que doou o cheque para uma instituição de caridade, ao custear o esclarecimento público com recursos da Prefeitura, o Prefeito estava dilapidando o erário público.

Nunca um Prefeito foi tão atacado pela imprensa de Piracicaba. Mas nunca houve um Prefeito semelhante a João Herrmann Neto em Piracicaba. Nunca Piracicaba ficou tão alvoroçada por causa de um Prefeito. Se fosse apenas por causa da mania de usar botas... O grande problema é que João Herrmann Neto, *autêntico* do

Herrmann Neto: "Defendo o povão"

MDB, está fazendo uma administração absolutamente contrária ao gosto e os interesses da elite e da classe média da cidade.

Desde que assumiu o cargo, em 1º de janeiro de 1977, ele voltou-se para os bairros populares, tentando executar o Programa de Ação Comunitária (PAC), que se preocupa com três questões fundamentais: educação, saúde e habitação. O plano é fundar em cada bairro um "centro comunitário" em torno do qual se reúne a população local para receber serviços de saúde, educação, lazer, recreação. Dos 23 centros projetados, já estão funcionando nove. Cada um tem diretoria eleita por voto direto. Para resolver qualquer problema — seja de água, escola, esgoto, asfalto, posto de saúde ou de segurança — o centro organiza uma comissão própria que discute, decide e encaminha pedidos de solução à Prefeitura. Atualmente, há 60 comissões em funcionamento.

Para João Herrmann Neto, que costuma comparecer pessoalmente a esses debates, seria mais cômodo deixar as populações periféricas entregues a sua própria sorte, pois o fato de *esquecer* o centro da cidade e os habitantes dos bairros ricos ou de classe média vem lhe custando um desgaste político muito grande nos círculos mais influentes de Piracicaba, uma cidade tradicionalmente dominada por usineiros e pela família Dedini, proprietária das maiores e mais antigas indústrias locais.

Mesmo os amigos, que admiram sua capacidade de liderança, já o aconselharam a "fazer um pouco de média" com a classe dominante da cidade — da qual, afinal de contas, ele parece ser um membro ascendente, por sua condição de *self made man,* homem que ficou rico rapidamente com uma firma que implanta reflorestamentos. Visto como ovelha negra da família piracicabana, João Herrmann Neto nega-se teimosamente a "fazer acordos". Pelo contrário, gosta de chocar a cidade com seu comportamento extravagante.

O resultado é que, sozinho, ele conseguiu o milagre de unir os grupos políticos conservadores que sempre lutaram pelo poder municipal. Antes inimigos, os dois principais jornais locais — *O Diário* e o *Jornal de Piracicaba* — acabaram deixando de lado suas divergências para um cerrado combate ao Prefeito, a quem chamam de "Joãozinho, o bom burguês". No final das contas, os reflexos dessa campanha da imprensa atingem a própria população da periferia, que fica meio em dúvida, sem saber se João Herrmann Neto é um verdadeiro representante dos interesses populares ou um arrivista com ambição de ir mais longe na política. A verdade é que, nas eleições de 15 de novembro passado, a esfarrapada Arena de Piracicaba conseguiu eleger um candidato local para a Assembléia Legislativa: justamente Jairo de Matos, derrotado na última eleição para Prefeito. De 13.000 votos de 1976, ele pulou agora para 27.000. Enquanto isso, o candidato local do MDB à Assembléia, Francisco Coelho, não passou de 10.000 votos. É certo que diversos outros candidatos da oposição tiveram votações individuais de 2.000 a 3.000 votos em Piracicaba, que se transformou numa espécie de território livre para a campanha dos "candidatos populares" mais identificados com João Herrmann Neto. Mas até que ponto vai o prestígio popular do Prefeito? Ele mesmo não sabe direito, pois se confessa surpreendido, freqüentemente, com as reações do povo dos bairros pobres.

— A população da periferia, que sempre foi esquecida pela administração municipal, agora vive me cobrando e achando que o Prefeito é o culpado de tudo que não está certo — diz ele, impressionado com a rapidez com que o povo toma consciência do jogo político.

João Herrmann Neto tem 32 anos, é alto (1,95 m) e corpulento (100 quilos). Possui um queixo pronunciado, lembrando bastante a fisionomia de Orestes Quércia, o Senador mais votado do Brasil (4,6 milhões de votos em São Paulo, pelo MDB, em 1974). O nariz é meio torto por causa de um acidente de trânsito.

Culto, articulado, bem-informado, era praticamente desconhecido há dois anos, quando conquistou a Prefeitura de Piracicaba, num pleito disputadíssimo em que o MDB teve apenas 86 votos a mais do que a Arena — de um total de 66.000 votos válidos. Entre 1974 e 1976, ele fizera rápida fama como um eficiente secretário de obras da administração de Adilson Maluf, o primeiro Prefeito eleito pelo MDB na cidade. No entanto, o diretório municipal do partido só lhe concedeu o direito de concorrer a prefeito, numa terceira legenda, depois de insistentes pedidos do senador Orestes Quércia. De azarão, João Herrmann Neto passou a favorito e recebeu 27.000 dos 33.000 votos do MDB. Dos três candidatos da Arena, o mais votado teve 13.000 votos. Um fenômeno eleitoral?

Um fenômeno eleitoral. Subitamente, o nome de João Herrmann Neto passava a ser pronunciado com respeito na ala "autêntica" do MDB paulista. O nome era desconhecido, sim, mas ele não era tão inexperiente quanto se supunha. Em 1970, muito antes de se tornar Secretário de Obras municipal, fora candidato a Deputado Federal e recebera 10.000 votos. Estava filiado ao MDB desde 1969... Em 1968, fora presidente do centro acadêmico da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, de Piracicaba. Precisamente naquele ano turbulento, graças a duas ou três passeatas estudantis, as moças de Piracicaba perceberam que na Escola Luiz de Queiroz não havia apenas um numeroso plantel de bons partidos.

O general comeu galinhada sentado em latas de querosene

Como líder estudantil, João Herrmann Neto não teve uma atuação política das mais engajadas para a época. Uma de suas mais freqüentes e espinhosas tarefas era tirar da cadeia os colegas que se envolviam em revolucionárias bebedeiras. Mas os movimentos estudantis de 1968 no Rio e São Paulo ecoaram em Piracicaba. Certo dia, uma autoridade militar da região determinou a realização de exercícios de controle de distúrbios numa cidade vizinha. Escolhidos a dedo, alguns soldados fizeram o papel de "estudantes" que tinham por missão provocar e apanhar da tropa. Como líder estudantil, João Herrmann Neto publicou uma nota de protesto nos jornais, afirmando que era uma ofensa atribuir aos estudantes o papel de saco de pancada de soldados em treinamento. A autoridade militar responsável (um General) replicou, dizendo que era um homem afeito ao diálogo. Herrmann foi à tréplica, convidando o General para um diálogo. Certa noite, conforme fora combinado, o General foi recebido na república estudantil *Cabana* (residência de Herrmann), onde jantou galinhada, sentado em latas de querosene e caixotes vazios. O diálogo entrou madrugada adentro.

Assim que se formou agrônomo, João Herrmann Neto foi trabalhar na Amazônia, como empregado de uma grande empresa paulista que participou dos primeiros episódios da grande derrubada de florestas financiada por incentivos fiscais. Foi demitido um ano depois, "por não concordar com a devastação e os métodos escravagistas da empresa", diz ele. Apesar de penosa, a experiência foi decisiva:

— O que eu tinha de revolta ingênua transformou-se numa consciência real da miserabilidade brasileira — explica Herrmann, que se diz decepcionado, frutrado com sua experiência de agrônomo de asfalto.

Função do agrônomo no Brasil é vender adubo e inseticida

Ao retornar da Amazônia para Piracicaba, ele decidiu montar uma empresa especializada na implantação de florestas artificiais. Junto com alguns amigos, ficou praticamente rico — com o dinheiro de incentivos fiscais. No cotejo da teoria ensinada na escola com a prática aprendida na vida profissional, João Herrmann Neto percebeu o quanto o engenheiro agrônomo está afastado das decisões econômicas relacionadas com o elementar manejo da terra. Hoje, quando analisa a situação dos seus companheiros de profissão, verifica que a grande maioria está completamente afastada das atividades típicas de um engenheiro agrônomo.

— Qual a função do agrônomo no Brasil? — pergunta ele. — Vender adubo e inseticida!

Ele ri, depois fica sério. Diz estar preocupado com a intenção do futuro presidente da República, general João Baptista de Figueiredo, de dinamizar a agricultura brasileira. Acha justa e correta tal opção política, mas teme que, mantidas as linhas atuais do modelo de desenvolvimento econômico, as coisas possam ficar ainda piores do que estão para a agricultura. Em resumo, ele acredita que, por causa da prioridade atribuída ao capital em todas as atividades econômicas do Brasil atual, a agricultura corre o risco de desempregar milhões de pessoas, quando devia ser estimulada para valorizar a função do trabalho — e não a do capital.

— Eu não quero falar mal — diz João Herrmann Neto — mas acho um absurdo que somente há alguns meses o futuro Presidente tenha descoberto qual a diferença entre produção e produtividade, como ele mesmo confessou num encontro com empresários do Rio.

Um dos traços mais marcantes da personalidade de Herrmann é o gosto pela polêmica. É um gosto tão acentuado, dizem alguns dos seus amigos, que ele é capaz de derrotar os adversários, senão pela força dos próprios argumentos, por obra da persistência. É do tipo que jamais se dá por vencido. Teimoso como jumento, esperto como raposa.

Quando Secretário de Obras de Piracicaba, no período 74-76, João Herrmann Neto foi o responsável pela implantação do distrito industrial da cidade, que atraiu várias indústrias, inclusive algumas de grande porte, como a Caterpillar. Poucos perceberam — e João foi um deles — que Piracicaba logo assumiria a condição de município agroindustrial, com profundas mudanças na sociedade (e na política) local. A instalação de novas fábricas, de fato, pulverizou rapidamente o domínio político e econômico exercido pela família Dedini. Ao mesmo tempo, cresceu violentamente a população da cidade, que praticamente dobrou ao longo desta década. E a maioria dos novos habitantes seria de operários.

Foi mais ou menos nesse vácuo — gerado pela perda de espaço das famílias tradicionais e pelo aparecimento de uma grande massa operária — que João Herrmann Neto conseguiu encontrar o seu lugar na política de Piracicaba. Uma das suas maiores e mais sérias dificuldades, além da hostilidade da elite, tem sido controlar a desconfiança e o inconformismo da Câmara, cujos vereadores (nove do MDB e oito da Arena) não aceitam pacificamente o papel das comissões e dos centros comunitários da periferia. Afinal de contas, qual a função da Câmara de Vereadores se boa parte da população, ao menos nos bairros mais problemáticos, discute e encaminha diretamente a solução de seus problemas? Um pouco por ciúme e despeito, a Câmara de Piracicaba tocou um processo de *impeachment* contra o Prefeito, no primeiro semestre de 1978. E por pouco João Herrmann Neto não dançou do seu posto.

Mexeu com os ricos e quase perdeu o cargo de Prefeito!

A história do *impeachment* teve os seus antecedentes no final de 1977, quando o Prefeito enviou uma mensagem à Câmara, propondo um aumento violento dos valores do Imposto Predial e Territorial Urbano. Em conseqüência da industrialização do município, os preços dos terrenos de Piracicaba tiveram uma alta extraordinária nos últimos anos, sobretudo nas áreas centrais, já urbanizadas e abastecidas com todos os serviços públicos (97% da cidade é servido por água encanada e 80% possui esgoto). Alegando o princípio da *justiça fiscal* — segundo o qual a maior carga tributária deve incidir sobre as áreas centrais, onde moram os mais ricos e mais bem-atendidos pelos serviços municipais — o Prefeito sugeriu aumentos de 400%. Para os bairros pobres, o acréscimo chegaria a 40%. Tudo bem, a proposta passou.

Por um descuido, porém, a Prefeitura não publicou em 1977, como de lei, a lista dos novos tributos, o que tornaria ilegal sua cobrança em 1978. A publicação foi ▶

EXTRA

Prepare-se, leitor:
no dia 20 de dezembro circula
uma edição extra do *Coojornal*
com um dossiê completo sobre o

URUGUAI

incluindo o caso Flávia Schilling
e o seqüestro do casal de
uruguaios em Porto Alegre.

cooJORNAL

Dia 20 de dezembro em todas as bancas.

O Prefeito entra em campo contra a poluição. E vira figura nacional

feita fora do prazo legal, o que serviu de pretexto para o processo de *impeachment*.

Deu a maior confusão em Piracicaba, sobretudo porque o processo de impedimento do Prefeito foi encaminhado por um vereador do MDB, José Ignácio Sleiman, de 32 anos, um gaúcho de Passo Fundo que, nas eleições de 1976, conseguiu exatamente o mínimo para ser eleito: 975 votos. Sleiman, um grandalhão alcunhado de *Mugão* (aumentativo do nome do troglodita Mug de histórias de quadrinhos), é um passional que topa qualquer parada para aumentar sua popularidade. No início de novembro passado, num jogo do XV de Novembro em Piracicaba, contra o Corinthians, ele invadiu o campo e bateu no juiz, sob aplauso da torcida. Ao entrar com o processo de *impeachment*, mais do que notoriedade, ele queria o respeito do Prefeito e assessores, que tendiam a não levá-lo a sério. No final da história, dez vereadores votaram pelo impedimento do Prefeito, enquanto sete o apoiaram. Com mais dois votos contra, João Herrmann Neto já não seria mais o prefeito de Piracicaba.

Superada a crise, os impostos aumentaram. Só que João ainda não está satisfeito. Agora, tentando aumentar o grau de justiça tributária na cidade, ele quer implantar um sistema fiscal capaz de taxar rigorosamente os terrenos desocupados, que representam 42% da área urbana de Piracicaba, segundo levantamento da Prefeitura.

Com isso, ele espera obrigar os proprietários imobiliários a vender ou construir nesses terrenos estocados. Caso isso aconteça, a Prefeitura não precisará levar para cada vez mais longe seus serviços de água, esgoto, educação, saúde e transporte. Pois, enquanto 42% dos terrenos já urbanizados permanecem inúteis, novos loteamentos aparecem em pontos distantes e inteiramente carentes, exigindo investimentos públicos.

É verdade que várias Prefeituras brasileiras, inclusive a da cidade de São Paulo, vêm tentando inutilmente estabelecer algum tipo de imposto capaz de deter a especulação imobiliária. Além de dificuldades jurídicas, os administradores municipais enfrentam a reação dos proprietários — já em polvorosa no caso de Piracicaba. Apesar de tudo, não é de duvidar que João Herrmann Neto consiga uma vitória nesse terreno. Afinal, ele conseguiu avançar em terrenos mais complicados, como o do combate à poluição.

Em outubro passado, Piracicaba praticamente fechou o comércio para uma passeata em defesa do rio que atravessa a cidade. Estimuladas pelo Prefeito, três mil pessoas desfilaram pelas ruas com um caixão funerário — era o *enterro* da Sabesp e da Cetesb, os dois órgãos públicos estaduais responsáveis pelo saneamento e o controle da poluição ambiental. Dias depois, indiferente a conselhos e ameaças, o Prefeito apresentou-se no Estádio do Palmeiras, em São Paulo, ao lado dos jogadores do XV de Novembro, carregando uma faixa em que se lia: "Estamos de luto pela morte do Rio Piracicaba". O movimento teve grande repercussão no País. Por essas e por outras, mesmo controvertido dentro de sua cidade, João Herrmann Neto acabou virando figura nacional.

Um projeto revolucionário jamais sonhado pelo BNH

Seu projeto mais ambicioso, agora, é o programa habitacional engendrado pelos seus assessores. Vai começar em 1979, independente do BNH, para financiar casa própria aos habitantes da periferia de Piracicaba.

Recursos? Quinze por cento do que o município recebe como quota de ICM. Com isso será formado um fundo para adquirir inicialmente 80 hectares, onde serão demarcados 12.500 terrenos. Nessa área, a Prefeitura quer construir casas projetadas por seus técnicos. E os candidatos, especialmente aqueles situados abaixo das exigências mínimas do BNH, poderão entrar no plano sem problemas. A escolher, três modalidades de construção: mutirão, cooperativa ou administração direta.

No primeiro caso, o candidato constrói a casa com a ajuda da família e dos amigos, pagando o terreno em prestações à Prefeitura. No segundo, vários candidatos se reúnem, formam uma cooperativa que recebe materiais de construção financiados pela Prefeitura a preço de custo. No terceiro, finalmente, a Prefeitura funciona como construtora e vendedora das casas.

Segundo João Herrmann Neto, tudo isso foi estudado durante dois anos e constitui um projeto revolucionário que pode abrir soluções jamais imaginadas pelo BNH, para dar casa justamente a quem mais precisa.

— Um bando de moleques imaturos!...

Com esse resmungo, um dos diretores do grupo Dedini define sua posição a respeito da atual administração de Piracicaba. Apesar de parecer muito à vontade, João Herrmann Neto se diz pressionado. Logo depois de sua "prisão" em Cosmópolis, por exemplo, ele foi obrigado a receber em casa uma comitiva familiar que, entre lágrimas, apelou para que tivesse um comportamento mais moderado.

Se desse ouvidos para apelos e conselhos, decerto Herrmann já teria entrado na linha. Ele possui indícios de que seu telefone anda censurado e informa que, quatro ou cinco vezes, já foi "interrogado" em pleno gabinete por alguém que se apresenta como major Otacílio.

Agora em dezembro, decidiu lançar um diário — *Jornal do Povo Piracicabano* — que já vinha circulando aos sábados, com distribuição gratuita. É um sinal de que pretende ir em frente.

— Apesar das minhas contradições pequeno-burguesas — diz João Herrmann Neto, meio sério, meio rindo — eu vou entregar-me ao processo político. Contra os

Natureza pura auxiliando a agricultura.

AGROSTEMIN®

ESTIMULANTE BIOLÓGICO de ORIGEM VEGETAL

Registrado: Ministério da Agricultura - DDSV n.º 038978/78,
Ministério da Saúde - DISAD 13638/78 e Ministério da Fazenda n.º 1080-01347/77

Agrostemin vem somar-se aos demais insumos
usados nas lavouras, ajudando a aumentar substancialmente
a produtividade agrícola.

Agrostemin, por ser um concentrado e ter recebido isenções tarifárias e fiscais, pode chegar ao agricultor por apenas Cr$ 175,00/hectare.

AGROSTEMIN ativa o metabolismo da planta penetrando pela raiz e melhorando as propriedades físicas, químicas e biológicas do solo.

DISTRIBUIDORES NO BRASIL

R. G. do SUL:

PRADERA Com. Agric. e Pec. Ltda.
Av. Cairú, 966 - tels.: 42-6299 e 42-6877 - P. Alegre - RS

TRILHO OTERO S.A.
Rua Dona Teodora, 1461 - tel.: 42-3366 - Porto Alegre - RS

TRILHO OTERO S.A.
Praça 20 de Setembro, 406 - tel.: 22-9973 - Pelotas - RS

TRILHO OTERO S.A.
Av. Flores da Cunha, 643 - tel.: 8705 - Carazinho - RS

LAVROSUL Com. e Repr. Ltda.
Av. Presidente Vargas, 1440 - tel.: 2471 - São Borja - RS

SANTA CATARINA:

CEJAL - Cereais Jardinópolis Ltda.
Rua Santa Catarina, 750 - tel.: 47-191 - Coronel Freitas - SC
Rua Nereu Ramos, 3301 - Chapecó - SC

PARANÁ:

ADUBOS BOUTIN Ltda.
Rua 7 de Setembro, 2064 - tel .: 24-1296 - Curitiba - PR

AGROTÉCNICA Defensivos Ltda.
Av. Paraná, 4521 - tel.: 23-3694 - Cascavel - PR

SHERMA Defensivos Agrícolas Ltda.
Rua Julio de Castilhos, 1200 - tel.: 24-2286 - Ponta Grossa - PR

PLANTASA Com. e Repr. de Insumos
Av. Nereu Ramos, 2121 - tel.: 23-2924 - Guarapuava - PR

SÃO PAULO:

BOASAFRA Com. Importadora Ltda.
Rua Bento Freitas, 162 - Cj. 802/3 - tels.: 221-3671
221-7552 - São Paulo - SP

BOASAFRA Com. Importadora Ltda.
Rua Francisco Junqueira, 2061 - tels.: 25-2311
34-1028 - Ribeirão Preto - SP

MATO GROSSO (Sul)

AEROQUÍMICA Agrícola Ltda.
Rua 14 de Julho, 435 - tels.: 624-8843 e 624-4521
Campo Grande - MTS

AGROSTEMIN DO BRASIL S/A.
INSUMOS PARA AGRICULTURA
MATRIZ: Rua Marques do Pombal, 162 - tel.: 22-0177
FILIAL: (indústria e vendas) Av. Madrid, 181 - tel.: 42-0312
CGCMF - 89021018/0001-83 - Inscr. Est. 096/0563130
Porto Alegre - RS

CUBA EM 20 ANOS DE SOCIALISMO

CUBA HOJE — 20 ANOS DE REVOLUÇÃO, Jorge Escosteguy, editora Alfa Ômega, Cr$ 125,00.

A experiência socialista de Cuba acaba de dar à luz mais um livro de reportagem — o terceiro — escrito por brasileiro. O primeiro foi *A Ilha,* lançado em fins de 1976, um *best-seller* do jornalista Fernando Morais (que acaba de ser eleito deputado estadual pelo MDB paulista com 49 mil votos). O segundo é *Cuba de Fidel,* do romancista e jornalista Ignacio de Loyola Brandão, lançado no início do segundo semestre de 1978 e há várias semanas na lista dos mais vendidos.

Durante a maior parte dos vinte anos de Revolução Cubana — que se completam em janeiro de 1979 — os brasileiros foram privados de informações sobre o que ocorria na pequena ilha do Caribe, ou então as receberam de forma truncada ou distorcida, a tal ponto que os livros de Fernando Morais e Ignacio de Loyola Brandão transformaram-se em retumbantes sucessos editoriais. O lançamento de um outro livro, agora, confirma o interesse dos brasileiros por informações colhidas na fonte por profissionais do Jornalismo, além de revelar o quanto se ignora sobre a evolução da experiência cubana.

É inevitável a comparação entre os três livros, menos em torno da sua indiscutível qualidade do que em relação às características de cada um. *A Ilha,* que oferece um panorama da vida em Cuba, resultou de uma viagem feita em janeiro de 1975 e, mesmo lançado no final de 1976, apareceu sob um clima político diverso do atual. Fernando Morais fora a Cuba como repórter da revista *Visão,* que não quis publicar uma linha sequer da reportagem. Foi só depois de esgotar outras tentativas de publicar seu trabalho em outros veículos que o repórter optou pela edição de um livro, enriquecido nas edições mais recentes por uma entrevista feita com Fidel Castro em 1977.

Menos jornalístico, o livro de Ignacio de Loyola Brandão, que visitou Cuba em Janeiro de 1978, como jurado do prêmio

literário *Casa de Las Américas,* juntamente com o escritor Antonio Callado e o compositor Chico Buarque de Holanda (ambos detidos pela Polícia Federal ao retornarem ao Brasil) — é um depoimento pessoal, carregado de subjetivismo. Ficcionista tarimbado, Loyola explorou detalhes da ilha não devassados pelo *pioneiro* Morais, mas no tom de um livro de viagem e com a marca indelével do romancista.

O caso de Jorge Escosteguy, gaúcho de Livramento, 32 anos, editor-assistente de política na revista *Veja,* é um pouco diferente. "Não fui a Cuba para escrever um livro, mas para cobrir o processo de aproximação diplomática com os Estados Unidos, a serviço da *Veja*", explica Escosteguy. "O problema é que acabei ficando 28 dias na ilha e pude colher um vasto material que, a meu ver, complementa e aprofunda a reportagem de Fernando Morais".

A viagem ocorreu entre dezembro de 1977 e janeiro de 1978. *Cuba Hoje* demorou nove meses para ser meditado e finalmente escrito. Foi tal o volume de informações recolhidas que, a certa altura, Escosteguy temeu cair no mesmo impasse do escritor colombiano Gabriel García Márquez. O romancista de *Cem Anos de Solidão* simplesmente "não consegue" terminar um livro sobre Cuba, pois não se dá por satisfeito com o material reunido. O problema de García Márques já se arrasta por três anos e parece se agravar a cada nova visita à ilha, coisa que ele faz freqüentemente. "Para não ficar no mesmo impasse", diz Escosteguy, "resolvi sentar na máquina e escrever de qualquer maneira, na base do *vai ou racha*".

O resultado é de admirável densidade e concisão. *Cuba Hoje* desenrola-se em doze capítulos que aprofundam vários aspectos mais delicados e pouco conhecidos da realidade cubana: os conflitos com os Estados Unidos, a indispensável ajuda soviética, as sabotagens da CIA e dos cubanos anticomunistas, a recente simpatia pela Revolução demonstradas por jovens cubanos exilados em Miami, a rica produção cultural da ilha, o papel da imprensa socialista, o permanente processo de mobilização e debate dos trabalhadores, a política de colaboração com os países recém-saídos do colonialismo. O livro termina com uma cronologia dos principais fatos que marcaram a difícil consolidação do socialismo em Cuba ao longo dos últimos vinte anos.

Cuba Hoje não é um trabalho completo e nem poderia sê-lo, pois nas quatro semanas que passou em Cuba, Jorge Escosteguy não teve oportunidade de ver tudo o que um repórter gostaria de ver num País desconhecido. Ele visitou plantações, fábricas, cidades, museus, lojas, escolas, teatros, escritórios, embaixadas. Conversou com operários, agricultores, estudantes, artistas, dirigentes, atletas, diplomatas, ex-guerrilheiros. Pôde assim responder a uma série de questões fundamentais e, paradoxalmente, demonstrou que a experiência cubana oferece perspectivas interessantíssimas para novas reportagens.

Além de mergulhar a fundo em alguns pontos cruciais da Cuba de ontem e de hoje, a reportagem de Jorge Escosteguy revela um agudo sentido de História. O autor se prevalece de seus apreciáveis conhecimentos da História e da Literatura latino-americanas para dar ao livro uma substância que excede à ambição comum de uma reportagem. Nesse sentido o primeiro parágrafo, em 19 linhas, constitui um *lead* exemplar da vida cubana de 1º de janeiro de 1959 para cá:

"Cuba, hoje, é um País institucionalizado, com diretrizes e mecanismos de Governo bem definidos. A Revolução consolidou-se, superou suas fases mais agudas de romantismo, de projetos idealistas e de sectarismo. Os barbudos guerrilheiros de *Sierra Maestra* não pretendem mais exportar revoluções e conquistaram no mínimo o distanciado respeito de alguns de seus mais notórios inimigos — quando não a mais irrestrita solidariedade de muitos países, especialmente do Terceiro Mundo. O povo cubano constrói sua sociedade socialista em relativa paz e vive em condições materiais bem melhores do que há dez, quinze ou vinte anos. Ainda que controlados e distribuídos com austeridade, há alimentos, roupas e moradia para todos. A educação e a saúde são gratuitas e o direito ao trabalho é sagrado. Permanecem na memória apenas como lição e advertência as imagens de tempos mais ásperos, quando a Revolução engatinhava e seus dirigentes buscavam substituir, em poucos meses ou anos, uma tecnologia que o capitalismo desenvolveu e explorou ao longo de décadas — e que em janeiro de 1959, ao ser derrotado, levou embora."

Geraldo Hasse

OS LIVROS QUE VOCÊ PRECISA LER ESTÃO AQUI.

E1 — ESPIONAGEM CIENTÍFICA:
Jacques Bergier
Os cientistas, a política e a tecnologia da guerra.
A manipulação de cérebros, o uso da Ciência pelos governos, o tráfico de sábios. — Cr$ 100,00

E2 — ANTOLOGIA POÉTICA:
Pablo Neruda
Edição bilíngüe: texto original em castelhano e a tradução portuguesa em prosa. O melhor de Neruda em um único livro. — Cr$ 90,00

E3 — O MITO DA CULTURA DE MASSA:
Alan Swingewood
Uma análise dos princípios fundamentais da comunicação de massa, a partir da dominação de classe nas sociedades capitalistas modernas. Um estudo a partir das teorias de Adorno, Gramsci, Benjamin, Althusser, Marcuse e Lukacs. — Cr$ 120,00

E4 — ECOLOGIA E POLUIÇÃO:
Benjamin de Carvalho
O homem e seu ecossistema. Poluição do meio ambiente e explosão demográfica. A destruição do meio ambiente e o futuro. O progresso a qualquer preço e a natureza. — Cr$ 110,00

E5 — SEXO E AMOR:
Eric Berne
Uma abordagem inteiramente original do sexo e do amor: sob o prisma da análise transacional. Linguagem coloquial, fundado em pesquisa e transbordante de verve e sabedoria. — Cr$ 100,00

E6 — AGRESSIVIDADE CRIATIVA:
Bach & Goldberg
Um livro que derruba o mito do "cara legal". O perigo da repressão da raiva. Como tornar construtiva sua agressividade livrando-se do artificialismo das relações humanas. — Cr$ 160,00

E7 — NOSSA NOVA CASA:
Bruno Monteiro
Projetos completos, com fachadas e divisões internas, de casas térreas e sobrados de vários estilos. — 98 sugestões para construir sua casa. E mais: churrasqueiras, lareiras, piscinas, jardins. Projetos novos. Totalmente a cores. — Cr$ 160,00

Aproveite a oportunidade. Peça ainda hoje pelo Reembolso Postal. Preencha o cupom abaixo.

Agência Literária Veritas Ltda. Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre

Queiram enviar-me os livros abaixo assinalados com um X:

E1... E2... E3... E4... E5... E6... E7...

Nome: _____

Rua: _____ Bairro _____

Cidade: _____ CEP _____ Estado _____

Não cobramos despesas de remessa.

_____ Assinatura

ponha logo no Correio

ENTRE O PANFLETO E A REPORTAGEM

GREVE DE MASSA E CRISE POLÍTICA (Estudo da greve dos 300 mil em São Paulo — 1953/4), de José Alvaro Moisés, Editora Polis, 167 páginas.

A principal finalidade dessa coleção de panfletos é provar que os comunistas não defendem adequadamente os interesses da classe operária brasileira, que melhor estaria servida se se deixasse orientar pelos intelectuais do *stablishment* universitário.

Moisés, professor de Política da Universidade de São Paulo, nada perdoa aos comunistas: numa página acusa-os de estarem atrelados a uma estreita ideologia nacionalista; na outra apresenta-os como agentes da União Soviética. Essa divergência de opiniões em páginas diferentes é compensada por um *tour de force:* na mesma página Moisés, que passou anos na Inglaterra preparando seu mestrado, denuncia os comunistas por negligenciarem a luta econômica da classe operária, interessados como estão apenas na luta política, — compreendida como a busca de alianças com outras classes da sociedade, e, ao mesmo tempo, por infiltrar-se nos sindicatos legais, justamente para conduzir essa luta econômica para seus medonhos fins, quais sejam a politização da luta operária.

O leitor ingênuo de Moisés, fatalmente, concluirá que é uma felicidade o fato de os comunistas estarem praticamente erradicados da vida política nacional, tão nefasto é o seu papel.

No ponto fulminante de seus panfletos Moisés acusa os comunistas de constituírem uma *polícia* que impede a classe operária brasileira de desenvolver sua consciência de classe. Para comprovar seu ponto de vista, Moisés parte da história da greve de 1953, sendo o trabalho de reportagem para reconstituí-la o único mérito do livro.

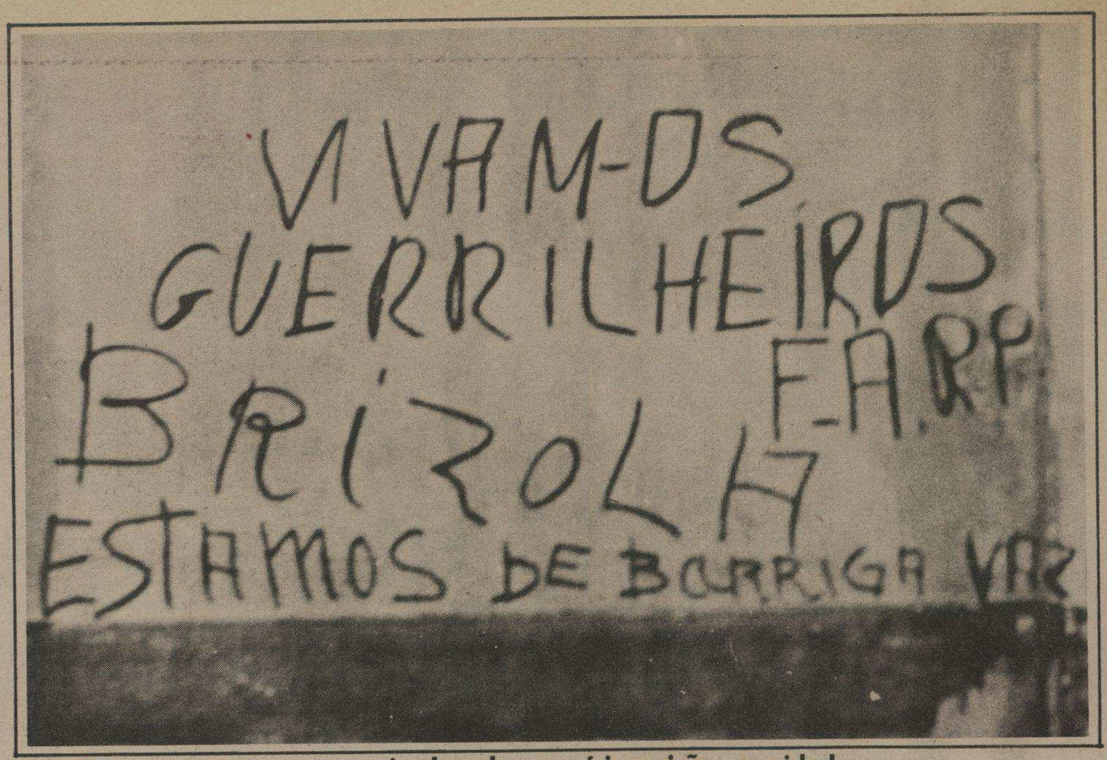
Falamos de *reportagem* e *panfleto* porque o livro está longe de constituir uma obra científica: ao invés de assimilar a totalidade do empírico numa teoria lógica, concreta, o autor se limita a descrições de fatos pontilhados de meras opiniões, muito longe de constituírem o que se chama um conceito.

Como repórter, Moisés é de uma fidelidade exemplar. Estamos em pleno Governo Constitucional de Getúlio Vargas. As greves estão proibidas, a não ser em caso de rompimento de acordo trabalhista. Mesmo assim, a crescente insatisfação das massas leva 300 mil operários, de São Paulo, principalmente têxteis e metalúrgicos, à greve geral (por 60% de aumento) durante um mês. O movimento foi duramente combatido com tiros e cargas de cavalaria pelas autoridades.

Moisés reconhe que, desde os primeiros preparativos da greve, os comunistas estavam na sua liderança. Finalmente, os grevistas concordam em dar fim ao movimento, ao conseguirem metade de suas pretenções, 32% de aumento salarial. Apesar de reconhecer que se tratou de uma grande vitória da classe operária, que culminou com a mudança do ministro pessedista, Segadas Viana, pelo petebista João Goulart, Moisés ataca os comunistas por duas razões: em primeiro lugar, contrariamente à opinião dos socialistas, eles organizaram manifestações de rua para sustentar a greve, manifestações essas que Moisés aponta como de finalidades desconhecidas. Em segundo lugar, os comunistas organizaram *comissões sindicais de fábricas,* ou seja, voltaram a *infiltrar-se* nos sindicatos legais, quando segundo Moisés, havia uma oportunidade de ouro para a classe operária livrar-se de uma vez da estrutura que lhe foi imposta, desde o Estado Novo. Assim, teriam os comunistas exercido seu papel de polícia que impede a classe operária de crescer politicamente. Graças a Deus — diria o leitor ingênuo — estamos agora livres desses comunistas sujos, culpados de tudo.

Renato Pompeu

Sargento Chaves e outros companheiros chegam para depor em Porto Alegre



Em Pelotas apareceram muros pixados e houve várias prisões na cidade

dirimidas. De qualquer maneira, alguns fatos se sustentam sobranceiros a quaisquer contestações: sofreram ambos o condicionamento de uma pregação apaixonada e persistente; receberam encorajamento da parte dos líderes mais responsáveis; e, finalmente, estes mesmos líderes lhes prestaram ajuda material, por sinal bastante mesquinha se considerados os recursos disponíveis. No todo, a postura daqueles líderes foi marcada por uma discrição que tanto podia exprimir a preocupação de reservar espaço para um recuo, em caso de fracasso, como para assumir o patrocínio declarado e militante, em caso de êxito daquilo que seria a "largada".

•••

A tentativa de Jefferson e Alberi não possui hoje, obviamente, qualquer interesse político — pertence ao domínio da História e é essa luz que deve ser apreciada.

Seu malogro liquidou com a idéia de uma insurgência iniciada através de quarteladas. A partir da segunda metade do ano de 1965, ganhou terreno a teoria da guerrilha rural, estimulada pela experiência cubana e crescentemente popularizada entre as esquerdas latino-americanas. Jango não aderiu a esta perspectiva e buscou na Frente Ampla caminhos políticos que não tiveram melhor êxito. Nestas condições, Brizola se converteu no polarizador das forças que viam numa insurgência camponesa o caminho a seguir-se. Esforços inúteis, tentativas malogradas e, finalmente, a morte de Che Guevara, em outubro de 1967, levaram ao abandono da teoria foquista. O Governo Costa e Silva, estimulando o retorno dos exilados menos perigosos para o regime, criou um vazio em torno das lideranças de Montevidéu. Estas, daí por diante, voltaram-se à omissão, passando apenas a esperar que o decurso do tempo trouxesse o esquecimento e o retorno.

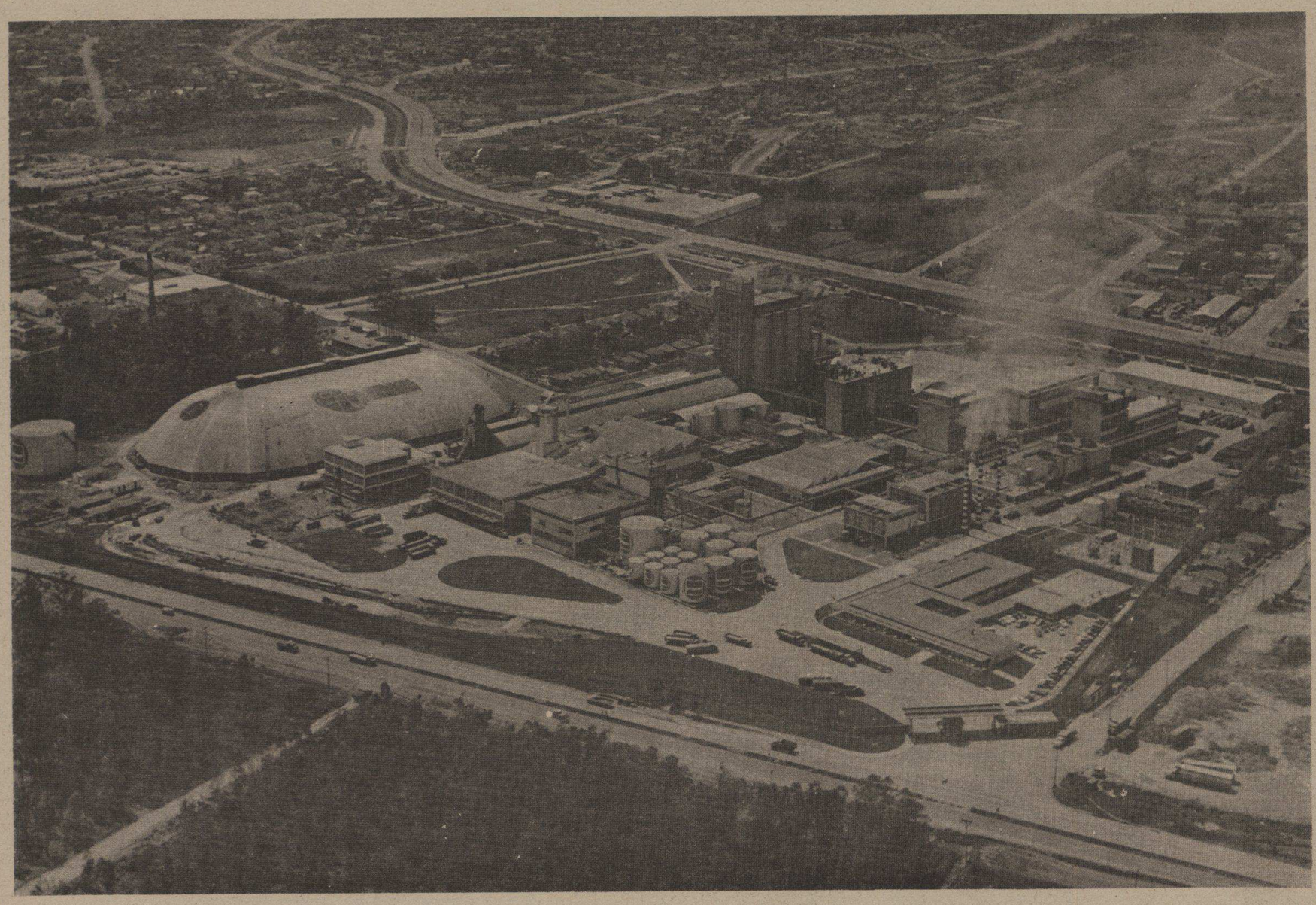
Teve início, então, nova fase na história da doutrina da luta armada — a da guerrilha urbana — emprendida por grupos que haviam antes cifrado todas suas esperanças na iniciativa das lideranças de Montevidéu. Os êxitos da guerrilha urbana dos tupamaros estimularam o emprego desta tática. Mas o milagre econômico e a violência da repressão puseram fim à experiência, que serviu ao mesmo tempo de pretexto para um severo endurecimento do regime.

O colapso da guerrilha urbana sepultou as ilusões sobre a possibilidade de mudanças através da luta armada. A partir de 1971 e 1972, quando são liquidados os últimos focos de guerrilha urbana, as oposições ao regime se canalizam para as vias legais e eleitorais, impondo ao regime a sua primeira grande derrota no pleito de 1974, prelúdio das mudanças que hoje se operam no País.

De tudo isso, resta-nos uma expressiva lição sobre os perigos do dogmatismo no campo social e político.

Décio Freitas

O SEGUNDO PAÍS MAIOR PRODUTOR DE SOJA DO MUNDO TINHA QUE TER O MAIOR PARQUE INTEGRADO* DE PROCESSAMENTO DE SOJA DA AMÉRICA LATINA, VOCÊ NÃO ACHA?



Em Esteio. Rio Grande do Sul. Aliás, desde 1929, a Samrig não pára de crescer, processando trigo e depois soja, fabricando alimentos e produtos de qualidade insuperável para milhares e milhares de brasileiros. Com muito carinho. E responsabilidade.

(*) Na mesma fábrica, a soja entra, por um lado, e saem, já transformados, por outro: óleo comestível, margarinas vegetais, gorduras hidrogenadas, lecitina, farinha, farelo, proteína concentrada e proteína isolada.

SAMRIG
S.A. MOINHOS RIO GRANDENSES

LUIZ FERNANDO

VERÍSSIMO

Como é que o Governo explica a vitória do MDB nas eleições?

— Que vitória do MDB? O MDB perdeu.

— O MDB teve cinco milhões de votos mais do que a Arena.

— A Arena fez maioria no Senado e na Câmara. Isso é o que conta.

— Mas a maioria dos brasileiros...

— A maioria dos brasileiros não conta. E, mesmo, mandamos fazer um exame grafológico desses cinco milhões de votos. Há muito "X" repetido, pode ter havido falsificação.

— A situação perdeu justamente naqueles centros onde a informação é maior.

— Isso se explica.

— Como?

— Pela informação maior. Se não estivessem informadas, as pessoas não votariam na oposição. A culpa é dos jornais que noticiavam os fatos e não a versão do Governo, numa discriminação odiosa. Os jornais insistiram em informar a população em vez de dizer o que o Governo queria. A parcialidade em favor dos fatos foi gritante.

— Mas...

— Depois vocês reclamam quando há controle da Imprensa. Mas liberdade pressupõe responsabilidade. A Imprensa precisa ser imparcial. E o que se viu foi uma distorção escandalosa. A Imprensa insistia em publicar a verdade, desprezando a versão do Governo. Houve exceções, é claro. Mas na sua imensa maioria a Imprensa nos grandes centros apoiou os fatos, contra o Governo.

— Mas o Governo monopolizou a TV.

— Realmente, na TV conseguimos preservar a imparcialidade a nosso favor.

— E por que isso não deu resultado?

— Tivemos um pequeno problema de marquetchim. Como se sabe, as pessoas compram tudo que vêem anunciado na TV. Viam os nossos comerciais na TV, iam procurar o Brasil anunciado e não encontravam. É o que os analistas do mercado chamam de frustração da expectativa. Como não encontravam o nosso produto, compravam um produto inferior, no caso o Brasil da oposição.

— Outro fator que influiu na vitória do MDB...

— Você quer dizer, na vitória da Arena.

— Na vitória da Arena, foi o custo de vida.

— Exato. Um dos grandes culpados da fragorosa vitória da Arena foi o custo de vida. Mas o custo de vida se explica.

— Como?

— Pelo aumento dos preços. Quando os preços sobem, o custo de vida aumenta. Em contrapartida, quando os preços caem, o custo de vida diminui. Isto é um pouco teórico, eu sei, mas acho que dá para entender.

— E por que os preços sobem?

— Bom, para explicar isso eu teria que ser um técnico, e não sou. Temos vários técnicos no Governo. Eles também não explicam, mas fazem isto com mais autoridade. Perguntem aos técnicos.

— Já perguntamos.

— E o que eles disseram?

— Que só Deus sabe.

• • •

— Então, está explicado.

Deus, claro, não dá entrevistas. Mas um assessor de RP poderia receber a Imprensa.

— Como Deus explica a vitória da Arena e do MDB, ao mesmo tempo, no Brasil?

— Deus não se mete em política, muito menos a brasileira. Acompanha com especial interesse o que acontece no Brasil, um dos seus países preferidos, mas abençoará qualquer Governo que ocupe o poder em Buenos Aires.

— Em Brasília.

— Em Brasília.

— Se Deus não se mete em política, como se explica que tenha, pessoalmente, escolhido o novo presidente do Brasil?

— Deus nada sabe a respeito.

— Dizem que ele foi indicado por inspiração divina.

— Pura especulação da Imprensa. Como se chama o novo Presidente?

— João Batista.

— Hmm. Deus podia ter simpatizado com o nome. Mas asseguro que não houve interferência daqui no processo de escolha.

— É a única explicação plausível, pois nada mais a justifica.

— Vocês, da Imprensa, gostam muito de fantasiar as coisas.

— Deus também tem queixas da Imprensa?

— Deus respeita a liberdade de Imprensa. Aliás, de certa forma, também é da Imprensa. Muitos editoriais do "Osservattore Romano" são ditados por ele. Seu nome não aparece porque ele não é registrado como jornalista. Mas Deus não pode deixar de observar que a Imprensa gosta de realçar o lado ruim do que Ele faz. Qualquer guerrinha, qualquer furacãozinho ou terremoto é manchete de primeira página. Agora, as flores que nascem todos os dias não merecem sequer uma linha, nem na seção de efemérides. É uma injustiça. Deus está pensando seriamente em recorrer à matéria paga para divulgar o lado positivo de Sua obra, embora o expediente O desagrade.

— E como Deus explica o aumento explosivo do custo de vida no Brasil, apesar da contração constante do poder aquisitivo da população? Há quem diga que tudo se deve ao fracasso de safras, ao clima e, portanto, a Deus.

— Deus nega qualquer responsabilidade pela confusão brasileira.

— Mas os nossos economistas dizem que...

— Aí está! Um exemplo de como a Imprensa é facciosa.

— Mas...

— Você falou em economistas. Quer dizer, não perdem a oportunidade para lembrar aspectos negativos da Sua obra!

• • •

De volta à Terra.

Como o Governo explica as declarações do futuro Presidente, uma de que prenderá e arrebentará quem não quiser a abertura e outra de que se for preciso fechar, ele fecha.

— Isso se explica facilmente.

— Como?

— Pela contradição. O futuro Presidente estava se contradizendo. Vocês vivem defendendo o diálogo mas acham que têm o monopólio do diálogo. Pois o Governo também dialoga consigo mesmo. Um dia diz uma coisa, outro dia diz outra. É uma coisa muito saudável. Se o futuro Presidente não se contradissesse vocês iam dizer que ele é inflexível e monolítico. Como ele hoje diz uma coisa e amanhã diz o contrário, criticam. Quer dizer, assim não dá!